

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CRISTIANO PEREIRA DA SILVA

**DA ECONOMIA ESPACIAL SOLIDÁRIA À SUSTENTABILIDADE DO
TRABALHO CIDADÃO:**

o doce território da autonomia pelotense

Porto Alegre

2016

Cristiano Pereira da Silva

**DA ECONOMIA ESPACIAL SOLIDÁRIA À SUSTENTABILIDADE DO
TRABALHO CIDADÃO:**

o doce território da autonomia pelotense

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura.

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Pereira da Silva, Cristiano
DA ECONOMIA ESPACIAL SOLIDÁRIA À SUSTENTABILIDADE
DO TRABALHO CIDADÃO: o doce território da autonomia
pelotense. / Cristiano Pereira da Silva. -- 2015.
155 f.

Orientador: Luiz Fernando Mazzini Fontoura.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre,
BR-RS, 2015.

1. Desenvolvimento Territorial . 2. Economia
Espacial Solidária. 3. Trabalho Cidadão. 4.
Geografia Cidadã. 5. Do Doce da Terra à Terra do
Doce. I. Fontoura, Luiz Fernando Mazzini, orient.
II. Título.

Cristiano Pereira da Silva

**DA ECONOMIA ESPACIAL SOLIDÁRIA À SUSTENTABILIDADE DO
TRABALHO CIDADÃO:**
o doce território da autonomia pelotense

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

Profa. Dra. Cláudia Luísa Zeferino Pires

Prof. Dr. Francisco Eduardo Beckenkamp Vargas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586e

Silva, Cristiano Pereira da.

Da economia espacial solidária à sustentabilidade do trabalho cidadão: o doce território da autonomia pelotense / Cristiano Pereira da Silva. – 2016.

155 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando Mazzini Fontoura.

1. Geografia. 2. Desenvolvimento territorial. 3. Economia solidária. 4. Trabalho. 5. Cidadania. I. Fontoura, Luís Fernando Mazzini. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. III. Título.

CDD 91

Bibliotecária responsável
Patrícia Mentz CRB 10/2143

AGRADECIMENTOS

Agradeço à sociedade brasileira.

A todos os professores da UFRGS que contribuíram para minha formação, sobretudo aos da Geografia: em especial ao meu tutor e orientador Mazzini.

A minha família: mãezinha Eliza, pai Claudio, as manas e manos Vanessa e Amanda e ao Kiko e o Pablo, também ao meu sobrinho Érick. Obrigado vó Zila e vó Dalva. Amo todos vocês. Um muito obrigado a todos os outros amigos que não caberiam nessa pequena página.

Um agradecimento especial a minha linda que parceira esteve comigo aos 45 do segundo tempo, te amo Cristine.

A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar “quase natural”. Frases como “a realidade é assim mesmo, que podemos fazer?” ou “o desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século” expressam bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizadora. Do ponto de vista de tal ideologia, só há uma saída para a prática educativa: adaptar o educando a esta realidade que não pode ser mudada. O de que se precisa, por isso mesmo, é o treino técnico indispensável à adaptação do educando, à sua sobrevivência. O livro com que volto aos leitores é um decisivo não a esta ideologia que nos nega e amesquinha como gente.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho se propõe a discutir sobre um projeto de desenvolvimento territorial que seja endógeno ao município de Pelotas e, por esta razão, em contraponto às propostas, programas e projetos que visam a geração de empregos a partir do crescimento econômico que são, ambos, hegemônicos e, sobretudo, exógenos tanto ao território quanto ao perfil particular dos pelotenses. Esta discussão procura apontar para um caminho que conduza o trabalhador – a partir do seu trabalho – a gerar tanto a riqueza material quanto a sua própria autonomia (econômica, social, cultural e política), pois se objetiva que a atividade produtiva do doce, tal qual estamos propondo, lhe possibilite o exercício da cidadania. Para tanto, a primeira parte é formada pelo debate entre dois dos cinco candidatos às eleições municipais de 2012 (à prefeitura de Pelotas – RS/Brasil), pois, nela fizemos um diálogo com as propostas de centro-direita do DEM *versus* as da esquerda do PSOL, sobre o caminho a ser seguido por Pelotas para sanar a “estagnação” econômica do município, que perdura desde a década de 1980 (aprofundada com a entrada do país na Globalização). Então, é neste sentido que discutimos a crise do emprego em Pelotas. Isto é, do artesanal-rural à cidade dos alimentos do passado áureo – que, somados, representam o ápice da geração em quantidade de empregos em Pelotas – ao conceito de Indicação Geográfica da Terra do Doce: que parte das tendências contraditórias do fordismo *versus* as do sistema flexível até sua relação com o cenário cooperativo e autônomo da Economia Solidária que, segundo apontam nossos resultados, indicam-se como sendo a tendência à vanguarda no âmbito da relação de geração, ao mesmo tempo, de riqueza social e autonomia ao trabalhador, de forma sustentável; logo, objetivando – a partir da Geografia – apontar caminhos que levam ao emprego do século XXI, em Pelotas, para os pelotenses do passado e do presente, mas de forma que eles sejam os atores locais deste desenvolvimento endógeno do seu território cidadão.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial. Economia solidária. Trabalho. Cidadania.

ABSTRACT

The present work proposes to deliberate about a project of territorial development that is endogenous to the municipality of Pelotas and, for that reason, in counterpoint to the proposals, programs and projects that aim to generate jobs parting from the economic growth that are both hegemonic and, most of all, exogenous to the territory as well as to the particular profile of the inhabitants of Pelotas. This discussion intends to point to a path which conducts the worker – parting from his work – to generate either the material wealth as well as his own (economic, social, cultural and political) autonomy, thus it objectivizes that the productive activity of the sweet, in the way we are proposing, facilitates him the exercise of citizenship. For this, the first part is formed by the debate between two of the five candidates to the 2012 municipal elections (to the City Hall of Pelotas – RS/Brazil), thus in it we create a dialogue with the DEM's mid-right proposals versus the left ones of PSOL, about the way to be followed by Pelotas to aid the municipality economic “stagnation” which perdures since the 1980's decade (deepened by the entry of the country in the Globalization). So, it is in that sense that we discuss the job crisis in Pelotas. Viz, from the rural-artisan to the city of aliments of the golden past – which, added up, represent the apex of the jobs generating in quantity in Pelotas – to the concept of The Land of the Sweet Geographical Indication: which part from the contradictories tendencies of Fordism versus the ones of the flexible system until its relation with the cooperative and autonomous scenario of Solidary Economy which, as our results show, has been indicated as being the trend to the vanguard in the ambit of the relation on generating social wealth and the worker autonomy at the same time, in a sustainable way; thus objectivizing – parting from the Geography - to point paths that take to the employment of the XXI century in Pelotas, for the past and present inhabitants of Pelotas, however, in a way that they are the local actors of this endogenous development of their citizenship territory.

Keywords: Territorial development. Solidary economy. Work. Citizenship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de Pelotas	23
Figura 2 – Quadro de caracterização das agroindústrias artesanais (etnia alemã) de compotas de Pelotas	39
Figura 3 – Agroindústrias artesanais de compotas de Pelotas.....	41
Figura 4 – Quadro de caracterização das agroindústrias artesanais (etnia francesa) de compotas de Pelotas.....	42
Figura 5 – Rótulo da primeira indústria de compotas de pêssego – Quinta Pastorello – década de 1920, Colônia Santo Antônio.....	42
Figura 6 – Fotografias de caracterização das agroindústrias artesanais (etnia alemã) de compotas de Pelotas.....	48
Figura 7 – Quadro e fotografia de caracterização das agroindústrias artesanais (etnia mista) de compotas de Pelotas.....	49
Figura 8 – Quadro e fotografia de caracterização das agroindústrias artesanais (etnia mista) de compotas de Pelotas.....	50
Figura 9 – Fotografia ilustrativa do tipo de regulação entre persicultor (produtor da matéria-prima: o pêssego) e a fábrica artesanal: portão da fábrica de Domingos Lindolfo Bachini com anotações em giz (na Colônia Dias, 1967).....	60
Figura 10 – Fotografias caracterizando o uso de mão de obra infantil no processo industrial (na fábrica de José Rodrigheiro, Vila Nova, 1960) e a presença de autoridades no “dia do pêssego” - Festa do Pêssego, 1967	62
Figura 11 – Fotografias caracterizando a sociabilidade a partir da coroação da Rainha do futebol – Alda K. Bach – do clube 3 de Maio (na Colônia Santa Bernardina, 1961) e da presença da rádio Cultura de Pelotas nos eventos da Colônia em 1965	64
Figura 12 – Fotografias caracterizando a sociabilidade a partir das festas religiosas e de confraternização da Associação Gaúcha de Produtores de Pêssego (AGPPPel), em 1967	72
Figura 13 – Fotografia caracterizando a sociabilidade a partir do desfile da corte da rainha do pêssego em 1968.....	73
Figura 14 – Fotografia do estande da fábrica J. Alves Veríssimo (Vega) na 1ª Fenapêssego (1973) caracterizando a sociabilidade já incorporada pela racionalidade urbana-empresarial	74
Figura 15 – Capa de uma cartilha promocional da indústria de Pelotas na década de 1970 ...	75

Figura 16 – Quadro da participação percentual quanto ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado e valor da produção em Pelotas.	76
Figura 17 – A evolução da indústria em Pelotas (1910 a 1980) e sua distribuição setorial (1970 a 1975).....	77
Figura 18 – Quadro da produção e consumo de pêsego em calda no Brasil	78
Figura 19 – Gráfico da participação setorial no estoque total de empregos formais em Pelotas, mês de novembro de 2014.....	91
Figura 20 – Charge da personagem Mafalda (que ilustra o modo não hierárquico de se relacionar para produzir a partir da apropriação coletiva dos bens materiais de produção) criada pelo cartunista argentino Quino (1964-1973)	122
Figura 21 – Gráfico com os tipos de participação social dos sujeitos dos empreendimentos de economia solidária.	124
Figura 22 – Fotografia da banca de produtos agroecológicos da agricultora familiar do sétimo distrito de Pelotas- RS, Elenise Vozz, tirada em 2014 na feira mensal de ES Bem da Terra no campus centro da UCPel	127
Figura 23 – Programa de governo do candidato Chiarelli do DEM à prefeitura de Pelotas nas eleições de 2012.....	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Paradigma de Investigação em Ciências Sociais e Humanas.....	25
Tabela 2 – Modernidade Fordista (sociedade capitalista).....	50
Tabela 3 – Tabela da taxa de crescimento do emprego formal no mês, no acumulado do ano de 2014 e nos últimos 12 meses, em Pelotas, Rio Grande do Sul e Brasil.....	92
Tabela 4 – Quadro do êxodo rural no município de Pelotas, de 1950 a 1991.....	97
Tabela 5 – Síntese Teórico-Metodológica para a análise do espaço-social.	102
Tabela 6 – Quadro com a perda de população rural pela emancipação dos antigos distritos do município de Pelotas.....	104
Tabela 7 – População Ocupada por faixas de rendimentos, Pelotas. 2000-2010.....	112
Tabela 8 – População Ocupada por faixas de rendimentos e sexo, Pelotas. 2000-2010	112
Tabela 9 – Rendimento médio nominal (em R\$) da População Ocupada, por sexo, Pelotas. 2000-2010.....	113
Tabela 10 – Tabela comparativa das relações entre as pessoas e entre trabalho capital nos sistemas cooperativista e capitalista	117
Tabela 11 – Tabela de Distinção entre Capitalismo, Socialismo e Comunismo.....	117
Tabela 12 – Modernidade Fordista versus pós-modernidade Flexível, ou a interpretação de tendências opostas na sociedade capitalista como um todo	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGPPPel	Associação Gaúcha dos Produtores de Pêssego e Pelotas
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DEM	Democratas
DEPRC	Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais
DO	Denominação de origem
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ES	Economia Solidária
Fenadoce	Feira Nacional do Doce
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IAI	Indústria-Agricultura-Indústria
IFSul	Instituto Federal do Sul
IG	Indicação Geográfica
INTECOOP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
IP	Indicação de Procedência e Emprego
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NESIC	Núcleo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Incubação de Cooperativas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PP	Partido Progressista
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RBS	Rede Brasil Sul de Televisão
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às micros e pequenas empresas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informação de Economia Solidária
SPH	Superintendência de Portos e Hidrovias
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TVCOM	TV Comunidade
UCPel	Universidade Católica de Pelotas
UFPel	Universidade Federal de Pelotas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: LOCALIZANDO O PROBLEMA	20
2.1 LOCALIZANDO O PROBLEMA	20
2.2 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	23
3 DA CIDADE RICA DO PASSADO À POBREZA DO EMPREGO NO PRESENTE: MITOS OU VERDADES?.....	35
3.1 PELOTAS: ALMANAQUE POSITIVISTA.....	36
3.2 ONDE ESTAVAM OS EMPREGOS DO DOCE DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO INTERNACIONAL NA PELOTAS DO SÉCULO XX?	40
3.2.1 O desenvolvimento endógeno desta atividade a partir do território	40
3.2.2 As técnicas de produção das compotas e doces no tempo da zona rural	48
3.2.3 Relações sociais de produção: o trabalho do doce e o tipo de sociabilidade a ela inerente.....	57
3.2.3.1 Das relações sociais de produção do trabalho do doce	57
3.2.3.2 Ao tipo de sociabilidade a ele inerente	63
3.2.4 Da doce sociabilidade do trabalho ao amargo desemprego da sociabilidade.....	67
3.2.4.1 Da doce sociabilidade do trabalho ao amargo desemprego da sociabilidade	67
3.3 ONDE ESTÃO OS EMPREGOS DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI!	87
3.3.1 Afinal, a demissão ou o subemprego da autonomia: é técnica ou política?.....	88
3.3.2 O doce trabalho de Pelotas <i>versus</i> a amarga técnica da política do desemprego....	94
4 DA ECONOMIA ESPACIAL SOLIDÁRIA À SUSTENTABILIDADE DO TRABALHO CIDADÃO	110
4.1 DA ECONOMIA CAPITALISTA À HIERARQUIA DO TRABALHO ALIENADO..	110
4.2 DA ECONOMIA ESPACIAL SOLIDÁRIA	122
4.3 A SUSTENTABILIDADE DO TRABALHO CIDADÃO	125
4.4 DA CIDADE DOS ALIMENTOS À INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA TERRA DO DOCE: DAS TENDÊNCIAS OPOSTAS AOS CENÁRIOS COOPERATIVOS OU À GUISE DE CONCLUSÃO.....	129

REFERÊNCIAS..... 145

1 INTRODUÇÃO

I

O trabalho divide-se em três capítulos e seus respectivos subcapítulos que buscam responder nossa pergunta: é possível – a partir do próprio território pelotense e de sua população – gerar um tipo de emprego que promova de forma sustentável tanto a autonomia econômica quanto a autonomia político-cidadã aos trabalhadores? Para tanto, buscamos investigar atividades econômicas que surgiram de forma endógena em Pelotas e que geraram empregos tanto no meio rural quanto no urbano, além, é claro, da discussão sobre o caráter social deste trabalho.

Assim, no terceiro capítulo nos propomos a fazer esta caracterização de forma a expor, mesmo que de forma diluída, mas constante ao longo do texto, os elementos da história econômica deste município através de sua formação sócioespacial, pois serão necessários ao debate que faremos no quarto capítulo sobre os mitos e verdades acerca desse apelo ao passado “rico” de Pelotas.

Portanto, no quarto e último capítulo, citando desde já as palavras-chave *estagnação econômica*, do candidato do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Jurandir Silva, que durante o debate à prefeitura de Pelotas em 2012, afirmou que esta crise “perdura aí no mínimo os últimos vinte e cinco, trinta anos”, para que possamos debater com ela. Este debate se dará a partir da caracterização geográfica desta que é uma das atividades econômicas mais importantes tanto do município de Pelotas quanto do RS e que persiste desde seu nascimento no século XIX até os dias atuais, ou seja, a partir de sua formação socioespacial. Ao longo desta caracterização veremos as diferenças e semelhanças entre os processos passados que articularam o rural e o urbano e os atuais que subordinam ou orientam a relação cidade-campo buscando, com isto, compreender a relação entre atual crise do emprego e a formação socioespacial da atividade do doce em Pelotas. Para tanto, faremos um debate com nosso referencial teórico-metodológico, que vai desde os autores e conceitos clássicos até os contemporâneos que tocam, direta ou indiretamente, no tema do desenvolvimento territorial.

II

O segundo capítulo *Fundamentos Teóricos e Metodológicos: localizando o PROBLEMA*, divide-se em dois subcapítulos. No primeiro subcapítulo, discorreremos sobre como a partir de uma brincadeira de interpretação epistemológica das propostas dos candidatos à prefeitura de Pelotas em 2012 surgiu nossa motivação por estudar este tema da crise do emprego. Motivação que surgiu porque este problema é permanente, isto é, faz parte das crises cíclicas causadas pela acumulação do capital e tem afetado o cotidiano dos brasileiros, da nação como um todo, mas sobretudo municípios periféricos como o de Pelotas. Tanto que desta aflição da qual também compartilho é que derivou a motivação para estudar esta crise do emprego em Pelotas, bem como caminhos para superá-la. Estou falando desde os conflitos psicológicos inerentes ao drama do desemprego vivido pela minha e por tantas outras famílias de Pelotas, Brasil e mundo, a partir da década de 1980, uma vez que já é sabido de todos que a crise da “década perdida” atingiu apenas alguns setores da economia, sobretudo sobre a classe trabalhadora da cidade e do campo. Eliminar a autonomia produtiva dos territórios periféricos é aliená-los a um único modelo de produção, ou seja, de ser.

Somada a esta crise, vimos uma mudança estrutural da economia de ordem global, seguida de um ajuste fiscal, e que, em Pelotas como no Brasil, foi imposta pelos governos prejudicando mais o trabalhador e menos o capital. Disto resultou ao longo das décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000, uma desestruturação de famílias inteiras no Brasil em geral e em Pelotas em particular, porque não conseguiam proverem-se minimamente, ou seja, emigração compulsória na busca de emprego tanto do campo para a cidade, em Pelotas, quanto entre Pelotas para as regiões ou para os municípios maiores onde haviam a concentração de capital, Região Metropolitana de Porto Alegre, ou para aqueles municípios onde havia a tendência de concentração de capital produtivo, como em Caxias do Sul, por exemplo. No âmbito da sua dimensão espacial vê-se como uma desterritorialização para o trabalhador, porquanto a interpretação geográfica deste processo histórico já denunciou que “não são os grandes empresários e os grandes executivos que estão 'desterritorializados' – ao contrário, são eles que têm a liberdade de escolher a (multi)territorialidade que mais lhe convém, mais flexível e mutante” (COSTA, 2010. p. 367).

Por esta razão, dentro do segundo subcapítulo, debateremos com as ideias de alguns autores que relativizam essa “verdade científica” que tem-se feito hegemônica devido ao apoio da repetição maciça dessa mídia corporativa pré-paga, porque a reprodução de uma única

narrativa é ideológica e não científica. Buscaremos, então, construir um debate que nos possibilitem interpretar tanto a falta quanto a degradação do emprego para o trabalhador do fim do século XX e início do XXI, já que, como dissemos, também foi drama da geração dos nossos pais e também tem sido da nossa geração porque a degradação hoje – em boa parte pela terceirização do trabalho – tem sido a nossa realidade, e apontando-se como tendência para as gerações futuras porque conforme essa ideologia hegemônica se reproduz localmente, fica mais evidente a face perversa dessa Globalização (SANTOS, 2013). E é por esta razão que parafraseamos Singer (2006), que defende que o desemprego é apenas a ponta do *iceberg*.

III

Já no terceiro capítulo *Da cidade rica do passado à pobreza do emprego no presente: mitos ou verdades?* Como já dissemos, mas vale repetir, nos propomos a fazer esta caracterização de forma a expor, mesmo que de forma diluída, mas constante ao longo do texto, os elementos da história econômica deste setor da economia pelotense que passou da relação rural-urbano à relação campo-cidade até chegar em sua forma pós-moderna, ou seja, o da relação cidade-campo, pois serão necessários ao debate sobre os mitos e verdades que faremos no quarto capítulo a cerca desse apelo ao passado “rico” de Pelotas. Que foi rico não há dúvidas! Mas acrescentaríamos uma pergunta desde já, porque não é usualmente feita pela narrativa única seja pela historiografia tradicional positivista seja pela ideologia hegemônica logo, nem pelo senso comum que a recebe de forma passiva e acrítica seja pelo currículo-escola seja pela mídia corporativa, isto é, sobre como se deu a acumulação primitiva deste capital: este passado da cidade de Pelotas foi rico para quem?

Iniciaremos trazendo alguns dos elementos que caracterizam Pelotas na visão daqueles personagens e ideias contadas pela historiografia tradicional do Rio Grande do Sul (RS), visando compará-los com outras visões da mesma realidade: no subcapítulo *Pelotas: um almanaque Positivista*, será onde coletaremos nossas primeiras coordenadas.

No subcapítulo *Onde estavam os empregos do doce da divisão territorial do trabalho internacional na Pelotas do século XX?*, que se subdivide em outros quatro subcapítulos, procuramos caracterizar a atividade do doce de compotas de pêssego de Pelotas que surgiu no meio rural (tendo sua técnica sido importada da França no final do século XIX), mas que ganhou, com o passar do tempo, características singulares à terra e aos pelotenses.

A partir desta singular atividade econômica, surge de forma endógena tanto uma cultura fruticultora já beneficiada em fábricas que brotaram no meio rural, ainda que artesanais, do município de Pelotas e região sul do RS, quanto uma cultura da sociabilidade a elas imanente. A festa de comemoração do “Dia do Pêssego”, que é apenas uma das partes desta sociabilidade endógena, em seu auge em meados de 1960, é assaltada pela racionalidade urbana, passando a realizar-se na cidade de Pelotas, só que sob a égide dos modelos “transplantados” do estrangeiro, para usar uma expressão de Pereira (1984). “Eles”, misturados com o conservadorismo do tipo brasileiro, preencheram de conteúdo político e técnico a racionalidade urbano-industrial fordista-taylorista que passou, a partir daí, a comandar empresarialmente este setor agroindustrial de conservas “de” Pelotas.

Veremos ainda que este tipo de processo de expansão do capitalismo industrial em Pelotas, mesmo chegando só em fins de 1960, contribuiu para destruir as antigas economias regionais (OLIVEIRA, 1977). Economias como a de Pelotas que antes da instalação da malha rodoviária, que ligou todo o território brasileiro, viu florescer sua endógena indústria, mas que após isto, viu-se incapaz de concorrer com os produtos mais modernos, com menor preço, etc. de regiões mais e melhor industrializadas (SÁ BRITTO, 2011). Esta racionalidade passou a comandar o meio rural a partir da relação cidade-campo, sobretudo após a modernização conservadora da agricultura pelos milicos (FONTOURA, 2012).

Assim, do subcapítulo acima descrito derivam seus subseqüentes, que tratarão de desmembrá-lo para responder a questão: *Onde estavam os empregos do doce da divisão territorial do trabalho internacional na Pelotas do século XX?* Através do estudo do caráter social deste trabalho que caracterizou tanto aquela agroindústria artesanal de compotas da colônia de Pelotas quanto a agroindústria urbano-industrial fordista-taylorista que a engoliu e ampliou-a indo desde a produção das compotas de pêssego em calda até o setor conserveiro num sentido lato, ou seja, processando também outras frutas e vegetais.

Assim, sobre os quatro subcapítulos subseqüentes, salientamos que o objetivo foi buscar a raiz de uma atividade econômica que tenha nascido no território de Pelotas; após, interpretaremos como se dava essa prática socioeconômica no meio rural, enfatizando a relação entre a técnica, natureza e comunidade envolvida com essa prática produtiva; disto deriva o debate sobre a relação entre estas características específicas das *relações sociais de produção* com as *forças produtivas* endógenas, porque toda formação socioeconômica se dá com a transformação do meio natural em um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006; 2012); e no último, tentamos analisar a relação entre essas *relações sociais de produção* com o

tipo de *sociabilidade inerente a esta atividade produtiva* buscando, compreender, se a sociabilidade deste trabalho era mais doce ou mais amarga – geradora de autonomia ou de alienação – em relação àquele urbano-industrial fordista. Momento em que adentraremos nas questões de gênero, dado o caráter feminino deste setor conserveiro urbano-industrial (aqui cabe já um apontamento sobre a relação ideológica entre classe e gênero quanto ao objetivo da maximização dos lucros, outrossim, da relação de alienação do capital sobre o trabalho). Depois desse longo século XX, que teve início no final do século XIX, chegamos até a crise do emprego neste cenário contraditório do pós-moderno século XXI.

Do mesmo modo que fomos buscar as origens do emprego em Pelotas no último quartel do século XIX, também o fizemos com relação aos do século XXI, mas não porque quisemos, bem pelo contrário, foi devido ao nosso problema, ou melhor, nossa pergunta-problema, as hipóteses com as quais debatemos, mas, sobretudo pela orientação teórico-metodológica que embasou nossos estudos. É neste sentido que o terceiro e último subcapítulo, do terceiro capítulo, nomeamos/nomeou-se "*Onde estão os empregos da divisão territorial do trabalho internacional do século XXI!*" com um ponto de (!), pois já havíamos nos apropriado dos conhecimentos sobre as bases da produção da arquitetura desta Globalização perversa, ou seja, da unicidade técnica e sua consequente cognoscibilidade do planeta e por isto a convergência dos momentos até a relação entre o motor único e esse período que é uma crise (SANTOS, 2013). Este último subcapítulo dividiu-se em outros dois e ambos tratam da relação entre política e técnica – da racionalidade de suas formas, as *formas-conteúdo* – no intuito de entender quanto uma ou outra influenciou tanto na perda de empregos pós “milagre” econômico, quando em sua degradação nos anos neoliberais que o seguiram com a entrada compulsória de toda a América Latina na Globalização, cujos efeitos foram danosos para seus territórios e suas populações (SANTOS, 2011; 2013). Sobretudo para municípios periféricos como o de Pelotas.

IV

No quarto e último capítulo *Da economia solidária à sustentabilidade do trabalho cidadão*, que se divide em três, faremos um debate sobre o caráter social do trabalho *versus* a caracterização daquele trabalho artesanal e urbano-industrial com a lógica contemporânea dessa precária situação ocupacional a que foram relegados boa parte dos trabalhadores e trabalhadoras do mundo a partir do que se verifica da relação entre o global e o local no município de Pelotas. Não é visível, à primeira vista, se a forma como articula-se, em Pelotas,

esta deterioração das relações de trabalho surge da lógica da política inerente ao regime de acumulação flexível ou toyotista, ou seja, aparenta ser uma questão técnica inerente a economia de mercado ou ao sistema capitalista. Fica mais confuso se visto pela idéia estritamente econômica da Globalização uma vez que camufla a relação existente entre política e técnica, no entanto, veremos com mais clareza ao final deste trabalho as origens político-ideológicas dessa crise do emprego em Pelotas porque não existe política sem técnica nem técnica sem política (SANTOS, 2006). Feito isto, discutiremos outras alternativas à crise, precisamente a viabilidade inerente a lógica da economia solidária, que vimos, está presente em Pelotas, tanto na cidade quanto no campo.

Discutiremos em algum grau as terceirizações impostas pela Globalização, por um lado, e, por outro, pela diminuição do residual Estado de bem-estar social como regulador da economia, do corpo social e territórios nacionais, desde aquele momento em que ele “perdeu” ou repassou o seu poder de planejador para o mercado. E da relação desta política/ideologia com o desemprego além da consequente “deterioração das relações de trabalho” (SINGER, 2006. p. 7). Após o debate entre essas lógicas de produção e reprodução econômico-social destes sistemas acima enumerados, sobretudo entre o flexível e o da economia solidário, discutiremos o caráter social dos empregos os neste início de século XXI, através dos boletins e dados do *Observatório Social do Trabalho* da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Destarte, tanto no subcapítulo *Da economia espacial solidária*, quanto no *A sustentabilidade do trabalho cidadão* estará presente o debate entre a relação da geração de riqueza a partir do trabalho, uma vez que só o trabalho gera valor (MARX, 2013), imanente a autonomia (FREIRE, 1996; 2014; 2012; GADOTTI, 1996; STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2010) do trabalhador e do seu território (SANTOS, 1996; 2006; 2012; [b]; [c]; 2013). A partir de um desenvolvimento territorial que buscará a sustentabilidade da relação entre trabalho, cidadania e este novo meio técnico-científico-informacional, porque a essência do espaço é ser relacional (SANTOS, 2006).

Contudo, deixaremos o terceiro e último *Do Rural Artesanal que foi trabalhar na Cidade dos Alimentos à Indicação Geográfica da Terra do Doce: das tendências opostas aos cenários cooperativos* como um convite ao desbravamento por parte do leitor dessa odisséia pelo espaço geográfico do trabalho, na mágica Terra dos Doces.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: LOCALIZANDO O PROBLEMA

Introdução

Este primeiro capítulo é destinado à construção do quadro teórico de interpretação da problemática de investigação. Para tanto, partimos do real – nosso problema – e deste para a busca do conjunto de conceitos nas ciências humanas que nos possibilite analisar a crise do emprego através da análise tanto sobre a quantidade quanto sobre a dimensão do caráter social deste trabalho – desde seu passado remoto até as atuais tendências para o século XXI –, mas procurando dialogar com a práxis do conhecimento popular. Buscando, portanto, caracterizá-lo através do território e em seus diferentes períodos para chegar a uma fórmula que exclua seu caráter alienador ao mesmo tempo em que exalte sua dimensão emancipadora.

2.1 LOCALIZANDO O PROBLEMA

Jurandir Silva, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), pergunta a Matteo Chiarelli, do partido político de centro-direita Democratas (DEM):

•**pergunta** de Jurandir: “(...) *a nossa cidade vive um período de estagnação econômica que perdura aí no mínimo os últimos vinte e cinco, trinta anos. Qual é a sua proposta para que a gente consiga trabalhar a prefeitura de Pelotas e modificar esta situação de estagnação econômica?*”; [grifo meu]

•**resposta** de Matteo: “(...) esse é um tema central e nós temos defendido desde o início da campanha uma proposta muito clara a respeito da geração de emprego. Essa questão aflige o nosso povo, a região tá (sic) vivendo um momento positivo, a *região tá (sic) vivendo um momento de prosperidade como alguns anos não acontecia*, mas Pelotas tem que aproveitar esse momento, Pelotas tem que ser o carro-chefe, Pelotas tem que ser a locomotiva, tem que ter atitude pra (sic) ocupar esse espaço. Pra (sic) isso *nós temos defendido uma proposta muito clara* de aproveitar esse momento que tá (sic) passando e esse movimento que tá (sic) passando aqui na estrada pra (sic) gerar emprego em Pelotas, fazer com que as empresas que passam rumo a Rio Grande parem, fiquem em Pelotas e gerem oportunidade aqui, criando

o que nós estamos chamando de um *superporto rodoviário*, um *entreposto de mercadorias*, um *porto seco* que vai viabilizar que *se instale aqui o caminhão*, que *pare aqui a riqueza e que Pelotas possa se apropriar disso*, gerando oportunidade *pros (sic) nossos filhos*. Não adianta nada *formar nossos filhos aqui e mandar embora, vai o filho chorando e fica a mãe e o pai com o coração apertado de saudade*, mas só isso não resolve, nós temos que fazer com que Pelotas, que é polo educacional, que é polo de serviços, que é polo comercial seja um polo industrial, *fazer com que as empresas venham e se instalem aqui através de uma atração, duma (sic) política de atração*. Há uma lei, há uma lei *que estabelece vantagens, Lei 5.100 de 2005*, muito pouco utilizada, nós temos que aprofundar a apresentação dessa lei e junto com isso *reforçar e facilitar e estimular aqueles que geram a riqueza em Pelotas há tanto tempo*. Tanta gente ao longo dessa longa caminhada gera riqueza em Pelotas, aposta que *governo não faz dinheiro, o que o governo faz é arrecadar o nosso dinheiro, quem gera riqueza é quem tá (sic) nos escutando, é o trabalhador, a trabalhadora, o comerciante. Nós temos que dar condições para que ele possa ocupar esse espaço e continuar*"; [grifo meu]

•**réplica** de Jurandir: “professor Matteo, nós do PSOL fazemos uma avaliação de que política de atração de uma grande empresa pra (sic) cidade de Pelotas pra (sic) resolver o problema econômico, ela vem sendo apresentada há cerca de vinte e cinco anos e não vem dando certo. Na nossa opinião, é necessário e importante fazer com que nós possamos desenvolver a partir da economia solidária, da formação de cooperativas, aquilo que nós temos como vocação da nossa cidade. A agricultura é um excelente exemplo. Além disso, fortalecer Pelotas como polo cultural e turístico. Agora eu gostaria de lhe perguntar: o senhor foi presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico durante o governo do Fetter, o senhor poderia ter implementado políticas importantes pra (sic) gente conseguir romper essa estagnação econômica. Me parece que o senhor não fez. Então eu gostaria de saber o que o senhor fez como presidente?”; [grifo meu]

•**tréplica** de Matteo: “o conselho fez muito, o conselho não é do governo, o conselho é da cidade, é da comunidade, são cinquenta personalidades, cinquenta lideranças, pessoas que fazem a roda da economia girar em Pelotas, que integram o conselho gratuitamente, graciosamente, sem nenhum custo pra (sic) cidade. Essas pessoas que discutem o futuro tomaram uma série de medidas, a começar pela defesa da criação do porto seco, que

exatamente essa medida que vai atrair novas empresas pra (sic) gerar oportunidade aqui em Pelotas para os nossos filhos”. [grifo meu]

A minha motivação em fazer mestrado surgiu quando, por acaso, assisti ao debate político à prefeitura de Pelotas, pois naquele curto espaço de tempo de descontração, acabei realizando inconscientemente um exercício epistemológico de validação (técnico-científico) sobre as propostas dos candidatos à prefeitura de Pelotas. Não tardou e já havíamos localizado nosso problema: que no discurso aparecia como estagnação econômica (desde 1980) ou baixíssimo crescimento econômico (recentemente), mas que é, na verdade, a **crise do emprego** que se intensificou com a adoção do pacote neoliberal inerente ao processo de Globalização, pois, se no passado recente a falta de empregos em Pelotas, hoje, além da escassez também sua precarização, mesmo que tenhamos passado por um momento de pleno emprego com ganhos reais históricos no salário mínimo e que foi do governo Lula ao primeiro mandato do governo Dilma. Assim, o problema de toda a população, segundo a maioria dos candidatos que discutiram esse tema no debate, passou a ser também o nosso objeto de estudos nesse trabalho.

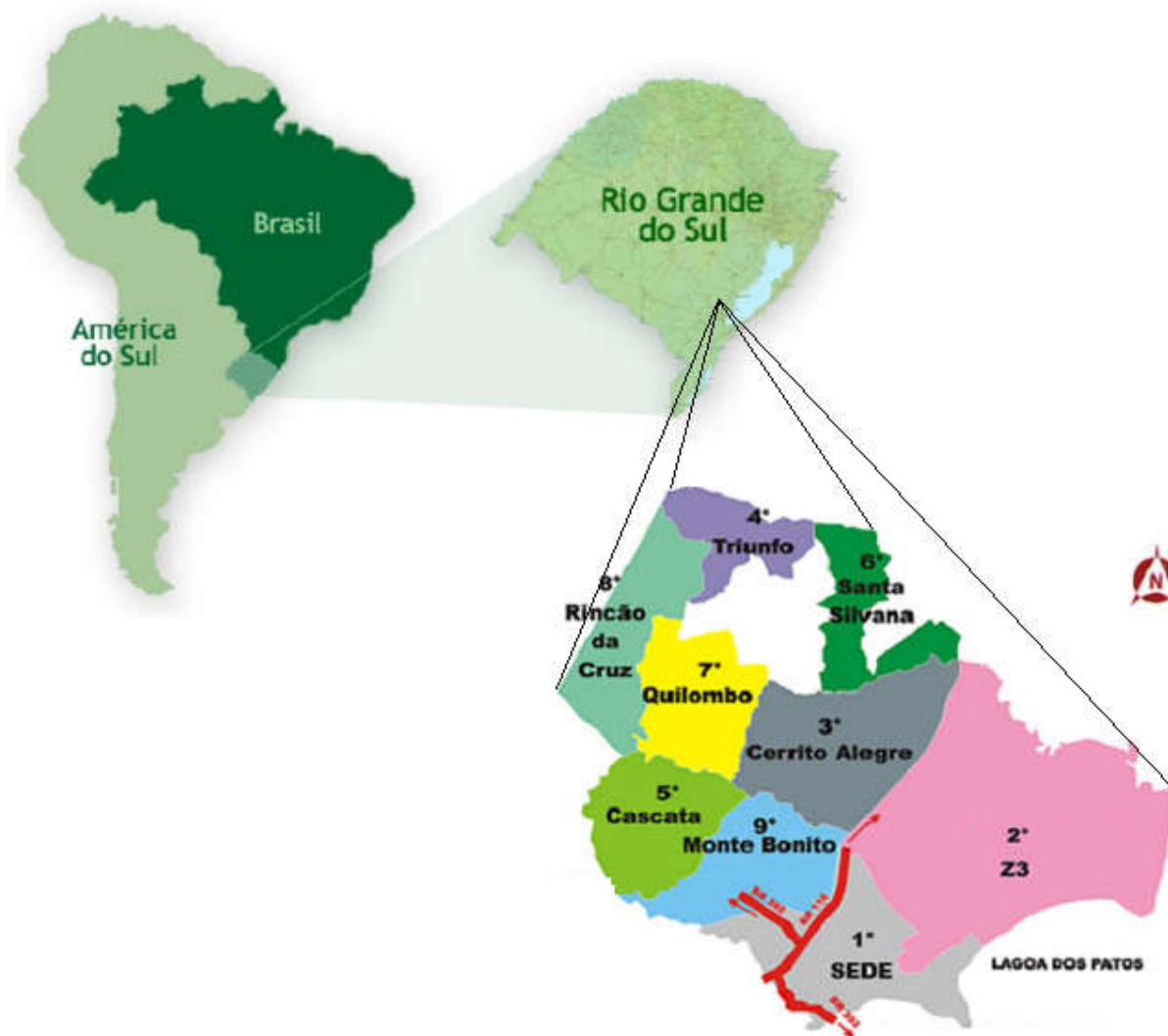
O debate foi realizado na noite de segunda-feira, em 13 de agosto de 2012, e transmitido pela TVCOM, canal do Grupo RBS filiada à Rede Globo, e também pela internet, pelo portal g1.com.br/rs. Este debate é um dos instrumentos ou parte do sistema eleitoral brasileiro e visa esclarecer a população – eleitores do município de Pelotas – sobre as idéias ou propostas de governo, segundo introduz o mediador e Jornalista Artur Rocha. O objetivo dos cinco candidatos é ascender ao cargo de prefeito, o chefe do executivo local, nas últimas eleições municipais brasileiras (2012).

Participaram do debate os candidatos Fernando Marroni (PT), Eduardo Leite (PSDB), Catarina Paladini (PSB), Jurandir Silva (PSOL) e Matteo Chiarelli (DEM). Estes são os partidos convidados, segundo o critério da representação na Câmara Federal, conforme a Legislação Eleitoral e como esclarece Artur Rocha quando explica a mecânica do debate, convencionada em reunião entre os assessores dos candidatos.

Além da transcrição de parte do debate entre estes dois candidatos, também pesquisamos os seus respectivos programas de governo. Em ambas análises, privilegiamos somente os itens que tocam na questão do trabalho. Os respectivos programas se encontram hospedados no site *DivulgaCand* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Assim, transcrevemos acima os trechos de apenas dois dos cinco candidatos, por apresentarem os dois caminhos à

geração de emprego, por mostrarem-se aparentemente divergentes: pois um segue a receita da Globalização representado nas propostas de Matteo Chiarelli do DEM *versus* o outro que propõe o viés da Economia Solidária (ES), de Jurandir Silva do PSOL. Destacamos em *itálico* [grifo nosso] algumas partes do debate, pois iremos discuti-las ao longo do texto.

Figura 1 – Mapa de Pelotas



Fonte: Adaptado do Google Imagens (2016).

2.2 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Em síntese, referenciamos que nossa metodologia emergiu a partir do problema escolhido porque para respondê-lo, tivemos que abandonar determinados paradigmas e

métodos a eles inerentes e preestabelecidos por nós no anteprojeto. Isto aconteceu devido à revisão de literatura (AB'SABER, A. N. 2007; BACH, A. N. 2009; CARDOSO, F. H. 2011; COUTINHO, C. M. G. G. P. 2013; FETTER JR. A. 2014; HARVEY, D. 2013; HEIDRICH, A. L. 2000; LOVE, L. J. 1975; MOREIRA, R. 2012; [b]; 2014; PINTO, C. R. J. 2008; SÁ BRITTO, N. D. S. 2011; SANTOS, M. 1985; 1996; 2012; 2013; [b]; 2014; SCHRADER, A. 2002; SILVA, J. M.; SILVA, E. M.; JUNCKES, I. J. 2009; SINGER, P. 2006; SUERTEGARAY, D. M. A. 2005; VARGAS, F. E. B. 1994) realizada ao longo do primeiro ano de disciplinas e, somente após esta redefinição de paradigma é que pudemos voltar ao nível metodológico e redefinir os métodos de investigação mais apropriados para responder o nosso problema. Neste sentido, cabe ressaltar que a metodologia foi novamente reformulada ao longo da pesquisa, seja após a primeira saída de campo para coleta de dados e entrevistas, seja após a apresentação do relatório de investigação em sua primeira forma: qualificação.

O problema da crise do emprego em Pelotas associada a nossa pergunta-problema demanda uma interdisciplinaridade seguida de uma práxis que o paradigma positivista (LÖWY, M. 1985; 1987; MOREIRA, R. 2012; [b]; SANTOS, M. 1996; 2000; 2006; 2012; [b]; SILVA, J. M.; SILVA, E. M.; JUNCKES, I. J. 2009; SUERTEGARAY, D. M. A. 2005; TRINDADE, H. 2007) não nos possibilitaria abarcar. Nem mesmo o paradigma qualitativo ou interpretativo e, seus métodos inerentes, puderam responder as inúmeras questões que a investigação da nossa pergunta problema nos colocou ao longo da pesquisa.

Assim, a superação destas questões foi a condição *sine qua non* para avançarmos para as próximas etapas e chegarmos até o paradigma sociocrítico, ou seja, um dos fundamentos teóricos da investigação em ciências sociais e humanas e que se relaciona com nossa matriz teórico-metodológica (FONTOURA, L. F. M. 2009; HARVEY, D. 2013; MORAIS, A. C. R. 2007; MOREIRA, R. 2012; [b]; 2014; SANTOS, M. 1996; 2000; 2006; 2012; [b]; SILVA, J. M.; SILVA, E. M.; JUNCKES, I. J. 2009; SOUZA, M. L. de. 2006; SPOSITO, E. 2004; SUERTEGARAY, D. M. A. 2005).

Dito isto, é importante também ressaltar que o problema nos demandou um referencial multidisciplinar e crítico para que pudéssemos dar conta dessa análise complexa a cerca, seja desta narrativa conservadora da historiografia tradicional positivista do RS (CARDOSO, F. H. 2011; FETTER JR. A. 2014; FREIRE, P. 1996; 2014; HARVEY, D. 2013; HEIDRICH, A. L. 2000; LOVE, L. J. 1975; LÖWY, M. 1987; MARX, K. 2013; MORAES, A. C. R. 2007; 2011; MOREIRA, R. 2012; [b]; SANTOS, M. 1996; 2000; 2002; 2006; 2011; 2012; [b]; 2013; [b]; SHOPENHAUER, A. 2009; 2012) e vista também através de documentários como o do Grande

Tambor (do Coletivo de Comunicação Social Catarse, de 2010), seja dessa officiosa da “ciência” econômica (que é apenas a visão de um setor específico dela), mas que por ter o poder de se impor de forma hegemônica faz parecer que com o advento da Globalização finda-se a ideologia e a História (FREIRE, P. 1996; 2012; HARVEY, D. 2013; COSTA, R. H. da. 2010; MARX, K. 2013; SANTOS, M. 2013; SINGER, P. 2006; SHOPENHAUER, A. 2009; 2012). Vejamos a definição deste paradigma:

A Teoria Crítica rejeita a possibilidade de um conhecimento objetivo. Não há perspectivas neutras ou desinteressadas na investigação, porque todo o investigador está situado socialmente e defende sempre os interesses de um dado grupo social. O conhecimento é sempre uma construção social ligado a um interesse de cariz técnico (paradigma positivista) ou a um interesse de comunicação prática (paradigma qualitativo) ou ainda a um *interesse crítico emancipatório*. (SILVA, J. M.; SILVA, E. A.; JUNCKES, I. J., 2009, p. 20-21)

Ainda sobre os critérios que embasam este paradigma e que nos permitira buscar a relação necessária entre as demais fases metodológicas da pesquisa para dar conta de responder nosso problema (AB’SABER, A. N. 2007; COUTINHO, C. M. G. G. P. 2013; MORAIS, A. C. R. 2007; MOREIRA, R. 2012; [b]; 2014; PINTO, C. R. J., 2008; SANTOS, M., 1996; 2000; 2013; SILVA, J. M.; SILVA, E. M.; JUNCKES, I. J., 2009; SUERTEGARAY, D. M. A., 2005), cabe ressaltar:

Tabela 1 – Paradigma de Investigação em Ciências Sociais e Humanas

(Continua)

Denominação	Sociocrítico; Orientado à Mudança; Investigação Ação; Emancipatório; Ciência Crítica da Educação.
Fundamentação Teórica	Teoria Crítica; Praxeologia.
Natureza da Realidade (ontologia)	Múltipla, Dinâmica, Construída; Holística; Divergente; Evolutiva Interativa; Comparticipada; Histórica.
Lógica	Indutiva
Tipo de Conhecimento	Explicação Idiográfica; Emancipador; Mudança; Prático.

Tabela 1 – Paradigma de Investigação em Ciências Sociais e Humanas

	(Conclusão)
Finalidade da Investigação	Libertar; Emancipar; Melhorar; Transformar; Criticar; Identificar Mudanças.
Valores (axiologia)	Integrados; Compartilhados.
Ética	Intrinseca.
Relação Sujeito/Objeto	Inter-relação por compromisso; Investigador é mais um dos participantes.
Relação Teoria & Prática	Indissociáveis; A Prática é a Teoria em Ação; Relação Dialética.
Papel da Teoria	As Construções Teóricas Emergem de Forma Cooperativa.
Estilo do Investigador	Participativo.
Desenho do Estudo	Negociado.
Quadro de Investigação	Circunscrito.
Condições para a Recolha de Dados	Em Cogestão.

Fonte: Adaptada de Coutinho (2013).

Somente a partir desta ponte paradigmática é que pudemos construir esta metodologia que, condicionada pelo objeto de estudo, possibilitou-nos o debate com outras áreas do conhecimento como, por exemplo, a História, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Economia e conhecimento popular (ALVES, R. 2004; BEAUVOIR, S. de. 1976; 2009; BRONOWSKI, J. 1977; FERNANDES, F.1960; 2008; FREIRE, P. 1996; 2012; 2014; FURTADO, C. 2007; 2002; [b]; GUARESCHI, P. A. 1987; [b]; 1984; HOLANDA, S. B. de. 1979; IANNI, O. 2004; JUNIOR, C. P. 1961; KERSTENETZKY, C. L. 2012; MORAES, D. de. 2012; PEREIRA, J. C. 1984; PERICÁS, L. B. & SECCO, L. 2014; PIKETTY, T. 2014; [b]; 2015; PINTO, G. A. 2013; RIBEIRO, D. 1995; SANTOS, B. de S. 1988; 2010; SINGER, P. 2002; 2006; MARX, K. 2013; LÖVY, M. 1985; 1987; SHOPENHAUER, A. 2009; 2012; VARGAS, F. E. B. 1994).

Para dar cabo de responder nossa pergunta-problema sobre se é possível hoje e a partir do território e de sua população imanente recuperar aqueles empregos do passado “áureo” de Pelotas, mas com a qualidade necessária para enquadrar-se nos padrões de desenvolvimento

para o século XXI, que visão desde a sustentabilidade até a justiça social além da condição de que este trabalho – oriundo de um desenvolvimento territorial endógeno – possibilitasse a autonomia do trabalhador e de seu território é que tivemos que ir buscar referenciais teórico-metodológicos em escolas da Geografia e autores específicos da Geografia e da sua necessária relação com os das outras ciências sociais e humanas.

Em primeiro lugar, se fará necessário a caracterização geográfica da história do trabalho em Pelotas, desde àquele do passado “rico” até este recente momento de pleno emprego do primeiro mandato do governo Lula até o fim do primeiro mandato do governo Dilma, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). Por esta razão, será necessário um primeiro corte metodológico que contemple tanto o meio rural quanto o urbano, pois os empregos em quantidade da época “áurea” do passado de Pelotas estavam associados em grande parte as riquezas produzidas no meio rural, mas cuja produção dependia de sua relação com a cidade ou núcleo urbano de Pelotas porque serviria mais tarde para estimular o desenvolvimento deste e de outros setores da economia a eles inerente e que abrangiam quase todo o município – desde os setores da economia até parte significativa da vida política e cultural de sua população – de Pelotas.

Assim, teremos a relação cidade-campo enquanto método como uma de nossas principais categorias de análise geográfica (FONTOURA, 2009; MOREIRA, 2012, 2014) e, por isto mesmo, apontamos que o recorte/atividade produtiva que iremos estudar será a do doce porque vai do artesanal rural passando pelo urbano-industrial até chegar em sua forma pós-moderna, ou seja, responde a nossa pergunta-problema porque gerou muitos empregos no passado, no meio rural e urbano e nasceu endogenamente em Pelotas (BACH, 2009; FENADOCE 2015 – Feira Nacional do Doce, Pelotas/RS; GIESBRECHT, H. O. & SCHWANKE, F. H. & MÜSSNICH, A. G. 2011; SÁ BRITTO, 2011; VARGAS, 1994).

A segunda consiste na discussão que faremos em torno da relação entre a formação socioeconômica de Pelotas, mas utilizando, para tanto, um debate entre os conceitos geográficos e os não-geográficos que discutam sobre a viabilidade do projeto de desenvolvimento territorial endógeno (BACH, A. N. 2009; BRANDÃO, C. 2007; BUARQUE, S. C. 2008; CARGNIN, A. P. 2012; CASTRO, I. E. de. 2013; FONTOURA, L. F. M. 2009; FURTADO, C. 2002; MARX, K. 2013; MARX, K. & ENGELS, F. 1997; OLIVEIRA, F. de. 1977; 2003; PIKETTY, T. 2014; [b]; 2015; RÜCKERT, A. 2013/1; SÁ BRITTO, N. D. S. 2011; SANTOS, M. 1985; 1996; 2002; 2006; 2011; 2013).

Visa-se, com isto, justamente, buscar alternativas que resgatem ou forjem a partir do espaço geográfico contemporâneo do trabalho em Pelotas a autonomia do trabalhador. Ou seja, de um trabalho cidadão que ao se reproduzir produza dialeticamente seu próprio espaço produtivo emancipador (ANTUNES, 2013; 2013; BUARQUE, 2008; BRANDÃO, 2007; HARVEY, 2012, 2013; MARX, 2013; MARX, K. & ENGELS, F. 1997; MOREIRA, 2012, [b], 2014; NOVAES, 2011; PINTO, 2013; SINGER, 2006; SANTOS, 1985, 2000, 2002, 2006, 2011, 2012, [b], 2013; SUERTEGARAY, 2005), pois se a racionalidade hegemônica deste tipo de trabalho – impressa no território a partir das rugosidades, ou da atual escassez ou mesmo da forma subordinada como atuam as poucas empresas de Pelotas, mesmo as de grande porte com relação as corporações e bancos internacionais – podem alienar, também pode emancipar o trabalhador de modo que ele próprio construa a autonomia econômica do seu próprio espaço produtivo.

Por esta razão é que iremos trabalhar com o caráter social do trabalho (ALVES, G. 2011; ANTUNES, R. 2005; 2013; BENINI, E. A. et. al. 2012; GAIGER, L. I. G. & GRUPO Ecosol. 2014; GIESBRECHT, H. O. & SCHWANKE, F. H. & MÜSSNICH, A. G. 2011; HARVEY, D. 2013; MARX, K. 2013; MARX, K. & ENGELS, F. 1997; NOVAES, H. T. 2011; PINTO, G. A. 2013; PINTO, J. L. R. 2006; POCHMANN, M. 2012; SANTOS, M. 2011; SINGER, P. 2002; 2006; SÓLORZANO, M. A. G. & REYES, C. P. 2014; VARGAS, F. E. B. 1994) enquanto outra categoria de análise. Seja analisando-o ao longo da formação socioeconômica da atividade do doce se ao longo da busca deste modelo de desenvolvimento sustentável alternativo ao do atual modelo hegemônico de crescimento econômico a qualquer custo – ou pra ser mais exato, ao custo da precarização das relações de trabalho – porque a busca de relações sociais de produção adequadas ao tipo de trabalho cidadão que almeja-se para o século XXI pressupõe a emancipação do trabalhador da relação alienante de dominação do Capital sobre o trabalho (MARX, 2013; MARX & ENGELS, 1997).

Para podermos propor tanto um desenvolvimento territorial quanto um trabalho – mesmo com a difícil missão de serem emancipadores – que inclua Pelotas de forma não dependente as redes dessa globalização perversa, faz-se necessário uma discussão multidisciplinar da existência ou não de relação entre a informação como sendo o motor da divisão territorial do trabalho do século XXI (SANTOS, 2006) e os modos de produzir endógeno e os saberes locais imanentes (ALVES, 2011; FREIRE, 1996, 2004, 2012; KUBO, 2009; SANTOS, B. de S. 2010; SINGER, 2006; 2012).

Desta relação surge a necessidade de retorno ao debate inicial que motivou este trabalho justamente porque as duas propostas de implantação de um modelo de desenvolvimento para solucionar a crise do emprego legítima, ao mesmo tempo, a importância de se construir um quadro teórico que caracterize e incorpore o conhecimento popular ao conhecimento científico. Constituindo-se, assim, em mais uma categoria de análise que usaremos para testar a viabilidade dos dois modelos propostos: pelo DEM e pelo PSOL.

Não iremos avaliar esta ou aquela política pública, mas a coerência entre a ideologia impressa em cada projeto e as condições reais de inserção de Pelotas, sua população dentro desta nova divisão territorial do trabalho internacional do século XXI. E escolhemos as propostas destes dois candidatos/partidos porque apesar de não serem os únicos agentes produtores do espaço são, em última instância (em função das regras desse tipo de democracia político-partidária de representação indireta) aqueles que têm o poder de regulamentar sobre os direitos e deveres dos demais agentes (pessoas física e jurídica) e que também produzem espaço geográfico.

O debate com estas propostas e projetos do DEM e do PSOL desencadeou a busca dessa metodológica que visa a busca deste modelo alternativo de desenvolvimento territorial endógeno emancipador. Pois o poder a eles atribuído através do voto de 50% mais 1, se reflete, ao longo dos quatro anos, sobre toda a sociedade, com projeto ou sem projeto, e por esta razão acabam por influenciar diretamente na forma como este espaço banal será apropriado. Uma outra razão que justifica o nosso debate com essas propostas de projetos de desenvolvimento que abrangem setores específicos da economia espacial e de extratos específicos da sociedade (com ganhos para esta e perda para aquelas classes sociais), porque nossa categoria de análise não é o território em si, mas o território usado. Por último, pelo compromisso epistemológico de desmarcarmos a ideologia neopositivista que se manifesta através dessa Globalização pós-moderna e que, advogando-se cientificamente neutra, separa a política da técnica e camufla a ideologia dos sistemas técnicos e de suas formas-conteúdo. E é por estes motivos que a Geografia tem que cumprir um de seus principais papéis sociais: o de subsidiar cientificamente a produção da política (HARVEY, 2005; 2013; [b]; SANTOS, 1996; 2000; 2012; 2013).

Segundo Santos (1996) e Monteiro (2006), justifica-se este debate com o senso comum existente tanto dentro do conhecimento popular quanto do conhecimento científico (ALVES, 2004; BRONOWSKI, 1977) porque no Brasil é o efeito quem tem comandado a pesquisa. Assim, por estes dois motivos, vimos a necessidade de investigar a qualidade dessa política (propostas, projetos para Pelotas) feita, cada vez mais, de forma “científica” (DIVULGA

CAND. Divulgação de registros de Candidaturas 2012: Pelotas/RS; ELEIÇÕES 2012, RBSTV. Candidatos à prefeitura de Pelotas fazem debate na tv.; FETTER JR, 2014; HARVEY, 2013; SANTOS, 1996; 2000; 2012; 2013). A partir deste contexto é que nosso problema emerge a partir das propostas dos candidatos às eleições municipais em Pelotas/RS no ano de 2012.

Faremos, por conseguinte, o debate sobre a relação entre técnica e política ao longo dos ciclos econômicos que caracterizaram desde as eras áureas de geração de emprego no município de Pelotas (passando por sua decadência nos anos 80 e 90, pelo pleno emprego e com ganhos reais históricos do salário mínimo na primeira década do século XXI) até sua precarização.

Assim que fizermos a caracterização da formação socioeconômica da atividade do doce em Pelotas e do caráter social do trabalho a ela inerente, faremos o cruzamento destes resultados com os dados de campo referente a conjuntura do emprego em Pelotas. Após isto, retomaremos o debate sobre viabilidade das propostas dos candidatos do PSOL e do DEM. E deste com os resultados da nossa pergunta-problema que visa dissertar sobre um projeto de desenvolvimento territorial endógeno emancipador (BRANDÃO, 2007; BUARQUE, 2008; SANTOS, 2006; 2008; 2011; 2012; 2013), da atividade do doce.

Nosso debate visa ao mesmo tempo, georreferenciar conceitualmente a posição atual de Pelotas dentro da divisão territorial do trabalho internacional como categoria de análise necessária após a constatação – a propósito da qualificação – da confirmação de nossa primeira ‘pergunta-problema’: *“a visão atual da política sobre a realidade territorial atual de Pelotas é científica ou de senso comum?”*. Após esta etapa, passaremos ao segundo nível, que será o de construir um debate em que possamos subsidiar essas propostas e programas – a partir da Geografia – de modo que o senso comum, os critérios científicos já defasados ou mesmo aqueles atuais, mas descoladas da realidade da formação espacial local de Pelotas sejam mapeados conceitualmente e, se possível, excluídos do projeto de desenvolvimento para a terra do doce. Pois tais conclusões têm se repetido e embasado os programas de governos e propostas dos candidatos ao pleito municipal pelotense há algumas décadas.

Desta conclusão, chegamos a nossa principal pergunta-problema, isto é, *“é possível a partir da atividade doceira em Pelotas/RS resgatar, ao mesmo tempo, o trabalho e uma cidadania dele consequente?”* já que a Globalização tem relegado a massa de trabalhadores no mundo inteiro tanto ao desemprego quanto à precarização das relações de trabalho e sua consequente exclusão social, no Brasil e no mundo (FURTADO, 2002; HARVEY, 2005; OLIVEIRA, 2003; PIKETTY, 2015; POCHMANN, 2012; SINGER, 2006; SANTOS, 2013).

Nosso objetivo geral constitui-se na análise do caráter social do trabalho dentro da atividade do doce de Pelotas/RS. Porque foi um setor da economia que surgiu endogenamente, que articulou rural e urbano no passado remoto e cidade e campo no passado recente, gerando empregos em ambos. Buscaremos algum elemento geográfico na história da formação socioeconômica deste setor da economia pelotense, ou seja, um que aponte para a relação entre sustentabilidade territorial e economia através da relação entre autonomia e trabalho, logo, no sentido inverso à hierarquia alienadora que estrutura o capitalismo, isto é, *Capital versus trabalho*.

Nossa proposta constitui-se, assim, num caminho difícilíssimo, mas faz-se necessário buscar este e outros projetos alternativos que foquem na geração de um trabalho cidadão à população pelotense mais carente e que se encontra, em boa parte, excluída do direito a um trabalho digno. Mas um trabalho que a emancipe da dependência dos empregos vindos de fora (que já substituiu o conteúdo político do trabalho pela lógica apolítica da situação ocupacional). Justamente porque esta lógica exógena é alienadora e excludente, uma vez que o indivíduo continua dependendo dos outros – os de fora – para satisfazer as suas necessidades. Nenhum ser humano é livre se não tem autonomia para prover sua própria existência mínima.

Assim, nossos objetivos específicos nos induzem a caracterizar o tipo de relação entre o trabalho alienador e o emancipador dentro da atividade do doce em Pelotas/RS; analisar as possibilidades e limites desta atividade do doce em Pelotas/RS dentro dessa nova divisão territorial internacional do trabalho (de produção flexível), que é o debate que faremos com as propostas dos candidatos e; analisar se a partir de uma atividade do doce com as características endógenas de Pelotas/RS é possível:

- a) resgatar o emprego e um tipo de cidadania a partir dele e a ele inerente;
- b) construir ou apontar para um modelo alternativo de desenvolvimento territorial endógeno (na cidade e no campo de Pelotas/RS), ou seja, que vá além modelo convencional (que se baseia na relação *Capital versus Trabalho*);
- c) por conseguinte, agregar a dimensão territorial ao debate político ou dos políticos de Pelotas/RS, a partir da Geografia.

Estas questões serão respondidas ao longo do texto e não necessariamente de forma cronológica e explícita porque: por um lado estaremos subordinados a discussão do nosso objeto de estudos através da nossa pergunta-problema e é por esta razão que entendemos que a

problemática será respondida de acordo o transcorrer do debate e análise dos dados; já, por outro lado, porque objetivamos que o leitor as observe a partir da síntese ou conclusão do debate entre o referencial teórico e o mundo real. Da capacidade de nossa teoria de explicar e propor alternativas a crise do emprego em Pelotas.

Entendemos que o trabalho se justifica por um problema real e atual que abrange a todos os municípios da federação, sobretudo os mais periféricos em relação às capitais do centro-sul do país, ou seja, pelo crescimento da falta do emprego no Brasil desde 1980 até sua gradual desvalorização com a entrada compulsória do Brasil na Globalização (SANTOS, 2013). Estes elementos sinalizam um problema muito maior: o da deterioração das relações de trabalho que levam a uma consequente exclusão social (SINGER, 2006), e que é apenas um dos impactos da Globalização em nosso país, mesmo que consideremos o bom momento econômico do Brasil e o “pleno emprego” no segundo mandato do presidente Lula e no primeiro da presidenta Dilma (DULCI, 2013).

Neste sentido, nosso trabalho se justifica, por outro lado, devido a importância da escala na análise tanto científica quanto da política. Porque esta realidade não é restrita a tradição política dos dirigentes da terra do doce que a manifestam na superficialidade ou ingenuidade dos seus discursos e propostas técnicas para a governança e solução da crise do emprego em Pelotas/RS, mas uma “cultura” inclusive dentro do mundo científico que, quando não se preocupa com o efeito em detrimento da causa gasta um tempo precioso para resolver com idéias locais problemas que são, na verdade, consequências de decisões globais ou, para solucionar com idéias globais os problemas que são restritamente locais. Herança Positivista? Visível através do senso comum da ciência que preenche de conteúdo técnico muitas das políticas públicas!

Justifica-se socialmente, outrossim, não só pelo montante de dinheiro público e gasto em corrupção, mas, também, pelo desperdício de tempo e dinheiro em programas e projetos que se propõem a desenvolver Pelotas de forma desconexa de sua relação com a realidade nacional. Temos visto nestes projetos muito pouco de Pelotas como uma parte em relação com o todo que é a formação socioespacial brasileira (MORAES, A. C. R. 2011; MOREIRA, 2014; SANTOS, 2012) que compreende também a formação histórica, antropológica, sociológica e econômica (FERNANDEZ, 1960; FURTADO, 2007; HOLANDA, 1979; RIBEIRO, 1995).

Por estes motivos entende-se porque não é possível interpretar com visões simplistas ou ingênuas ou mesmo as superficialmente científicas esta complexa realidade que hoje é global-local (SANTOS, 2006). Elas datam desde décadas passadas quando o Estado brasileiro protegia

o mercado interno da violência da competição contra o capital internacional (FURTADO, 2007; OLIVEIRA, 1977; PEREIRA, 1984). Bem como com relação à Pelotas (BACH, 2009; SÁ BRITTO, 2011; VARGAS, 1994).

É sabido que a desigualdade do atual momento histórico é estrutural (FERNANDEZ, 2008; FURTADO, 2002; HARVEY, 2013; JUNIOR, 1961; MOREIRA, 2012; OLIVEIRA, 2011; PIKETTY, 2014; PERICAS & SECCO, 2014; PORTO-GONÇALVEZ, 2006; ROSS, 2003; RÜCKERT, 2013; SANTOS, 2013; SINGER, 2006), e esta desigualdade se desenha espacialmente através da contradição entre as verticalidades e as horizontalidades (SANTOS, 1996; 2006; 2013).

E aqui no Brasil, este contraste entre os espaços opacos ou lentos e os luminosos ou rápidos ou fluidos (SANTOS, 2006), que teve início em sua forma moderna desde o momento em que a natureza das relações entre cidade e campo passaram a ser criadas na artificialidade urbana (FONTOURA, 2011) e que, a partir do início da década de 1970, vieram a se configurar enquanto meio técnico-científico-informacional, na cidade e no campo (SANTOS, 1994, 2006).

Justificamos, outrossim, que apesar de não haver um único caminho analítico, entendemos que, no nosso caso, é a partir de estudos como estes sobre a endógena atividade doceira em Pelotas/RS que poderemos propor, do ponto de vista da ciência geográfica, as alternativas técnicas de intervenção no espaço social – logo, no território usado (SANTOS, 1994) –, mais adequadas a nossa realidade histórica, às características e reais demandas da população pelotense.

Para tanto – o espaço banal – traduz-se na categoria de análise correlata que supera essa deficiência de escala conceitual para abranger o espaço urbano e rural, o campo e a cidade, porque ele compreende todas as empresas, todas as instituições (SANTOS, 1996; 2000). Mas para trabalhar com esta empreitada epistemológica multidisciplinar, que busca interpretar a falta de emprego e a consequente falta de cidadania, a partir de várias disciplinas com seus respectivos autores e conceitos é necessário partir da condição que funda a ontologia do espaço, ou seja, de sua essência relacional (SANTOS, 2006). Feito isto fica mais seguro buscar metodologicamente as respostas sobre a relação entre a falência da economia espacial pelotense e o desemprego da cidadania.

Portanto, alertamos ao leitor que se a primeira vista nossa proposta de estudo vos parece ousada e abrangente pedimos calma, pois buscando ser coerente ao que disse Milton Santos (2000. p. 1), se a conceituação do nosso objeto “não for abrangente de todas as formas de relação da sociedade com seu meio, as intervenções serão apenas parciais ou funcionais, e sua

eficácia será limitada no tempo”. Ainda parafraseando-o, concordamos que abordar ou analisar um fenômeno novo com uma metodologia ultrapassada é o mesmo que deformar a realidade e isto não conduz a lugar nenhum (SANTOS, 2013). Em outras palavras, outra definição nos diz que “o espaço geográfico é uno e múltiplo, podendo ser constituída sua análise através de diferentes filtros (os conceitos). Considerando-os operacionais na medida em que eles nos permitam a construção de caminhos analíticos” (SUERTEGARAY, 2005. p. 58). É por esta trilha que buscaremos pistas que nos apontem para outros caminhos.

3 DA CIDADE RICA DO PASSADO À POBREZA DO EMPREGO NO PRESENTE: MITOS OU VERDADES?

Introdução

Este capítulo se traduz num extremo esforço de investigar, analisar e caracterizar esta atividade econômica que surge endogenamente em território pelotense; porque tem como objetivo que tenha sido produto da ação pioneira e empreendedora de sua própria população; gerando emprego no meio rural e urbano – e se possível em articulando-os –; na medida em que buscamos, paralelamente, evidenciar os elementos que, porventura, possam vir a caracterizar o caráter social do trabalho dentro desta atividade econômica. Visamos, com isto, gerar subsídios para discutirmos no capítulo quatro a questão da alienação versus autonomia do cidadão a partir do trabalho. Trabalho este que buscamos articular com a capacidade emancipadora do território, do espaço geográfico, no que tange à força propulsora dos ordenamentos territoriais construídos com a finalidade de induzir ao desenvolvimento territorial, endógeno e emancipatoriamente sustentável.

Para tanto, apresentaremos uma breve caracterização de Pelotas através da influência que seu passado positivista lhe impõe simbolicamente no sentido de legitimar alienações contemporâneas. Em seguida como já foi dito, mas introduzindo com outras palavras, procuraremos fazer a caracterização desta atividade econômica ao longo de todo o século XX, porém não se restringindo a ele, uma vez que iremos desde sua origem (XIX), até sua atual conformação no século XXI, em alguns momentos do texto. Faremos isto na forma de uma pergunta justamente porque debate com esse discurso fatalístico da globalização que decretou o fim da História e do território após as mudanças estruturais no regime de acumulação capitalista do fim do século XX. O sistema flexível enquanto técnica e as normas políticas a ele inerentes não decretaram o fim de todas as formas antigas de divisão do trabalho internacional. Portanto, buscaremos debater ao longo do trabalho com estes discursos veiculados e repetidos rotineiramente nos grandes veículos de comunicação de massa, porque se apresentam no âmbito ideológico e não no científico e empírico e muitas vezes viram a narrativa oficial, mesmo da ciência.

Em função disto, analisaremos o desenvolvimento endógeno desta atividade, apresentada hoje como surgida do “sistema flexível”. A relação entre técnicas de produção e relação sociais de produção passadas para buscar elementos de autonomia, seja individual ou

coletiva, dada por este tipo de trabalho passado, para que possamos comparar com a perda quantitativa e qualitativa das sociabilidades de que tanto a oralidade nostalgicamente reclama. E de que fala também a historiografia tradicional positivista do RS, mas sem contextualizar sociologicamente, pois defendem que a ciência deve ser imparcial. Para nós, tal ideologia só se sustenta na narrativa dessa historiografia tradicional positivista contada por estes “Barões de Münchhausen” aqui do RS (LÖWY, 1985; 1987) que transformaram uma revolta de uma aristocracia escravocrata que lutava pela manutenção de seus privilégios econômicos (CARDOSO, 2011; HEIDRICH, 2000; LOVE, 1975) em revolução, justamente porque tem sido eles quem tem contado a nossa história, mesmo dentro ou a partir da ciência.

Por fim, adentraremos no século XXI não como uma pergunta, mas com uma exclamação. Porque são infindáveis as fontes contemporâneas sobre a posição dos países, dentro da divisão internacional do trabalho após a globalização, dada a austeridade com que foi nos imposto o Pacote predatório do “Consenso” de Washington (com seus ajustes fiscais para o lado do trabalhador que significou a precarização das relações sociais de produção ou dos direitos trabalhistas, através da terceirização do trabalho; das privatizações mas só das empresas públicas mais lucrativas; degradação da natureza pelo tipo de modelo predatório; etc.). Discutiremos então, a relação entre técnica e política no desemprego e subemprego da autonomia do trabalhador, ao longo de todo o trabalho, para que possamos entender a forma como ela deu nos diferentes ciclos de acumulação do capital. Em síntese, procuraremos demonstrar como isto tudo se geografiza nas formas-conteúdo, ou seja, como as formas são preenchidas de finalidades e como a política – sobretudo das grandes empresas ou das elites associadas a ela – está impressa nelas (SANTOS, 2006), reproduzindo camufladamente a mesma lógica do século XIX: Capital versus trabalho ou o Capital alienando o trabalho para poder extrair-lhe a mais-valia (MARX, 2013).

3.1 PELOTAS: ALMANAQUE POSITIVISTA

Pelotas é representada (em pleno século XXI), ainda através da narrativa da historiografia tradicional positivista. Esta historiografia é alicerçada naquele antigo regionalismo gaúcho. Sobre este assunto, citamos o trabalho de Joseph Love, Regionalismo Gaúcho e as origens da Revolução de 1930, “capítulos: 4 e 5, pág. 81-144”, passagens que mostram como se legitimou a autocracia castilhistas que nos impôs através da força o “modo inconsciente de ser e pensar bairrista”. Nosso passado rico? Mas e a partilha da riqueza que era

socialmente produzida? E a violência do trabalho escravo? Esta ética é nossa também? Minha que não é! Mas infelizmente boa parte dos pelotenses acabam por reproduzir essa narrativa e, com isto, tornam-se vilões e vítimas ao mesmo tempo. E esta visão social de mundo – oito ou oitenta – é conteúdo que preenche de ações ontem fragmentárias e, hoje, adjetivadas sobre as formas. Neste sentido, as formas preenchidas destes tipos de conteúdos alienantes e ações a eles inerentes dificultam ou impedem o surgimento de formas alternativas de se relacionar com o meio. O meio pode alienar ou ser o meio através do qual construímos nossa autonomia.

Mitos ou ideologias fragilizadas quando passadas pelo filtro da análise científica de viés crítico-emancipatório. Visto a partir de Cardoso (2011), quando nos mostra em *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* que é uma falácia a história de que o escravo no RS (e em Pelotas) era bem tratado. Aponta ainda que Antônio José Gonçalves Chaves apesar de ser um dos mais ilustres intelectuais de sua época (possuidor de uma biblioteca com acervo invejável) e negar a charqueada com mão de obra escrava, pois impedia o desenvolvimento das relações capitalistas, mantinha, em suas propriedades, um número expressivo de seres humanos negros em regime de escravidão. Negando, na prática, seus discursos e críticas à sociedade escravocrata, sua visão “progressista” versus a conservadora, etc. Contradição confirmada pela carta de Caxias a Chico Bento que articula o massacre dos lanceiros negros (1844), na Batalha de Porongos, onde foi orientado as tropas imperiais que poupassem somente os brancos “brasileiros” e índios, pois visavam a manutenção de seus “capitais fixos”. A liberdade dos lanceiros negros representaria se não o fim, no mínimo, o desgaste e posterior questionamento da utilização da mão-de-obra escrava e servil, dos negros e indígenas.

Destes processos deriva esta atual dificuldade de enxergar a relação rural-urbano, que é produzida em escalas territoriais e setoriais mais amplas, vendidas pelas redes de emissoras de comunicação RBS-TV, Rede-Globo (GUARESCH, 1984; 1987; 1988; MORAES, 2012), como se fosse um regionalismo de todo o espaço banal, de todo o território usado, mas que é forjado em outra escala maior. As câmaras do legislativo federal e estaduais, pela bancada ruralista e a recente bancada da grande mídia, por exemplo.

Segundo Heidrich (2000), as recentes mudanças sócio-espaciais e da formação e transformação das territorialidades no Rio Grande do Sul há, na metade sul do Estado, um regionalismo que obscurece a relação entre as dinâmicas rural e urbana. Obscurece porque alguns agentes generalizam seus problemas ao referenciá-los a uma identidade regional (tendo na tradição a base ideológica desse poder), que neste sentido, objetiva-se como movimento político de defesa de interesses específicos e que alavancam estruturas produtivas e

político-econômicas especializadas. Este fenômeno é apontado pelo autor como sendo: Regionalismo Gaúcho.


Há, porém, que fazer um adendo sobre a relação deste fenômeno com a Globalização e as atividades sob a égide dela. Falamos da atividade econômica que dá ao município de Pelotas o status de capital nacional do doce, porque na medida em que os discursos hegemônicos locais sobre que Pelotas só passou a ser reconhecida nacionalmente após a Fenadoce (tendo sua primeira edição sido realizada em 1986) são repetidos pelas elites locais, pela mídia, pela população e até por parte da ciência. Recentemente, também conhecida nos países do Conesul (haja vista o número crescente de excursões que lotam a feira com nossos vizinhos da região do Prata), em busca dos tradicionais doces finos ou de bandeja ou de mesa que, conforme consta no site do evento, pretende-se através do certificado que:

[...] o certificado é uma maneira de proteger uma história que remonta a um Brasil colonial, com elementos únicos, vindos diretamente do velho continente. É, também, um modo de levar adiante, para outras terras e paladares, nossos sabores e valores; em síntese, tudo o que nos faz pelotenses (<<http://www.docesdepelotas.org.br/empresa>>, 2014).

Porém, o que não consta nos arautos deste sítio virtual é que a atividade persícua possibilitou o surgimento de uma agroindústria artesanal de compotas de hortifruti – com destaque ao pêssego – que iniciada no final do século XIX teve seu auge no início da segunda metade do século XX, quando colocou Pelotas no cenário nacional como terra do doce, devido em grande parte ao trabalho pioneiro e empreendedor dos sujeitos da zona rural deste município gaúcho – com destaque para o pioneirismo dos franceses em relação ao pêssego – mas que só foi possível graças à participação ativa dos outros atores das mais variadas etnias que compunham o mundo rural e urbano pelotense, reconhecida em texto do próprio site de Pelotas, ou seja:

[...] sua população caracteriza-se pela forte presença de portugueses, espanhóis e africanos (é a maior "cidade negra" do Estado), aos quais somaram-se as correntes migratórias de alemães, italianos, franceses, irlandeses e poloneses, que marcaram a configuração física e cultural do povo pelotense, fruto de grande miscigenação. Há, ainda, a presença de imigrantes sírios, libaneses, judeus, japoneses e imigrantes oriundos dos países do Prata (em especial uruguaio) (...) Pelotas é o município mais populoso da Zona Sul, e a terceira cidade mais populosa do Estado. (www.pelotas.rs.gov.br/bancodedados/, 2015).

Figura 2 – Quadro de caracterização das agroindústrias artesanais (etnia alemã) de compotas de Pelotas

FABRICAS		
Identificação	Fantasia: Compota Gauchinha	
	Proprietário: Albino Saalfeld	
	Razão Social:	
Registrada	(X) Sim () Não	Grupo étnico: Alemão
Localização:	Colônia: Ponte Cordeiro de Farias	Distrito: 5º
Atividade	Início: 1960	Término: 1964
		
Entrevistado: Marlene Saalfeld		Nasc.: 1947
Atividade/Vínculo: Filha do proprietário da fábrica		Data: 20/12/2008

Fonte: (BACH, 2009).

Harvey (2003. p. 149-151), vai explicar que lucrar na globalização virou uma arte na medida em que monopoliza-se a exploração da cultura ao mercantilizá-la. Sobre a associação do discurso do passado com os do presente, vai afirmar que “quando diminuem os privilégios monopólicos de determinada fonte, testemunhamos uma variedade de tentativas de preservá-los e reuní-los por outros meios” porque sobre estas alegações monopólicas “podemos concluir, são tanto 'um efeito do discurso' e um resultado da luta quanto uma qualidade do produto”.

Assim, para fazermos a caracterização histórica desta atividade do doce que substituiu a do sal e que deu à Pelotas o status nacional de terra do doce, até chegar na Fenadoce, e ser chamada de “capital nacional do doce” ou “cidade do doce” enfatizaremos todas as etnias¹ e não apenas uma delas – a portuguesa –, pois, apesar de ter sido importante, não é melhor ou tampouco exclui as demais, já que a fase áurea de empregos gerados no município tem um pé na agroindústria do doce de compotas (e não no trabalho escravo das charqueadas); na relação

¹ Da pesquisa sobre o resgate da História do povo negro no extremo sul do Brasil (para o *Projeto Tambor de Sopapo*) – do *Coletivo de Comunicação Catarse* –, surge o documentário: *O Grande Tambor*. Mas até finalizá-lo, as pesquisas sobre o resgate da tradição da produção do instrumento de percussão utilizado durante os momentos das práticas religiosas dos africanos e seus descendentes desde a época das Charqueadas até a segunda metade do século XX quando decidiu-se pelo mesmo modelo do carnaval carioca, mostraram uma outra contradição, ou seja, o fato de não citarem os povos afrodescendentes na construção desta história dos doces finos. Uma vez que emergiu da oralidade que o quindim, a panelinha (ambos apresentados no site da Fenadoce como doces de origem portuguesa) e a cocada já eram produzidos para as oferendas aos orixás na África, a mais de 2000 mil anos atrás (BRITO, VALENTIM, MORAUER, 2010).

entre o mundo rural autônomo e associado ao mesmo tempo ao mundo urbano; da relação entre os pelotenses e seu território como meio produtor de riqueza e sociabilidade, sobretudo de relativa autonomia, tendo sua gênese no pioneirismo em criar uma atividade econômica em relação endógena com a Geografia de Pelotas.

3.2 ONDE ESTAVAM OS EMPREGOS DO DOCE DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO INTERNACIONAL NA PELOTAS DO SÉCULO XX?

Introdução

Ao discordarmos do discurso fatalista da globalização que decreta o fim da História, do Estado (como sinônimo sobretudo de território) e nos impõe a ideologia do individualismo como único caminho de desenvolvimento humano e para a civilização, mesmo que em detrimento do direito, da democracia, da liberdade, etc. é que procuramos analisar – a partir do território pelotense – como que se deu – ou quando não existia esta “redentora” globalização – o desenvolvimento daquelas atividades econômicas que foram responsáveis pela prosperidade econômico-social desse município localizado ao extremo sul do Brasil.

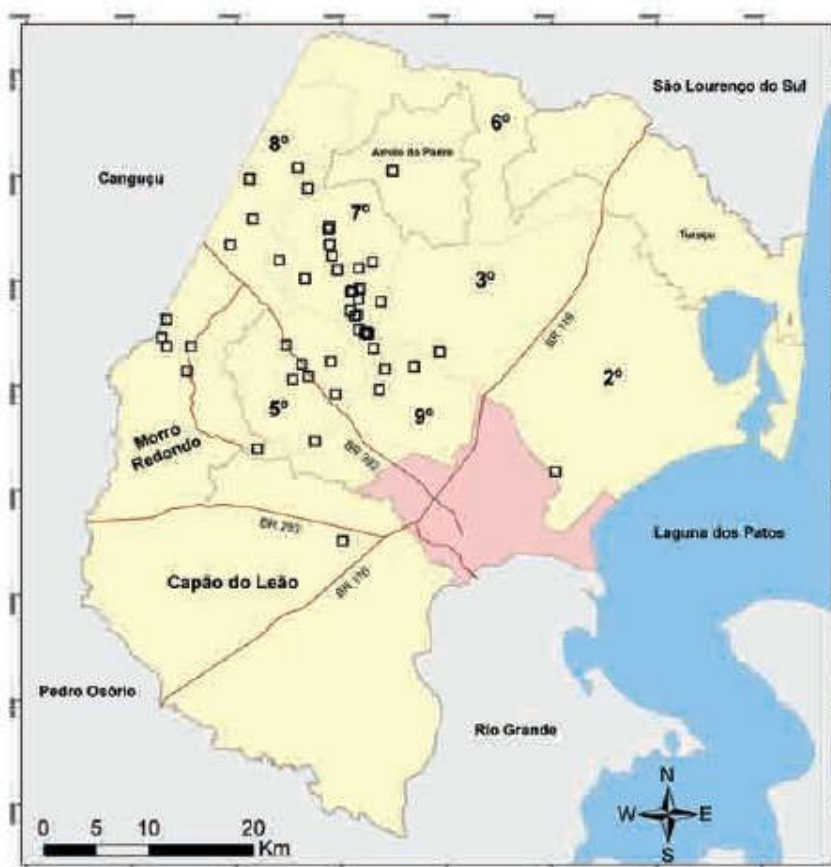
Assim, nesses subcapítulos analisaremos um setor da agroindústria de alimentos – o conserveiro – dado o guarda-chuva de empregos gerados no campo e na cidade. Georreferenciaremos a relação entre quantidade de empregos versus território, setor e o caráter social(izante) desta atividade produtiva hoje “conceitualizada” pelo narrativa oficiosa da Globalização como ocupacional. Por esta razão é que discutiremos o caráter social deste trabalho através de cada período técnico e sob a luz da relação cidade-campo, porque no intuito de buscar entender sua relação com a técnica e a política inerente da atual crise do emprego: com a alienação e exploração do trabalhador, etc. Após esta caracterização, refletiremos sobre a relação entre território, desenvolvimento econômico e autonomia ao trabalhador.

3.2.1 O desenvolvimento endógeno desta atividade a partir do território

A caracterização desta agroindústria mais artesanal passa pelo reconhecimento de uma etnia, a francesa, mais particularmente de um francês radicado no Brasil. Este homem pode e deve ser visto como pioneiro e empreendedor para sua época, pois, impressionado com as terras férteis que encontrou na zona rural de Pelotas, idealizou e implementou um projeto de

beneficiar os frutos da terra. Este projeto acarretou na agroindústria de compotas de doces e veio a caracterizá-la como uma das principais atividades econômicas do município de Pelotas (ao longo do século XX), vindo a espalhar-se por toda a colônia, contagiando também outras etnias. Vide mapa com georreferenciamento destas fábricas no território de pelotense:

Figura 3 – Agroindústrias artesanais de compotas de Pelotas



Fonte: (BACH, 2009).

Nesta época, a extensão da zona rural do município de Pelotas era bastante grande, compreendendo os antigos distritos que após sua emancipação² viraram municípios: Capão do Leão, Morro Redondo e Arroio do Padre, para citar os três que continham pelo menos uma destas fábricas. Por esta razão, o patrimônio industrial rural artesanal de compotas de pêssego de Pelotas faz parte da história da região sul pela sua original localização, mas, mormente, pela cadeia de empregos gerados, tanto no meio rural quanto no urbano, e pela sociabilidade dela consequente e que caracterizou a cultura do povo pelotense.

² Leis Estaduais n.º 7.647 de 03.05.1982, n.º 8.633 de 12.05.1988 e n.º 10.738 de 16.04.1996, respectivamente.

A respeito dessas agroindústrias de compotas artesanais, Bach, ao citar Grando (1990), nos mostra que a primeira fábrica surgiu na Colônia Santo Antônio – 7º distrito de Pelotas – também chamada de Colônia Francesa. Descreve que a Quinta Pastorello, de Emílio Ribes, foi a primeira indústria de compotas de pêsego de Pelotas. Conforme imagens a baixo:

Figura 4 – Quadro de caracterização das agroindústrias artesanais (etnia francesa) de compotas de Pelotas

FÁBRICAS			
Identificação	Fantasia: Quinta Pastorello		
	Proprietário: Emilio Ribes		
	Razão Social:		
Registrada	(X) Sim () Não	Grupo étnico: Francês	
Localização:	Colônia: Francesa		Distrito: 7º
Atividade	Início: 1900	Término: 1972	
			
Entrevistado: Ivone Ribes Rickes			Nasc.: 1933
Atividade/Vínculo: Neta do proprietário da fábrica			Data: 19/02/2009

Fonte: (BACH, 2009).

Figura 5 – Rótulo da primeira indústria de compotas de pêsego – Quinta Pastorello – década de 1920, Colônia Santo Antônio



Fonte: Acervo Museu Grupelli (BACH, 2009).

Além disto, é claro, de vir a colocar Pelotas mais uma vez no cenário econômico nacional, pois, se antes o charque, agora, as compotas e doces, como nos aponta Bach (2009) sobre o surgimento das primeiras fábricas de compotas artesanais em Pelotas:

O cultivo sistemático do pêssego e sua industrialização parecem ter na figura de Amadêo Gustavo Gastal, cidadão francês radicado no Brasil desde 1850, um precursor. Esse homem exerceu os ofícios de dentista e agrimensor e ao desenvolver seu trabalho nesta região, observando a fertilidade das terras, pôs em prática um plano audacioso. Viajou à França em 1867 para levar seus filhos para serem educados pelos avós maternos e também para buscar conhecimentos acerca da fruticultura e sua industrialização, a qual era completamente desconhecida no sul do Brasil. Passado algum tempo, retornou a Pelotas e, em 1874, começou seu projeto. Adquiriu terras em Pelotas, no local denominado “Rincão do Meio”, hoje “Passo do Pilão” – distrito de Monte Bonito. Importou da França equipamentos e técnicas e, em seu estabelecimento denominado “BRUYÈRES”, fabricou as primeiras compotas artesanais de pêssego em calda, além de vinhos e aguardentes de uvas finas, cultivadas por ele mesmo no local. Rapidamente, seus produtos ganharam fama e sucesso crescentes pela qualidade excelente. Eram comercializados em vidros finos (...) identificados ricamente por rótulos coloridos de fabricação francesa (...) (BACH, Alcir. Nei. 2009. p. 43).

Vê-se que o ofício de agrimensor possibilitou a Gastal observar o quão férteis eram as terras – considerando clima, relevo, umidade, solo, etc – da zona rural de Pelotas. Seu pioneirismo se deu justamente quando foi buscar na França o conhecimento das técnicas, bem como os equipamentos necessários para a produção de fruticultura e seu beneficiamento que acarretaria, a posteriori, em sua industrialização. O sucesso deste projeto se deu não somente pelo fato de ser desconhecido na região ou porque fizeram sucesso pela qualidade excelente, mas, principalmente, porque acabou contagiando não só os outros imigrantes franceses, mas também os das outras etnias que ocupavam a região rural do município de Pelotas.

Por esta proliferação e sucesso é que acabou por atrair o interesse do grande capital nacional do eixo Rio-São Paulo na década de 1970 (J. Alves Veríssimo, Red Indian, Cicasul) que vieram a se instalar no município devido a três fatores principais: ao “milagre econômico brasileiro”; à existência de toda uma estrutura produtiva – técnica(s) e política – que vai desde a infraestrutura física, até a mão de obra envolvida diretamente com essa atividade; e principalmente porque isto só foi possível graças às bases ou condições naturais ideais (herdadas da natureza), pois sem elas não seria viável o surgimento desta agroindústria e da cultura territorial a ela inerente. Vantagens locais naturais e sociais que o capital por si só não criaria.

Entretanto, a história econômica do município de Pelotas nos mostra que esse crescimento econômico vertiginoso – das agroindústrias artesanais de compotas da zona rural

– logo mostrou-se como uma faca de dois gumes. Ao mesmo tempo que esta atividade econômica endógena atraiu este grande capital do eixo Rio-São Paulo (em função de seu sucesso, etc), também decretou sua própria falência, porque a política e as novas técnicas inerentes a esta nova racionalidade faziam parte deste pacote de investimentos exógeno à cultura compoteira pelotense e, exemplo disto, foi o fato de não tardarem a inviabilizar a autorreprodução desta cultura local (que era artesanal), como veremos nos mínimos detalhes, durante a caracterização e análise que faremos ao longo desse terceiro capítulo.

Cronologicamente, se os produtores locais destas agroindústrias de compotas – artesanal – pouco ou nada puderam fazer contra a desigual competição com o grande capital nacional – fordista – do eixo Rio-São Paulo (subsidiado pelo governo civil-militar), a mesma história repetiu-se anos depois quando este grande capital nacional (já sem a proteção do Estado) teve que competir com o de outros países (que também eram altamente subsidiados ou favorecidos pelo câmbio) que é anterior ao Brasil entrar às cegas na Globalização – produção flexível.

Dito isto, percebemos que a história econômica do Brasil e do mundo, impressa no Espaço Geográfico de Pelotas como rugosidades que podem ser vistas como cicatrizes técnicas que serviram para a acumulação do capital, tem nos ensinado que este modelo de crescimento econômico, seja ele regulado pelo Estado ou pela política das grandes empresas (do mercado), não se sustenta, ainda mais se somente as grandes empresas são privilegiadas, pois é um crescimento seguido de crise, uma vez que capital e contradições são inseparáveis e estas crises econômicas não podem ser separadas do resto do sistema (MÉSZÁROS, 2009), porque são estruturais. A crise econômica de 1929, Grande Depressão, afetou o Brasil. A crise do petróleo de 1973, forjada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), afetou o Brasil. A crise econômica, social e política mundial de 2012, atingiu diretamente o município de Pelotas (FETTER JR., 2014).

As contradições podem ser vistas através da alienação ou autonomia gerada pelo desequilíbrio entre o exógeno e o endógeno. Dal Soglio (2009), ao discutir as perspectivas de desenvolvimento rural sustentável do ponto de vista da agroecologia, aponta que, como não existem sistemas fechados, observa-se no desenvolvimento ecológico uma composição de forças endógenas e exógenas, mas alerta:

Tem-se observado que, em sistemas ecológicos complexos, quanto maior a dependência de fatores exógenos, menor a diversidade, e maior a instabilidade e insustentabilidade do sistema. Além disso, sistemas desenvolvidos apresentam maior presença de fatores endógenos e são geralmente mais resistentes e/ou resilientes, ou

seja, menos afetados por mudanças do meio, ou recuperam-se mais facilmente de perturbações (...) Os princípios ecológicos que estão sendo testados em geral são confirmados para sistemas complexos, seja pelo fluxo energético, seja por indicadores (índices) de diversidade, dominância ou estabilidade – incluindo os fatores sociais, tecnológicos, econômicos e culturais –, dos quais se conclui que eles podem ser válidos para os agroecossistemas. (DAL SOGLIO, 2009. p. 29).

Vimos no pioneirismo de Amadêu Gustavo Gastal certa semelhança com estes sistemas ecológicos complexos de que fala Dal Soglio, quando, por exemplo, fez nascer do nada os primeiros frutos doces – com destaque aos pêssegos – desta terra de passado salgado. Mas foi devido ao fato de que ele teve o empreendedorismo de diversificar a fruticultura e de beneficiá-la que se entende o porquê da estabilidade de seu sistema de produção. Esta diversidade lhe proporcionou certa sustentabilidade, porque experimentou determinado grau de independência com relação aos fatores exógenos, já que se preocupava com os endógenos: abastecer o mercado interno ou local da cidade de Pelotas, mas não excluindo os exógenos, pois o açúcar vinha do nordeste do país.

Realidade bem diferente daquela enfrentada pelas agroindústrias artesanais de compotas de pêssego da colônia de Pelotas, ou seja, com crescimento vertiginoso entre 1950 e início de 1970 até o colapso dessa indústria rural (BACH, 2009). É visível a sobreposição dos fatores exógenos em detrimento dos endógenos. O desequilíbrio entre eles ou o hipertrofiamento do exógeno é causa de crescimento econômico para uns (os grandes) e o nanismo, decréscimo e, conseqüentemente, extinção para o resto (pequenos e médios). A ciência matemática nos ensina que a economia é finita. A historiografia sociológica que os privilégios foram militarmente impostos após 1964, e financiado pelos *Yankees*³ para as grandes empresas nacionais, mas, sobretudo, as multinacionais norte-americanas. Por esta razão, percebe-se que o crescimento econômico não garantiu crescimento sustentado para todos os “sujeitos” deste sistema. O crescimento econômico das agroindústrias artesanais de compotas da zona rural de Pelotas decretou sua “extinção”, não sua autorreprodução.

Para haver desenvolvimento deve, necessariamente, haver sustentabilidade. Para haver sustentabilidade deve, necessariamente, haver a busca pela qualidade de vida das atuais e das futuras gerações – de todas as espécies – que hoje dividem conosco o planeta (DAL SOGLIO, 2009; Relatório Brundtland, 1987). Mas o conceito de desenvolvimento, segundo Dal Soglio, não pode ser visto como crescimento econômico ou sustentado, já que levar-nos-ia

³ Documentário O dia que durou 21 anos, 2013.

a cair na armadilha da visão segmentada, desvinculada da realidade social, cultural e ecológica de cada região, porque baseado em teorias econômicas superadas.

As propostas – do *superporto rodoviário* e da *Lei 5.100 de 2005* para atração da grande indústria – de Matteo Chiarelli (2012), que são uma parte significativa da política de Pelotas, podem ser vistas como um exemplo real da reprodução destas teorias econômicas superadas. As propostas e programas deste tipo de candidato além de ignorarem o desenvolvimento sustentável endógeno e confundir eleitores pelotenses mais leigos acabam, por conseguinte, induzindo-os ao erro sobre o caminho que vem sendo apontado pela vanguarda da ciência e de análises econômicas mais éticas e inteligentes sobre as premissas básicas para se buscar o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável, apesar de não minimizar a importância do dinamismo da economia, não se limita a ela, ao enfoque meramente econômico. Já sobre este desenvolvimento sustentável na escala do local, é mister que seja um *processo endógeno* de mudança, que leva ao *dinamismo econômico* e à *melhoria da qualidade de vida* da população, em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos (BUARQUE, 2008). Este conceito nos permite não somente visualizar tal confusão como também desfazê-la na medida em que vamos apontando as contradições entre os discursos – destas teorias econômicas superadas – *versus* os da realidade – da vanguarda científica que aponta caminhos para o desenvolvimento sustentável.

Sérgio Buarque (2008) aponta ainda que o desenvolvimento local não pode ser confundido com o movimento econômico gerado por grandes investimentos de capital externo, que não se internalizam e não se irradiam na economia local. Pois estes empreendimentos sem raízes são:

[...] enclaves que não se traduzem em mudanças efetivas na organização social e econômica local, com seus desdobramentos na capacidade de investimento endógeno (especialmente dos governos municipais). O município com grande empreendimento sem raízes (enclaves econômicos) ou cuja economia se alimenta, na sua maior parte, de transferências externas de rendas compensatórias e que têm a base da arrecadação municipal formada pelos fundos de participação está longe de um desenvolvimento local (BUARQUE, Sérgio C. 2008. p. 27).

Assim, mesmo no caso de crescimento sustentado do global no local não há desenvolvimento, porque este crescimento, por mais sustentado que seja, não prioriza a sustentabilidade, pois privilegia este ou aquele setor da economia global-local e não aquele(s) cujas raízes brotaram da terra-local. Geralmente, a escolha é em prol daquele(s) setor(es)

que concentra(m) mais poder e, por isto, maior influência no campo da “diplomacia” com os governos locais. Logicamente, nem sustentabilidade ambiental nem social e, tampouco, territorial: pelo simples fato de que não há desenvolvimento que não se sustente (ALMEIDA, 2011). Vimos isto a partir do colapso da indústria rural artesanal de compotas de Pelotas, bem como deste território e da sua sociabilidade imanente. Afinal, toda territorialidade é uma das dimensões fundamentais da sociedade (SANTOS, Milton. Et al. 2011).

A “escolha” e “aceitação” pelos atores sociais locais de Pelotas dos fatores exógenos ou a racionalidade técnica do grande capital do eixo Rio-São Paulo e, junto disto, o pacote político a ele inerente, mostraram-se insustentáveis porque foram impostos em detrimento dos endógenos (ou o que restou do pioneirismo e empreendedorismo visto através do beneficiamento da fruticultura desde o final do século XIX, por Gastal, e que deu origem à endógena cultura persícua agroindustrial em Pelotas e que gerava empregos no meio rural e urbano).

Vemos, então, a tênue relação entre o poder econômico e o grau de autonomia política dos exógenos (o grande capital nacional) em detrimento da dos endógenos (as de compotas – artesanais – da zona rural ou colônia de Pelotas); também da relação proporcional entre o desenvolvimento e a sustentabilidade, bem como do contrário, isto é, da relação inversamente proporcional entre crescimento e sustentabilidade. Crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento econômico. Tampouco de desenvolvimento territorial.

Apontamos a territorialidade como uma das dimensões fundamentais da sociedade porque entendemos que, no nosso caso, o desenvolvimento e a sustentabilidade precisam estar justapostas no território. Ele, mesmo enquanto espaço, esteve presente desde o surgimento e “desenvolvimento endógeno” da agroindústria de compotas de pêssego – artesanal – na Pelotas do século XIX e XX. Ao contrário dos discursos oficiosos sobre o fim dos territórios (desterritorialização), o que vimos e estamos vendo, no caso da Pelotas do final do século XX até a contemporaneidade do XXI, é o apelo à Indicação Geográfica (IG) dos seus doces com a Indicação de Procedência (IP) (GIESBRECHT, U. L.; SCHWANKE, F. H.; MÜSSNICH, A. G., 2011). A IP é o certificado que garante que o doce é de Pelotas, porque é feito em território(s) pelotense, fabricado pelos pelotenses do século XXI, mas mantendo a receita e forma tradicional de produção.

A pista para desmascarar esta contradição pode estar presente na seguinte relação, ou seja, caso se aliene o território, aliena-se também, a territorialidade. Caso se aliene a territorialidade, aliena-se ao mesmo tempo, o território. Resta-nos então saber qual é a intenção

de se esconder o território e a territorialidade a ele imanente quando os discursos se referem à Pelotas como cidade- capital nacional do doce? Será do mesmo tipo daquela que esconde que o capital aliena o trabalho para poder explorá-lo? Sem a relação entre a sociedade e o seu território! Sem a relação entre a capital (núcleo urbano) nacional do doce e o meio rural (o campo)! Logo, sem relação cidade- campo! Então, que tipo de alienação esconde-se por trás desta falta de relação? Nossa investigação inicia-se a partir da caracterização da gênese da base técnica de exploração econômica desta atividade até chegar em sua base contemporânea.

3.2.2 As técnicas de produção das compotas e doces no tempo da zona rural

“No princípio era o verbo” e as primeiras indústrias que surgiram na colônia tinham que trabalhar em harmonia com a natureza, já que, segundo Bach (2009), as fábricas buscavam sua localização próxima aos arroios, porque isto facilitava tanto a geração de energia hidráulica (movia a roda d’água que girava a turbina) quanto o abastecimento das fábricas com a água necessária à realização das atividades. O mesmo autor vai apontar que a localização deste espaço de produção podia ser caracterizado como um apêndice da residência da família, já que a casa se estendia até a fábrica, isto é, acarretava em uma fusão das instâncias do doméstico com a do trabalho. Vide imagem das fábricas-residências das famílias de Alfredo Torchelsen (ao lado do Arroio dos Kastets) e Carlos Holz (fábrica ao lado da residência), respectivamente:

Figura 6 – Fotografias de caracterização das agroindústrias artesanais (etnia alemã) de compotas de Pelotas





Fonte: (BACH, 2009).

Milton Santos (2006) afirma que as características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado das técnicas. Então, visto por este prisma, fica claro que desde os primórdios da

agroindustrialização dos frutos da terra em Pelotas (do século XIX, até seu ápice em 1970), os pelotenses da zona rural, mesmo tendo criado as técnicas e as próteses artesanais necessárias à produção do doce e tendo mantido tênue relação comercial com a cidade, ainda eram subordinados às forças “repetitivas” da natureza. Todavia, ao longo do tempo, estes instrumentos deixaram de ser apenas o prolongamento do seu corpo para se tornarem um prolongamento do território. Seja em razão da sociabilidade gerada pela convivência entre aqueles que produziram esta agroindústria artesanal endógena, seja em razão da incipiente sociedade que se materializava desde esta época entre o grande capital nacional do eixo sudeste do país com os artesanais, acumulados endogenamente, constata-se a emergência de fábricas com etnias mistas.

O quadro e fotografia que mostram tanto as formas de suas *forças produtivas* já mais bem desenvolvidas – e com uma composição étnica diversa – quanto a relação técnica entre os tanques de tratamento de efluentes das fábricas Red Indian e J. Alvez Veríssimo e, ao fundo, a ainda subordinação à natureza dado sua posição geográfica condicionada ao Arroio Pelotas (1968):

Figura 7 – Quadro e fotografia de caracterização das agroindústrias artesanais (etnia mista) de compotas de Pelotas

FÁBRICAS			
Identificação	Fantasia: Red Indian		
	Proprietário:		
	Razão Social: Red Indian S/A Indústria e Comércio		
Registrada	(X) Sim () Não	Grupo étnico: Misto	
Localização:	Colônia: Ponte Cordeiro de Farias		Distrito: 5º
Atividade	Início: 1956	Término: 2004	
			
Entrevistado: Pedro Juvêncio Vergara			Nasc.: 1928
Atividade/Vínculo: Produtor de pêssego			Data: 17/02/2009

Fonte: (BACH, 2009).

Figura 8 – Quadro e fotografia de caracterização das agroindústrias artesanais (etnia mista) de compotas de Pelotas



Fonte: (BACH, 2009).

Por esta razão, entendemos que a forma mais didática de ver a união da técnica com este espaço é enquanto processo, porque ao longo do século XX verificou-se de forma gradativa a associação entre as técnicas de produção persícua e seu paulatino beneficiamento nas agroindústrias artesanais de compotas de pêssego em ténue relação com o território que, por sua vez, veio a caracterizar-se, até a década de 1970, pelo hibridismo entre elementos do meio natural com os do meio técnico (SANTOS, 2006). Este meio e modo de produção rural seria, ao longo do século XX, sobreposto e conseqüentemente realocado – pela racionalidade urbana industrial fordista, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – Modernidade Fordista (sociedade capitalista)

Economia de escala/hierarquia/homogeneidade/divisão detalhada do trabalho
Alienação/capital monopolista
Projeto/capital produtivo
Poder do Estado/sindicatos/Estado do bem-estar social
Ética/materialidade Produção/operário/política de grupo de interesse
Centralização/negociação coletiva Administração operacional/tarefa única
Produção em massa/política de classe/racionalidade técnico-científica
Trabalho especializado/consumo coletivo Indústria/ética protestante do trabalho/reprodução mecânica
Regulação/renovação urbana
Intervencionismo estatal/industrialização/permanência/tempo

Fonte: Adaptado a partir de David Harvey (2013), da tabela 4.1.

Mas não no mesmo lugar e não de uma hora para outra, pois após a associação da técnica com a ciência, as possibilidades de intervenção e artificialização da natureza foram aumentando gradativamente (FONTOURA, 2002), conforme vemos na tabela acima: divisão detalhada do trabalho, alienação, materialidade, operário, centralização, tarefa única, racionalidade técnico-científica, política de classe, trabalho especializado, consumo coletivo, reprodução mecânica, renovação urbana, intervencionismo estatal, industrialização, permanência, etc. (HARVEY, 2013).

Antes desta época, este meio rural, para este setor da economia pelotense, foi o protagonista no cenário econômico, político, social e cultural (local). Em função de que, por um bom tempo e com relação a outros setores do município, foi um dos que mais produziu riquezas que ficavam na região. Esta riqueza gerada socialmente era repartida, ainda que de forma desigual, entre os produtores e operários rurais locais, de modo que este excedente chegava até a cidade de Pelotas, lembrando aquele segundo tipo de sociedade global no que toca ao rural e ao urbano, chamadas sociedades agrárias (QUEIROZ apud FONTOURA, 2012, p. 2). Onde o maior produtor de riqueza é o meio rural. Neste sentido, o tempo desta divisão do trabalho artesanal consequente constituiu-se como um motor da vida social mais lento, mais ao ritmo da natureza (para população daquela região) e que, por conseguinte, promoveu uma diferenciação espacial que, impressa na paisagem, foi o retrato daquele momento histórico.

Segundo Moreira (2012), sobre a relação entre a cidade e o campo em uma sociedade de domínio rural, das três teorias sobre o surgimento da cidade, nem em Childe (1966), e nem em Munford (1965), o campo vai aparecer. É somente em Marx que o campo vai aparecer junto do surgimento geográfico da cidade. Defende esta interpretação geográfico porque:

[...] Marx relaciona-o ao surgimento do excedente na história, e em face do excedente, ao surgimento da divisão social do trabalho que introduz o sacerdócio, a administração e a função militar como funções especializadas na sociedade até então funcionalmente indiferenciada. E, assim, ao surgimento da sociedade de classes e do Estado, a cidade é a sede das novas funções e expressão desta estrutura estratificada [...]. Seja como for, nas três teorias a cidade surge geograficamente na história num contexto marcado pela absoluta predominância de uma sociedade de estrutura rural. A terra é o meio de produção por excelência, num forte vínculo do homem com o todo da natureza, daí derivando as formas de representação do mundo de que todos compartilham, inclusive da população residente nas cidades. (MOREIRA, Ruy. 2012. p. 156).

A relação deste tempo mais lento com o trabalho é vista a partir da caracterização de Bach (2009), quando aponta que a jornada de trabalho era condicionada pelo período da safra do pêssego, uma vez que ela dependia das condições climáticas, pois começava na passagem

da primavera para o verão: quando a fruta, no seu limite de maturação, tinha de ser colhida, já que, do contrário, cairia do pomar, trazendo prejuízo ao produtor. Disto derivava a necessidade de o produtor buscar a contratação de mão de obra sazonal (da própria colônia ou arredor) e, também, do tipo informal (sazonal é viável, mas informal – por este argumento – não se sustenta enquanto justificativa). Percebe-se então que o tempo da zona rural na Pelotas agroindustrial de produção artesanal condicionava inclusive as relações sociais de produção, porque:

Do material encontrado e dos dados obtidos com as fontes orais pode-se inferir que, dos finais do século XIX até a década de 1960, as fábricas eram bastante artesanais, necessitando de toda a mão-de-obra familiar, inclusive infantil. Era comum famílias inteiras deixarem suas casas e afazeres para trabalharem nas fábricas, pois o período da safra era curto, na época do verão, o que facilitava a acomodação dessas famílias em galpões ou em estufas de fumo desativadas. Algumas famílias vinham de longe, carregando seus pertences em carretas puxadas por bois, que eram soltos no campo, até o final da safra, quando retornavam às suas casas. (BACH, Alcir Nei. 2009. p. 147).

Segundo Octavio Ianni (2004), a história do trabalhador agrícola brasileiro pode ser dividida em três períodos principais: no primeiro, predomina o *escravo*; no segundo, o *lavrador*; e no terceiro, o *operário rural*. E que somente com o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) é que se regulamentam as condições de contrato de trabalho e sindicalização no setor agrário: marco “final” do longo processo de transformação do escravo (desde a Lei do Ventre Livre, de 1871) em *trabalhador livre*. E que somente foi possível – o surgimento deste proletariado rural – quando se efetivou o domínio da cidade sobre o campo (econômica e politicamente) no controle das estruturas de poder do país. Por tanto, começou a ganhar corpo após a Revolução de 1930.

Conforme destaca Silva (1998), sobre a Política (pública), para o meio rural – através do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), e do Estatuto da Terra (1964), – ao apontar que ambas tinham o objetivo de organizar a estrutura fundiária do país, mas que:

[...] a partir da década 1971/80, ocorreu que nem a reestruturação agrária foi estimulada, tendo toda a política acionado o dispositivo da mera modernização, favorecendo a formação de grandes empresas capitalistas, a penetração das empresas transnacionais na exploração agrícola e a proletarianização e empobrecimento do trabalhador rural (SILVA, A. F. da. 1998. p. 20).

Fontoura (2009) afirma que a relação campo-cidade existe desde o surgimento da cidade. Mas é com a aliança de classes, articulada por Getúlio Vargas (1920-1930), entre a burguesia urbano-industrial nascente com a oligarquia rural conservadora, que se inicia esta nova relação cidade-campo, muito em função dessa maciça migração campo-cidade que é,

em boa parte, por causa da regulamentação do trabalho urbano através da criação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Já com o fim do populismo – após o golpe civil-militar de 1964 – destaca que se instaura uma geopolítica que impôs – através do Estatuto da Terra – uma outra relação cidade- campo: que privilegiou a expansão das multinacionais sobre a agricultura brasileira, a partir de uma interação indústria-agricultura-indústria (IAI).

A título de exemplo da expressão modelos “transplantados” de Pereira (1984), Moreira (2012. p. 163), destacamos uma parte do seu pensamento sobre este processo moderno de relação cidade-campo, no Brasil, a partir dos “modernos” complexos agroindustriais têm sua gênese exógena, pois originam-se “com o fenômeno do *agrobusiness* nos Estados Unidos dos anos 1950” que vai além da simples modo de produzir os frutos da terra, uma vez que este fenômeno representa “mudança de hábitos e costumes de consume das cidades pequenas e médias ainda rurais do país através da forma nova de moda de vestuário e de dietética que chega junto dos meios de transferência ao campo. Já penetrados pela cultura urbana das grandes cidades”. E sobre a relação entre a burguesia urbano-industrial nascente com a oligarquia rural conservadora, brasileira, afirma:

Não demora muito a que essa face conservadora da relação cidade campo apareça em sua transparência (...) No Brasil a velha agroindústria vem com a formação colonial. Leva o campo a seguir sendo um espaço industrial ao lado de uma cidade que se torna industrial com a chegada da fábrica moderna. Mantém o campo e a cidade assim organizados mesmo nos quadros da radicalização da diferença cidade-campo do nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950, para servir de pião para a indústria-agricultura que traz o centro de gravidade industrial de volta para o campo numa forma mais pluralizada de agroindústria. (...) É quando, então, se repete nacionalmente o remanejamento que redefine as funções da cidade e do campo dentro da divisão territorial do trabalho e das trocas, a cidade terceirizando o campo e o campo agroindustrializando a cidade. (MOREIRA, 2012. p. 162-163).

E mesmo antes da Globalização e da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), já percebia-se – na escala do local – que o pacote exógeno desta técnica e política, associado ao grande capital nacional do eixo Rio-São Paulo (J. Alves Veríssimo, Red Indian, etc), na década de 1970, era antagônico ao modo de produção artesanal das compotas de doces de Pelotas. E como este modo de produção estava relacionado a relações sociais de produção (MARX, 2013), locais-rurais-artesanais ainda que beneficiadas (agroindustrialização), a partir de uma lógica campo-cidade (artesanal), para uma cidade-campo (industrial-fordista), quando se busca os porquês de sua extinção percebe-se que, se por um lado a técnica exógena se impôs sobre a endógena, por outro, isto só se realizou devido à política. Através da política “pública” praticada pelo Estado civil- militar para o meio rural.

Já naquele período consolidava-se, no sudeste do Brasil, um meio geográfico que mesmo com toda a centralização política pelo Estado militar, articulava-se à crescente interdependência entre a técnica, ciência e informação, mas a serviço ou sob a égide do mercado, pois, tão logo assume o governo militar golpista, dão-se as diretrizes do ordenamento territorial da cidade para o campo brasileiro, que vai se dando, por isto mesmo, a partir dos interesses urbanos e a partir da sua racionalidade (FONTOURA, 2009). Somado a isto, veio junto a este pacote da racionalidade urbana, a cultura da grande cidade, que chegou como ideologia dominante ou mundo rural “através da difusão do rádio e da televisão, o campo perde o laço rural do passado rural quase que num átimo de tempo, numa incorporação da cultura fordista” (MOREIRA, 2012. p. 163).

Assim, desta geopolítica de que fala Fontoura (2009) até esta da política dos Estados até a política das empresas de que fala Santos (2013) vê-se a associação entre técnica e política. A primeira só sendo possível graças à segunda. Vê-se a partir da interpretação da Economia Política (BOBBIO, 1998; SILVA, 2009; ABBAGNANO, 2007)⁴ que a produção agroindustrial de compotas de doces artesanais – endógena – fora sobreposta pela – exógena – , não somente pela – técnica – ou pelo mercado, mas sobretudo pela – política – federal, porém em conluio com algumas “autoridades”, agentes e atores locais que viam pelo prisma da ideologia do desenvolvimentismo o – endógeno – desta economia artesanal como sinônimo de atraso. A política, por definição, é sempre ampla e supõe uma visão de conjunto, quem não tem visão de conjunto não chega a ser político (SANTOS, 2013).

O mercado, graças a estas políticas e mormente à ciência e à técnica, ia-se constituindo enquanto mercado global. E é a partir deste fenômeno que Milton Santos (2006) vai afirmar que estávamos diante da produção de algo novo, que ele chamou de meio *técnico-científico-informacional*. Uma vez que:

Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação (...) Antes, eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como o império da técnica (...) Esse mundo artificial inclui, hoje, o mundo rural (SANTOS, Milton. 2006. p. 159-160).

⁴ Em Bobbio (1998) ver conceito de *Alienação*; em Silva; Silva (2009) ver o de *Liberalismo* e; em Abbagnano (2007) os de *Economia e Economia política*.

O mesmo geógrafo afirma ainda que alguns lugares tendem a tornar-se especializados, no campo como na cidade, e essa especialização, se deve mais às condições técnicas e sociais que aos recursos naturais. E este novo tempo é bem diferente do tempo lento – ou o tipo de conhecimento empregado no processo de produção – daquelas agroindústrias de compotas artesanais do meio rural de Pelotas, conforme nos aponta Bach (2009), pois, desde o final do século XIX, até sua substituição quase que total a partir do início da década de 1970, a forma de transmitir esse saber era, essencialmente, através da oralidade e da prática:

No processo produtivo previsto para a instalação de uma indústria no início da década de 1970, havia uma grande diferença em relação àquele processo produtivo desenvolvido por décadas nas fábricas de compotas da zona rural, no qual a grande maioria operava de uma forma bastante artesanal. O processo funcionava de forma empírica – esse conhecimento, esse saber adquirido por um fabricante era repassado para outro e assim por diante. (BACH, Alcir. Nei. 2009. p. 125).

David Harvey (2013), sobre o americanismo e o fordismo, observou que o filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937), em seus *Cadernos do Cárcere*, apontou que sobre este *regime de acumulação e o modo de regulamentação social e política* a ele associado equivaliam ao “maior esforço coletivo até para criar (...) um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem”. Porque os novos métodos de trabalho “são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e de sentir a vida” para formar um novo tipo de trabalhador “adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo”.

Mas Pinto (2013) adverte sobre este tipo de trabalho que o próprio Ford admitiu que “algumas de nossas operações são excessivamente monótonas (...) inúmeros homens querem ganhar a vida sem ter que pensar (...) e os homens que no trabalho de repetição se revelam de mentalidade ativa não permanecem nele muito tempo”. E complementa:

Basicamente, a ideia fundamental no sistema taylorista/fordista, como nos referiremos a ele daqui em diante, é elevar a especialização das atividades de trabalho a um plano de limitação e simplificação tão extremo que, a partir de um certo momento, o operário torna-se efetivamente um “apêndice da máquina” (tal como fora descrito, ainda em meados do século XIX, por Karl Marx, ao analisar o avanço da automação na indústria da época), repetindo movimentos tão absolutamente iguais num curto espaço de tempo quanto possam ser executadas por qualquer pessoa, sem a menos experiência de trabalho no assunto (Pinto, Geraldo Augusto. 2013. p. 38).

Assim, este terceiro período começa, segundo Milton Santos (2006), praticamente após a segunda guerra mundial, mas que sua afirmação, incluindo os países do terceiro mundo, vai realmente dar-se nos anos 70. Mas não em todos os lugares e tampouco ao mesmo tempo, já

que, segundo Fontoura (2009) nos aponta, neste período a modernidade chega ao campo – através da ideologia do desenvolvimento – criando a falsa ideia de situações antagônicas: tradicional (atrasado) *versus* tecnológico (moderno), justamente porque ela não se deu em todos os lugares.

Isto torna-se visível quando questionamos hoje o que é rural e o que é urbano, uma vez que encontramos desde aquela época, as *formas-conteúdo* urbanas da cidade no meio rural, transpassando suas antigas fronteiras, causando rupturas⁵ (FONTOURA, 2009; SANTOS, 1965; 1994; 2012;

2013). “A fusão da mídia e da política envolvendo jornal, rádio e TV reinventa o híbrido. E forma hoje um grande tronco que junta empresas de comunicação e grupos políticos local-regional com raízes nas famílias tradicionais ou renovadas em rede nacional” (MOREIRA, 2012. p. 166).

Destes processos deriva esta atual dificuldade de enxergar a relação rural-urbano é produzida em escalas territoriais e setoriais mais amplas, vendidas pelas redes de emissoras de comunicação como se fosse um regionalismo de todo o espaço banal, de todo o território usado, mas que é forjado em outra escala maior. Ideologia descoberta pelo conhecimento científico e que ficam evidentes nas palavras de Becker (1991, p. 2), quando afirma que “o projeto geopolítico brasileiro para a modernidade se deu segundo uma homogeneização conservadora do território”, ou seja, “o Estado negocia com os grupos privados a manutenção dos seus privilégios e sua inclusão ou exclusão no benefício da coisa pública em troca do apoio ao projeto de modernização a partir de cima.”. Modernização que não se deu em todos os lugares não só pelas lógicas diferentes de produção e reprodução do capital no rural e no urbano daquela época das agroindústrias artesanais de compotas de pêssego, mas, mormente, porque como expõe Santos (1996), não se deu em todo o território por uma questão política, pois segundo o geógrafo, a técnica só tem existência histórica a partir da política, porque é a política quem decide:

- a) a técnica que escolhe;
- b) a forma como as combinará;
- c) onde as combinará.

⁵ Sobre este tema ver: *XXIX Encontro Estadual de Geografia*, realizado em Pelotas/RS – de 21 a 23 de maio de 2009 – que debateu sobre o tema *Fonteiras: Passagens & Rupturas*.

Não obstante, mesmo que essas lógicas de reprodução social – rural e urbana – fossem diferentes e não a primeira atrasada (do tempo lento e de transmissão de saberes através da oralidade e prática) com relação a segunda (o tempo da tecnologia e da informação), foram, sim, as – regras políticas – do jogo da economia de mercado que deixaram de fora a lógica rural. Esses saberes adquiridos de forma empírica pelos fabricantes, e que eram compartilhados com os outros, eram artesanais e mais lentos, mas não atrasados. Não regulamentado e produtivos quanto os da indústria fordista pelotense, mas com um grau de autonomia, dada pelo trabalho artesanal e sua sociabilidade consequente, que impedia a alienação extrema determinada pelo sistema de acumulação fordista. Se naquela época era difícil relacionar técnica e política, hoje é sabido enquanto fato científico que a política agora é feita no mercado e que este mercado global não existe como ator, mas como ideologia, como símbolo (SANTOS, 2013).

3.2.3 Relações sociais de produção: o trabalho do doce e o tipo de sociabilidade a ela inerente

3.2.3.1 Das relações sociais de produção do trabalho do doce

Quanto às relações entre o produtor e a indústria, Bach (2009) nos aponta que havia conflitos entre ambos, devido ao baixo preço pago aos produtores dessa matéria-prima – o pêssego – pelas indústrias maiores da zona rural, pois seus donos argumentavam que estavam pagando valores superiores às suas possibilidades. Um exemplo citado pelo autor a respeito desta relação informal de troca era o de que ela se processava pessoalmente entre o produtor e as empresas, sem que houvesse, na maioria das vezes, documentos ou contratos assinados pelas partes.

Entretanto, é importante esclarecer que, mesmo que os contratos não se reduzam ao papel em que a lei é escrita, porque também podem ser uma racionalização ou a práxis impressa no modo empírico como se articulam as relações sociais de produção e a força produtiva em cada ciclo de acumulação do capital e de sua respectiva localização já que, como sabemos, o espaço é relativo na medida que as condições de existência não são as mesmas para o centro e periferia (SANTOS, 2006). Ainda assim, observa-se uma ausência reguladora do Estado quando precisou agir para equilibrar a gigantesca diferença de poder existente entre o direito do pequeno produtor de receber pelo produto de seu trabalho *versus* o privilégio do

grande Capital de pagar apenas pelo produto, frente a voracidade da relação Capital *versus* Trabalho, já que:

O liberalismo pode ser entendido como uma ideologia que concede espaços à iniciativa e à autonomia individuais. Nessa filosofia, as ações dos indivíduos, desde que respaldadas por normas legais (e nesse caso o Direito é fundamental para a instituição de uma sociedade liberal), podem manter uma autonomia relativa ante o Estado. Este, por sua vez, deve exercer algumas funções específicas, limitadas, mas essenciais à ação livre dos cidadãos proprietários. Desse modo, há estreita relação entre o liberalismo político e o liberalismo econômico, na medida em que o Estado se estrutura para garantir os contratos, não interferir nos lucros de seus membros, permitir a manutenção da propriedade privada, regular o jogo de interesses, manter a ordem social (SILVA, K. V.; SILVA, M. H. 2009. p. 260).

Logo, sem regulação do Estado, pelo menos neste primeiro momento, uma vez que a ausência de contratos nesta regulação era a ausência do Direito: fundamental para a instituição de uma sociedade liberal. Mas a faculdade de direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) existe desde 1912, ou seja, contemporânea destas demandas por regulações dos produtores de pêssego de Pelotas, dos trabalhadores rurais, urbanos, citadinos destas agroindústrias artesanais de compotas.

Então, se na prática o liberalismo do passado não se materializou para este setor produtivo da colônia de Pelotas, pelo menos na teoria nos é dito que ele vigorou na Europa ocidental e na América Latina até seu enfraquecimento no período entre-guerras, devido aos regimes fascistas, mas que foi ressurgindo no quarto quartel do século XX, revitalizado na teoria político-econômica do neoliberalismo (SILVA, K. V.; SILVA, M. H. 2009. p.). A questão é: se não funcionou no passado funcionará no futuro?

Mas este fenômeno não é novo – fazendo uma alusão à exploração da metrópole sobre as suas colônias – uma vez que já é sabido desde o século XIX quando das confissões da Economia Política a Marx, mostrando que a exploração capitalista aparece claramente nas colônias:

Não é a lei sagrada de oferta e procura? Se o empresário na Europa cerceia do operário sua parte legítima, porque é que este, nas colônias, favorecendo-o as circunstâncias em vez de o prejudicar, não há de cercear também a parte do empresário? Vamos, preste-se um pouco de auxílio governamental a essa pobre lei de oferta e da procura, que só a alguns se permite fazer funcionar livremente. (MARX, 2009. p. 223).

Buscando respostas para entender a gênese desta contradição verificada nas trocas informais (sem regulação, sem contratos) desta atividade agroindustrial artesanal de Pelotas, verificamos que já na Constituição brasileira de 1824, “apesar de se afirmar como liberal, foi

paradoxalmente outorgada de modo despótico por D. Pedro I” (SILVA K. V.; SILVA. M. H. 2009. p. 259). E com relação à origem antropológica, cronológica, geográfica e conceitual desta ideologia os autores esclarecem que:

A base social do pensamento liberal era a burguesia, que, ascendendo economicamente durante a Idade Moderna, almejava tomar o poder político. Economicamente, o liberalismo é uma teoria capitalista, que defende a livre-iniciativa e a ausência de interferências do Estado no mercado. O liberalismo político, por sua vez, emergiu como uma nova forma de organizar o poder, contrária ao Absolutismo (SILVA, K. V.; SILVA, M. H. 2009. p. 258).

Mas por que esta ausência do Direito e do Estado na regulação entre produtor e os donos das fábricas artesanais de compotas da Colônia de Pelotas? Também verificado num segundo e terceiro momentos, pois o problema dos preços persistiu (BACH, 2009), mesmo com a chegada e instalação desse grande capital nacional – exógeno – que veio do sudeste brasileiro direto para a zona rural para, logo em seguida, instalar-se no segundo distrito industrial da cidade de Pelotas (às margens da BR-116). Mas somente para o lado do menor ou do mais fraco ou do trabalho. Os donos das fábricas artesanais que pagavam menos que o mínimo aos agricultores e aos operários rurais. Os donos das fábricas semi-artesanais que expropriavam mais ainda os pequenos agricultores e operários rurais e urbanos.

Harvey (2013. p. 55), sobre o processo de troca (Cap. 2 de *O Capital*), “Há um respeito jurídico pelos direitos jurídicos dos outros (...) O que Marx descreve aqui é a política convencional e o arcabouço legal para o devido funcionamento dos mercados, tal como imaginado pela teoria liberal”. A escassez destes direitos somada a omissão do sistema jurídico regulador nas trocas entre produtor rural e as fábricas artesanais, em Pelotas, mesmo existindo toda uma estrutura jurídica desde o início do século XX, já é um dado empírico que comprova isto. Em outras palavras, também pode ser vista através da ética impressa na forma como as técnicas artesanais ou primitivas de troca eram executadas, mesmo com técnicas modernas dentro desta atividade produtiva, entre os vendedores da matéria-prima e seus respectivos compradores.

O fato de as *relações sociais de produção* omitirem-se com relação as relações de troca dentro desse sistema agroindustrial artesanal, em Pelotas (até o final de 1960), porque ficaram à margem deste respeito jurídico pelos direitos jurídicos dos outros, tanto por parte dos donos das fábricas artesanais com relação aos agricultores, quanto as instituições políticas e do sistema judiciário local, ou da cidade, para com esta atividade econômica tão importante para o

município, quanto para o fortalecimento e manutenção deste sistema de produção, circulação, troca e consumo de mercadorias capitalista.

Neste sentido, é importante ilustrar as formas de entrega desta mercadoria – a matéria-prima do doce de compotas: o pêssego – já que, conforme Bach (2009), a entrega de pêssego naquela pequena indústria era muito informal, pois não tinham hora para serem entregues, frequentemente acontecendo à tardinha (quando o expediente da fábrica já havia sido encerrado), e, por motivos como estes, era comum que este recebimento fosse anotado em qualquer lugar para não esquecer, como no exemplo abaixo:

Figura 9 – Fotografia ilustrativa do tipo de regulação entre persicultor (produtor da matéria-prima: o pêssego) e a fábrica artesanal: portão da fábrica de Domingos Lindolfo Bachini com anotações em giz (na Colônia Dias, 1967)



Fonte: (BACH, 2009).

Pelo fato de este tipo de comercialização ser de tal forma artesanal que a ausência de uma regulação jurídica das relações comerciais de troca entre o persicultor e a fábrica artesanal (dada a densidade da superestrutura que caracterizou Pelotas a partir do capital acumulado na época das charqueadas), percebe-se que este liberalismo político e econômico ou esta nova forma de organizar o poder não condiz com a teoria de sua dimensão econômica real. Pois esta

teoria capitalista, que defende a livre-iniciativa inexistiu enquanto norma legal, através da aplicação do Direito, uma vez que a relação informal de troca se processava pessoalmente entre o produtor e as empresas, sem que houvesse, na maioria das vezes, documentos ou contratos assinados pelas partes (BACH, 2009). Esta omissão na regulação contribuía para formas injustas de distribuição dos resultados do trabalho (e por conseguinte dos meios de produção), logo, com apropriação desigual da riqueza que era produzida coletivamente. A “crítica de Marx ao livre mercado e ao livre-comércio pode lançar uma luz tão devastadora sobre nosso próprio capitalismo efetivamente existente quanto fez com o capitalismo de sua época” (HARVEY, 2013. p. 60).

A apropriação desigual da riqueza do trabalho dos perscultores pelos donos das fábricas (artesanais rurais primeiro e, fordistas urbanas por último) influenciou na forma como estes cidadãos se organizavam socialmente. Sendo a base social do pensamento liberal a burguesia, o camponês e proletários rurais e urbanos sendo a base social de produção da matéria-prima das fábricas de compotas – lavradores de pequeno e médio porte – e os que a beneficiavam – operários rurais, rurbanos e urbanos livres – (IANNI, 2004). Assim, a conta não era outra que a de uma divisão social do trabalho legitimadora da expropriação da riqueza de uns sobre os outros, já que escondia o fato de que esta exploração do trabalho livre é menos visível, tem uma forma mais hipócrita (MARX, 2009). Ainda sobre esta tal liberdade dos trabalhadores, consideramos essencial acrescentar:

[...] O resultado em Marx é uma crítica feroz das teses da liberdade individual que fundamentam a teoria liberal e neoliberal. Esses ideais são, na visão de Marx, tão enganadores, fictícios e fraudulentos quanto sedutores e cativantes. Os trabalhadores, como observa ele, são livres apenas no duplo sentido de ser capazes de vender sua força de trabalho para quem quiserem, ao mesmo tempo que são obrigados a vender essa força de trabalho para viver, porque foram libertados e liberados de todo e qualquer controle sobre os meios de produção! (HARVEY, David. 2013. p. 278).

Esta forma contraditória de organização social, entre parte dos produtores e parte dos donos de algumas das agroindústrias artesanais de compotas da zona rural de Pelotas, deriva desta incapacidade de os seres humanos – sozinhos – não poderem escolher livremente esta ou aquela organização social. Pois, conforme Marx, um determinado nível do desenvolvimento das forças produtivas dos homens corresponde a uma determinada forma de comércio e de consumo (PETRY, 2009). Esta determinada forma são as relações sociais de produção capitalistas. Assim, este argumento de que se estava pagando preços superiores às suas possibilidades esconde a verdade, ou seja, apropriação do produto pelo não produtor, pois toda

mais-valia, qualquer que seja a sua forma particular, lucros, dividendos, rendas, etc., é, em substância, a materialização de um trabalho não pago (MARX, 2009).

Assim, mapear conceitualmente o tipo de trabalho do doce e de sua sociabilidade consequente, passa, antes de tudo, por discutirmos dois conceitos interdependentes: *relações sociais de produção e forças produtivas*. O segundo surgindo do primeiro e o primeiro não existindo sem o segundo, já que, segundo Marx, as relações sociais de produção são produzidas pelos homens do mesmo modo como o são os bens materiais, vinculados às forças produtivas (PETRY, 2009). À medida que nossas relações sociais mudam, nossa tecnologia também tem de mudar; e, à medida que nossa tecnologia muda, também mudam nossas relações sociais. Assim, Marx lança aqui a ideia de uma dialética entre tecnologias e relações sociais (HARVEY, 2013).

Figura 10 – Fotografias caracterizando o uso de mão de obra infantil no processo industrial (na fábrica de José Rodrigues, Vila Nova, 1960) e a presença de autoridades no “dia do pêssego” - Festa do Pêssego, 1967



Fonte: Acervo Joana Rodrigues Romano e Acervo EMATER/RS (BACH, 2009).

Ainda sobre esta relação interdependente entre os meios sociais de produção e as forças produtivas, Petry (2009) vai apontar que, segundo Marx, há determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio, do consumo que correspondem a determinadas formas de organização social da família e das classes sociais. Uma determinada sociedade civil. Sociedade esta (ilustrada acima nas fotografias) que legitima, através do consumo, o trabalho não pago, uma vez que os preços pagos aos agricultores cobriam apenas o custo da produção, logo sem remuneração de sua força de trabalho e nem a parte justa aos operários rurais (inclusive com a exploração do trabalho infantil). Assim, o trabalho extraordinário do qual se extrai a mais-valia pode denominar-se trabalho não pago (MARX, 2013).

Dentre os problemas derivados dessas relações sociais de produção – entre o produtor rural e a indústria, também rural – destaca-se o tipo de trabalho (informal, familiar, sazonal,

condicionado ao tempo da natureza, etc), pois o trabalho nos pomares e nas fábricas menores era essencialmente de ordem familiar – participavam homens, mulheres, crianças e idosos – mesmo considerando os agregados e, eventualmente, empregados (BACH, 2009). Quanto ao trabalho em domicílio, sua única arma na guerra da concorrência é a exploração ilimitada das forças de trabalho barato e está condenado a morrer desde o momento em que a jornada esteja limitada e o trabalho infantil restrito (MARX, 2009). Diz Marx, pelas “leis coercitivas da concorrência”, que impelem todos os capitalistas a se comportar de modo similar, não importando se são pessoas boas ou notórios porcos capitalistas (HARVEY, 2013).

Bach (2009) constatou que o uso da mão de obra familiar ou mesmo de vizinhos e seus familiares era uma forma de manter o empreendimento industrial em uma economia de trabalho informal, sem qualquer tipo de registro social. Para Harvey (2013), “a ideologia da liberdade de troca e da liberdade de contrato nos ludibria a todos” e isto vimos no caso das relações sociais de produção da indústria artesanal de compotas de doces com o problema do preço do pêssego e do tipo de trabalho a que os operários rurais eram submetidos. Em sua segunda fase, quando o grande capital nacional se instala no município segundo a lógica urbano-industrial fordista, os operários urbanos passam a ter suas CTPS assinadas, mas o problema da regulação do preço mínimo da matéria-prima persistiu.

3.2.3.2 Ao tipo de sociabilidade a ele inerente

Mas, paralelamente, acerca das mesmas memórias sobre o tipo de trabalho empregado naquelas pequenas agroindústrias artesanais, percebe-se um outro lado deste mesmo trabalho, pois:

Essas memórias recuperadas pelos ex-trabalhadores, patrões e pessoas que viveram essa paisagem industrial na colônia, abordam também o outro lado do trabalho, que eram as relações pessoais fortemente marcadas (famílias inteiras sendo empregadas), bem como o lazer desse trabalhador colonial, que acontecia através dos jogos de futebol nos finais de semana, dos bailes nos salões coloniais, das festas religiosas, das festividades relativas ao pêssego etc. Essa sociabilidade (BACH, Alcir Nei. 2009. p. 187.).

Figura 11 – Fotografias caracterizando a sociabilidade a partir da coroação da Rainha do futebol – Alda K. Bach – do clube 3 de Maio (na Colônia Santa Bernardina, 1961) e da presença da rádio Cultura de Pelotas nos eventos da Colônia em 1965



Fonte: Acervo Avani Maria B. Ferreira e Acervo Dircinha Graciane da Luz (BACH, 2009).

Assim, se por um lado, o trabalho nas fábricas fordistas da década de 1970 passou a ser regulamentado pelo contrato entre empregado e empregador na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), por outro, com o fim desta agroindústria artesanal, extinguiu-se também a forma como aqueles lavradores, operários rurais e donos das fábricas menores se organizavam socialmente para produzir (compartilhando a sabedoria com outros produtores ou pelo trabalho, etc), para sociabilizar (festas, bailes, futebol, etc) na zona rural do município de Pelotas. Chamaremos esta sociabilidade de cidadania para fins de análise, mas esclarecendo que ela se dá segundo diversos níveis no Brasil porque todos não são igualmente cidadãos, ou seja, havendo os que nem são cidadãos e os que não querem ser cidadãos ou aqueles que buscam privilégios e não direitos (SANTOS, 1996).

O singular desta sociabilidade é que de tão endógena ao espaço cotidiano daqueles trabalhadores, propiciava uma certa autonomia se comparado com aquela do repetitivo trabalho fabril-fordista, pois a lógica – exógena – limitava às suas práticas sociais locais, vinculadas ao modo como se organizavam para produzir. Mas porque esta questão da sociabilidade oriunda do trabalho nos interessa como forma de reprodução da cidadania que possui a capacidade de emancipar o ser humano em seu próprio espaço? Já que se é sabido que quando ele produz mercadoria produz, ao mesmo tempo, formas cidadãos ou não de convivência em seu respectivo espaço geográfico porque o valor do ser humano depende do lugar onde ele está (SANTOS, 1996). Para responder esta pergunta que procura analisar a dimensão do cotidiano desta sociabilidade é necessário, primeiro, definirmos as três dimensões do ser humano:

[...] A corporeidade ou corporalidade trata da realidade do corpo do homem; realidade que avulta e se impõe, mais do que antes, com a globalização. A outra dimensão é a dimensão da individualidade. Enquanto a corporalidade ou corporeidade é uma dimensão objetiva que dá conta da forma com que eu me apresento e me vejo, que dá conta também das minhas virtualidades de educação, de riqueza, da minha capacidade de mobilidade, da minha localidade, da minha lugaridade, há dimensões que não são objetivas, mas subjetivas; aquelas que têm a ver com a individualidade e que conduzem a considerar os graus diversos de consciência dos homens: consciência do mundo, consciência do lugar, consciência de si, consciência do outro, consciência de nós. Todas estas formas de consciência têm que ver com a individualidade e lhe constituem gamas diferentes, tendo também que ver com a transindividualidade, isto é, com as relações entre indivíduos; relações que são uma parte das condições de produção da socialidade, isto é, do fenômeno de estar junto. Esse fenômeno de estar junto inclui o espaço e é incluído pelo espaço. Há uma relação entre corporeidade, individualidade e socialidade. Essa relação vai também definir a cidadania. (SANTOS, Milton. 1996. p. 2-3).

Vê-se que estes tipos de relações sociais de produção e o trabalho a elas inerentes geraram um tipo de sociabilidade que veio sendo construída. Este estudo sobre a memória social e patrimônio cultural acerca destas fábricas de compotas de pêssego de Pelotas nos mostra que esta sociabilidade não se restringiu apenas às décadas de 1950 até 1970. Bach (2009), consciente ou não, veio caracterizando esta atividade desde suas origens (que datam do final do século XIX) e chegando até seu “auge” e, logo em seguida, passando pelo seu quase desaparecimento ao longo da década do “milagre econômico brasileiro”.

Nesta última fase, que coincide com o regime militar arquitetado e financiado pelos interesses imperialistas norte-americanos, e que teve apoio da mídia hegemônica (Rede Globo) e da classe média conservadora (por isto que tem sido chamada de ditadura civil-militar) que para manter seus privilégios de classe eram contra as reformas de base, ou seja, aqueles brasileiros que não querem ser cidadãos de que nos fala Milton Santos (1996).

O fato é que muitas das endógenas agroindústrias pelotenses fecharam suas portas ao longo dessa fase devido à concorrência desigual com o grande capital (J. Alves Veríssimo, Cicasul S. A., Red Indian) oriundo de São Paulo e Rio de Janeiro. Tais políticas econômicas que privilegiaram os grandes setores levaram até sua quase extinção devido às consequências nocivas ao emprego e a sociabilidade a ele inerente que, mais tarde, sofreu o xequemate em função da concorrência externa, fruto do acordo comercial do Estado firmado junto a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).

Por conseguinte, esta indústria artesanal surge forte nos anos 1960, mas enfraquece-se de 1970 em diante. Então, quando mudam as relações entre o rural e o urbano, mudam também o tipo destas sociabilidades. A unicidade técnica da relação cidade-campo e sua política inerente impõe ao território e suas populações novas formas de sociabilidade. A

racionalidade urbana impõe-se ao modo de vida rural. O desemprego segregou aquela sociabilidade endógena que os unia, porque foram obrigados a romper com o fenômeno de estar juntos já que este fenômeno inclui e é incluído pelo espaço. Espaço este que antes era produzido pela sociabilidade fruto da interação entre as diferentes consciências de cada individualidade bem como pela forma como sua corporalidade ou corporeidade, ou seja, da rainha da colônia ao papel dos atletas na representação de cada time e comunidade.

A autonomia dada pelo convívio coletivo dá lugar à alienação dada pelo fordismo, que no caso particular deste segundo período técnico, do setor conserveiro em Pelotas, verificamos uma significativa superexploração do capital sobre a força de trabalho mesmo assalariada – porque majoritariamente feminina – ainda que se reconheçam alguns ganhos sociais.

A partir do trabalho de Vargas (1994, p. 133-134-87) sobre a relação entre classe social e gênero verificamos as técnicas dessa nova estratégia política de reprodução deste grande capital nacional, urbano-industrial fordista, em Pelotas:

O desejo de trabalhar apenas alguns meses no ano, assinar a carteira de trabalho, é coerente com um papel social construído em torno do exercício das responsabilidades domésticas, em relação às quais é funcional sair apenas breves períodos de tempo para poder continuar atendendo às exigências do lar. É coerente ainda com uma forma de inserção absolutamente precária dessas mulheres no mercado de trabalho, onde elas não têm carteira de trabalho assinada, seja como empregada doméstica, seja como faxineiras. Estas últimas, formas de ocupação tipicamente femininas [...]. Diz o gerente que prefere trabalhar com as mulheres, pois são mais pacientes, responsáveis e aplicadas que os homens. Estes se adaptam menos ao tipo de trabalho desenvolvido na linha de produção.

A partir destas contradições, entendemos que a questão a ser problematizada no próximo subcapítulo é a da existência de diferença entre o período técnico daquele trabalho agroindustrial artesanal do meio rural para com este urbano-industrial dessas agroindústrias de computos fordistas da década de 1970 no sentido da melhoria da qualidade de trabalho – tanto no campo quanto na cidade – para os sujeitos dessa atividade econômica. Assim, discutiremos o tipo de sociabilidade gerada por este trabalho, desde o período artesanal rural até o urbano-industrial fordista. Como se davam as sociabilidades oriundas do trabalho – agroindustrial rural artesanal – em um e inerente – ao urbano-industrial fordista – em outro? Existe diferença entre o grau de autonomia gerada ao trabalhador entre o primeiro e segundo sistema-técnico de produção? A quantidade de empregos e o caráter social deste trabalho foram determinados pela técnica ou pela política?

3.2.4 Da doce sociabilidade do trabalho ao amargo desemprego da sociabilidade

Introdução

Estamos buscando discutir esse caráter social do trabalho no interior dos diferentes processos produtivos que caracterizaram o modo como se organizou essa atividade produtiva de Pelotas. Entendemos, outrossim, que ele é peça central da sociabilidade de forma geral (e como meio para construção da autonomia do trabalhador de forma particular) porque tem sido instrumento de alienação do trabalhador e de sua cidadania.

Já dissemos, mas vale repetir, nossa escolha por esta atividade produtiva derivou de nossa metodologia, pois buscamos analisar nosso problema ou responder nossa problemática à luz da relação, seja ela: sociedade-natureza, cidade-campo, desenvolvimento-território, capital-trabalho, trabalho-autonomia, riqueza-justiça social, etc. Também porque esta atividade do doce de compotas nasce e cresce no meio rural, mas é na cidade que vai se radicar após 1970 e com ela uma nova organização do trabalho ou dos processos produtivos que fizeram emergir novas formas de sociabilidade enquanto extinguíam outras. O que não significa que estas novas formas de sociabilidade sejam a evolução da anterior, pois podem ao contrário, sua involução. A cidadania no Brasil antes da ditadura civil-militar era de um jeito, durante e ao final do regime militar, passou a ser de outro, com menos direitos que garantiam a liberdade de toda ordem, por exemplo.

Restara sabermos, por fim, a relação deste trabalho e de suas sociabilidades consequentes (do meio rural ao urbano) com a autonomia e cidadania destes trabalhadores – mas a partir do território – para que possamos entender se o desemprego desta sociabilidade fora técnico ou político? E se ele tem a ver com esta nova sociabilidade imposta pela globalização através da dependência local do capital externo, da grande empresa que trás consigo o pacote com uma única receita ou modelo a ser seguido: o exógeno a nossa formação socioespacial. Qual ou quais caminhos a Geografia enquanto ciência social nos aponta?

3.2.4.1 Da doce sociabilidade do trabalho ao amargo desemprego da sociabilidade

A ênfase que daremos à sociabilidade gerada por aquele tipo de trabalho agroindustrial rural de compotas de pêssego tem por objetivo evidenciar o caráter social do trabalho, ou seja, o quanto ele pode ser um meio para a construção da autonomia do trabalhador. Mesmo que

nossa caracterização aparente ser nostálgica ou romântica quando formos comparar aquelas sociabilidades com as das fábricas de compotas fordistas, deve ficar claro desde já que não é, pois em ambos o capital expropriou e alienou os trabalhadores: no passado artesanal os lavradores, operários rurais e rururbanos; já no passado urbano-industrial, os operários urbanos. Sabemos até aqui que o modo de produção e suas relações sociais de produção variaram desde o pré-capitalismo ao capitalismo moderno (urbano-industrial).

Resta-nos saber, paralelamente, onde e quando o técnico e ou o político alienaram a força de trabalho dos pequenos agricultores e operários rurais, para logo em seguida, comparar com os operários fordistas. Entendendo este processo, passaremos ao próximo capítulo que pretenderá interpretar o cenário contemporâneo no intuito de saber se o fenômeno se repete. E se sim, com base no entendimento destes processos, procuraremos apontar para caminhos alternativos.

O caráter social do trabalho livre daquele tempo mais lento da atividade agroindustrial artesanal da colônia condicionou os lavradores e operários rurais a um convívio sazonal e compulsório em função daquele período curto, mas de horas intensas de trabalho artesanalmente braçal (pelo menos até o surgimento, neste setor conserveiro, da agroindústria fordista e suas máquinas, na década de 1970). Por outro, o mesmo convívio sazonal compulsório, serviu para dar base à sociabilidade que viria a caracterizar a cultura do convívio em comunidade naquelas regiões rurais onde se produziam não só estes doces frutos da terra, artesanalmente beneficiados (do sétimo distrito ou colônia francesa, por exemplo), mas também, as relações sociais de produção que produziam compulsoriamente as de sociabilidade: dos bailes, bingos, jogos de futebol, festas e feiras do pêssego (para comemorar a prosperidade desta atividade).

E este fenômeno de estar junto produzia um espaço que dava existência a esta sociabilidade porque continha a cidadania daquela época. O trabalho naquele espaço banal representava ao mesmo tempo a produção de sua autonomia, pois o valor daquela sociabilidade-cidadania era dada por aquele lugar, pelo lugar que aquelas corporeidades ou corporalidade somadas ao grau de consciência que eles tinham de si produziam ao se reproduzir materialmente, através do seu trabalho, do caráter social oriundo daquele modo de produção.

Por estes motivos percebe-se a importância que a colônia teve na formação econômico-social e espacial de Pelotas. A importância deste território e territorialidades pode ser vista através do exemplo da criação de um programa em 1960, dentro da rádio Cultura de Pelotas. Vimos a necessidade de salientar uma das partes desta descrição de Bach (2009)

porque este programa surgiu para dar cara a estes imigrantes. No início ele se chamava – Vozes da Alemanha – mas, que após o golpe civil-militar (1964) decreta-se proibido qualquer tipo de programa radiofônico para quem não operava em ondas curtas e em língua estrangeira. A partir disto o programa passou a se chamar – Vozes da Colônia – e funcionou até (1973).

É importante frisar que desde então passou a trazer também o cotidiano das outras etnias: pois abordava desde sua importância e demandas econômico-sociais até suas diferentes, da diferença entre suas endógenas formas de sociabilidades. Mais uma vez percebemos que o valor das vozes dependia do lugar onde elas estavam, ou seja, a Colônia. Assim, o cotidiano dessas vozes, representava suas diferentes formas de sociabilidade, dadas pelo seu grau de individualidade – consciência de si e dos outros – e se manifestava através da transindividualidade ou na forma de relação entre as diferentes corporalidades ou corporeidades daquele lugar. E eram elas que continham e representavam os diferentes graus de cidadania dos trabalhadores.

Desta caracterização acerca deste patrimônio industrial rural realizada por Bach (2009), extraímos um outro dado sobre a importância social destas fábricas, pois as festas religiosas, caracterizadas pela fotografia que retrata o casamento de Neiva Seyffert na fábrica de seu pai – Albino Seyffert, na localidade de Ponte Cordeiro de Farias (1963), nos mostra o quão importante era o papel das fábricas tanto às relações sociais de produção quanto às sociabilidades consequentes. De forma geral, atendiam às demandas de convivência das diferentes etnias em torno de uma sociabilidade plural, de convivência com a diferença que nasceu com o trabalho e depois em torno das práticas religiosas, esportivas, festivas (bailes), etc.

A espacialidade deste trabalho ia desde a produção da matéria-prima – do pêssego – até o beneficiamento dela por esta agroindústria artesanal de compotas. Unindo, assim, os lavradores da matéria-prima aos operários rurais do beneficiamento em seu primórdio. Mas com o tempo, vimos que quanto mais o capitalismo se desenvolvia, cada vez mais estes trabalhadores e pequenos proprietários eram alienados dos meios materiais de produção e da sociabilidade que esta espacialidade lhes possibilitou, pois a diferenciação entre o rural e o urbano, e suas corporeidades ou corporalidades inerentes induzia a graus diferentes de consciência de si e dos outros, logo do mundo, uma vez que perdia-se aquela riqueza da sociabilidade naquela espacialidade.

Assim, a espacialidade fora perdendo o conteúdo agregador e emancipador na medida que foi inviabilizando o fenômeno de estar juntos, ou seja, segregou-se as corporalidade e

consciências porque as hierarquizou-as cada vez mais entre aqueles que detinham os meios materiais de produção e que passaram a localizar-se na cidade e aqueles que não tinham, porque nunca tiveram ou porque perderam ao longo do tempo.

O outro lado desta sociabilidade pode ser visto através da teoria sobre o movimento do capital que independente de suas particularidades locacionais, produz e reproduz a mesma contradição entre *relações sociais de produção e forças produtivas* aqui, na história particular do trabalho em Pelotas, ou acolá, nas contemporâneas verticalidades (MARX, 2013; SANTOS, 2006) da economia de mercado. A contradição emerge no fato de sempre ter existido o proporcional aumento da riqueza dos fabricantes (tanto no meio rural quanto no urbano) enquanto que, ao mesmo tempo, deu-se o empobrecimento dos lavradores e operários rurais pelotenses, em significativa proporção (PETRY, 2009).

O mesmo fenômeno pode ser visto também pela contradição entre Capital *versus* trabalho uma vez que (MARX, 2013. p. 104-) explica que “a exploração do trabalho livre é menos visível, tem uma forma mais hipócrita” porque o “trabalho extraordinário e o trabalho necessário confundem-se entre si” já que no exemplo da servidão corporal ocorre caso inverso “o trabalho extraordinário é independente do trabalho necessário” pois “o camponês executa este último no seu próprio campo e aquele na propriedade feudal” e isto basta para vermos que “deste modo distingue claramente o trabalho que executa para o seu próprio equilíbrio e o que realiza para o senhor”. Está evidente que este trabalho agroindustrial artesanal também era alienador e explorador, mas com o diferencial da sociabilidade.

A sociabilidade passa a ser inviável no modo de acumulação do capital fordista do tipo brasileiro- pelotense pela nova relação cidade-campo (FONTOURA, 2002; 2009; 2010) e nova fase de reprodução e acumulação do capital (HARVEY, 2013; MARX, 2013; PINTO, G. A. 2013), logo, da alienação da sociabilidade pela segregação espacial gerada pela diferenciação das corporalidades, corporalidades urbano-industriais fordistas-tayloristas do tipo pelotense que significará graus diferentes de individualidades, ou seja, de consciência de si, do outro, do mundo, porque da consciência do processo de produção e da sociabilidade a ele inerente, da autonomia dele com relação a apropriação capitalista dos meios materiais de produção – terra é fábricas – que viriam a acontecer dali em diante. O capital cada vez mais alienando o trabalho, sua sociabilidade e espacialidade por consequência, por conseguinte, a capacidade do caráter emancipador do trabalho.

Apesar ser reconhecido como direito e sinônimo de evolução social, a forma do salário não altera em nada a relação de exploração do capital sobre o trabalho e é por isto que o salário

por empreitada é mais conveniente para a produção capitalista, ou seja, aparenta que “o preço desse trabalho está determinado pela capacidade de execução do produtor” mas que “na realidade, só é uma transformação do salário em jornada” e que “cada fração do produto está metade paga e metade não paga” porque o “trabalho por empreitadas não é, portanto, mais que uma forma modificada do salário por jornada” (MARX, 2009. p. 169-170). O adiantamento dado pelo recém-chegado (1970) grande capital nacional urbano-industrial fordista não tinha por objetivo resolver o antigo problema do preço mínimo pago pelo pêssego, mas sim mera estratégia de mercado para quebrar com as ainda resistentes fábricas artesanais (BACH, 2009).

Após a reflexão feita até aqui, pode-se entender o porquê do surgimento da Associação Gaúcha dos Produtores de Pêssego de Pelotas (AGPPPel) uma vez que esta sociabilidade compulsória surge da dialética contida nas demandas que visavam manter a viabilidade econômico-social desta atividade agrícola como, por exemplo, a luta por direitos, liberdade, pois a individualidade das corporalidades do eixo Rio-São Paulo passaram a determinar o limite de cidadania dos produtores rurais de pêssego já que tiveram que se unir para garantir sua existência, sua individualidade, sua corporalidade, sua sociabilidade e espacialidade inerente, porque:

[...] a diferenciação entre "cidadanias", dentro de uma mesma sociedade, é relacionada com a corporeidade. É evidente que há individualidades fortes, permitindo uma tomada de consciência mais ampla. É, desse modo, que há uma produção, dentro do homem, do princípio de liberdade. (SANTOS, Milton. 1996. p. 3).

Entendemos então a demanda pela AGPPPel surge antes do ano de 1960, de sua fundação, porque já nasce com duplo objetivo: para dar conta tanto de um antigo problema – o do preço mínimo deste fruto da terra – por um lado, quanto, da administração das – parcerias e sociabilidades consequentes –, por outro lado. Mas ambos relacionados com a manutenção de sua existência frente aos novos tempos que se avizinhavam.

Associação Gaúcha dos Produtores de Pêssego mantém, desde a sua criação, vínculos com o Ministério da Agricultura, Secretaria de Agricultura, Prefeitura Municipal, EMATER, EMBRAPA e demais entidades e órgãos de pesquisa para convênios de cooperação. Desde a sua criação, a Associação tem procurado estabelecer um entendimento junto à indústria, na busca de uma remuneração mais adequada à produção, através de discussões sobre o preço mínimo do pêssego, bem como sua fixação. Além destas atividades, participa das realizações de destaque visando a valorização e promoção do pêssego, como festas e feiras (BACH, Alcir Nei. 2009. p. 163).

Figura 12 – Fotografias caracterizando a sociabilidade a partir das festas religiosas e de confraternização da Associação Gaúcha de Produtores de Pêssego (AGPPPel), em 1967



Fonte: Acervo Neiva Seyffert Oliveira e EMATER/Pelotas (BACH, 2009).

A sua outra dimensão pode ser constatada a partir das palavras de Bach (2009, p. 159) quando aponta que “outra festividade que mobilizava algumas comunidades era a que ocorria no final do mês de novembro, o 'Dia do Pêssego', coincidindo, às vezes, com o começo da safra”. Conta ainda que era promovido pela Estação Experimental da Cascata, órgão técnico do Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Sul/Pelotas/RS e que esta promoção anual realizada pelo Ministério da Agricultura se constituía numa verdadeira “festa”. Assim, complementa que esta valorização e promoção do pêssego ia desde as primeiras horas da manhã até à tardinha e contava com a participação e parceria de técnicos, extensionistas rurais, industrialistas, produtores (persicultores) e suas famílias, associações e sindicatos, a imprensa especializada e convidados que participavam da programação (intensamente divulgada).

Como consequência de décadas de trabalho (desde o final do século XIX até os anos de seu auge: entre 1950 e 1970), esta festa surge primeiro na colônia com o “Dia do Pêssego” em 1967, para, depois, migrar à cidade como uma das festas especiais do calendário Pelotense: era a “Festa do Pêssego” (que também acontecia no mês de novembro) e que também manteve a promoção do baile para coroação da rainha. Como podemos ver na fotografia do desfile da rainha do pêssego de 1968:

Figura 13 – Fotografia caracterizando a sociabilidade a partir do desfile da corte da rainha do pêssego em 1968



Fonte: Acervo Emater/Pelotas (BACH, 2009).

Com o passar dos anos esta festa experimentou um crescimento vertiginoso já que acabou por ser realizada ao longo das próximas edições na cidade de Pelotas, acarretando no fortalecimento e na consolidação política dos sócios da AGPPPel e, paralelamente, da expansão desta cultura de sociabilidade em torno da festa do pêssego até a cidade. A partir deste momento, desenhava-se uma nova relação entre o rural com o urbano, ou seja, a cidade passava a absorver as decisões da produção e, conseqüentemente, da escolha da sede desta festa. Logo, apropriando-se a partir daí desta sociabilidade que antes era restrita à colônia pelotense. O Brasil urbano-industrial sobrepondo-se sobre a lógica rural (FONTOURA, 2002; 2009), bem como nos mostra Bach (2009. P. 156):

Associação Rural de Pelotas, como foi a Festa Nacional do Pêssego, de 08 a 17 de dezembro de 1973, considerada a 1ª Fenapêssego de Pelotas, com a participação de várias empresas da cidade. Essa festa se constituía em uma verdadeira feira de negócios, onde as indústrias de compotas de pêssego possuíam estandes nos quais eram apresentados seus produtos.

Figura 14 – Fotografia do estande da fábrica J. Alves Veríssimo (Vega) na 1ª Fenapêssego (1973) caracterizando a sociabilidade já incorporada pela racionalidade urbana-empresarial



Fonte: Acervo Angela Maria R. Krüger (BACH, 2009).

Esta foto colorida nos revela mais do que a evolução tecnológica da captação e reprodução do mundo real em imagens que antes só eram possíveis em preto e branco. Revela-nos uma nova sociabilidade oriunda do trabalho porque aquela agroindústria de compotas artesanais da zona rural de Pelotas acabou por ser sobreposta pela indústria fordista da década de 1970 o que, pois, significa também uma nova relação entre o campo e a cidade. Por sua lógica técnica e política. Portanto, uma relação vertical da cidade sobre o campo e que promover a partir daí novas formas de relações sociais de produção e de sociabilidade a ela inerente. Este trabalho de beneficiamento vai se dar a partir deste ponto sob a racionalidade urbano-industrial fordista, na cidade ou sítio urbano do município de Pelotas, pelos operários urbanos separados por setores com ritmos de trabalho diferentes.

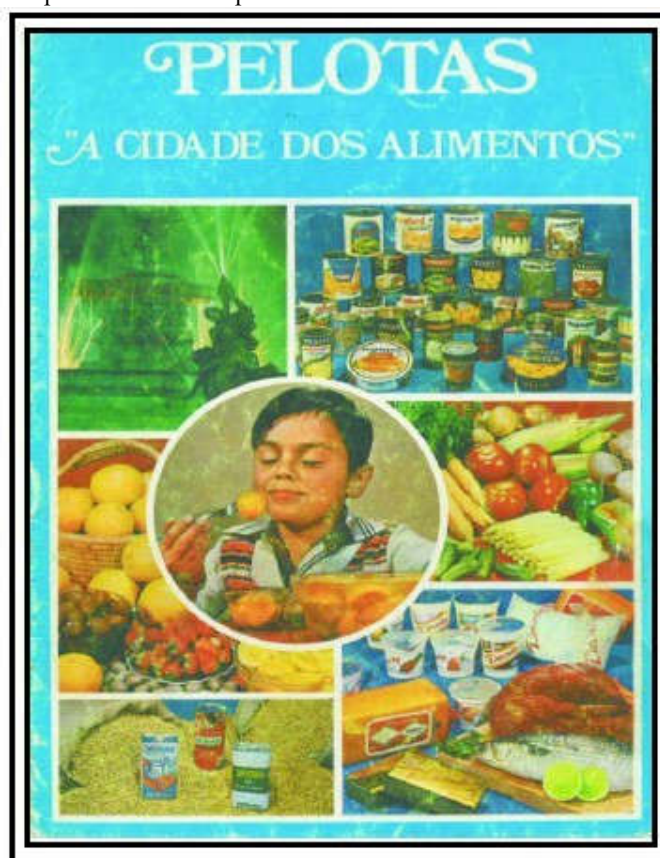
Assim, ainda buscando refletir sobre o caráter social deste trabalho, visamos continuar apontando aqueles elementos que viemos considerando até aqui, acerca do caráter alienador ou emancipador do trabalho desta atividade produtiva. Também da relação destes com o desenvolvimento territorial, mas observando a partir de agora sua “nova” situação locacional e sua racionalidade técnica e política inerente.

Então, após analisar o “milagre” econômico brasileiro e sua relação com a retomada da indústria em Pelotas (1970 à 1980) Sá Britto (2011. p. 71) vai colocar que “o processo de acumulação e especialização industrial se acentua entre 1970 e 1974, atribuindo definitivamente à Pelotas a vocação de 'Cidade dos Alimentos'”. Mas esclarece que esta

especialização foi destacada pela forte presença de um conjunto de indústrias beneficiadoras: arroz, carne (frigorífico), couro (curtumes) e as de conserva.

O nosso recorte é sobre esta indústria de conserva, porque esta vocação de “Cidade dos Alimentos” é, para nós, o dado que mostra que o beneficiamento em escala vai além dos frutos tradicionais da terra – o pêsego – pois, esta nova lógica vai beneficiar também outros frutos da terra – hortaliças – que é produzido também em outras terras, por uma outra técnica e uma outra política a ela inerente. O espaço geográfico produzido nesta época passa a constituir-se como início do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994; 2006).

Figura 15 – Capa de uma cartilha promocional da indústria de Pelotas na década de 1970



Fonte: Biblioteca Pública Pelotense (SÁ BRITTO, 2011).

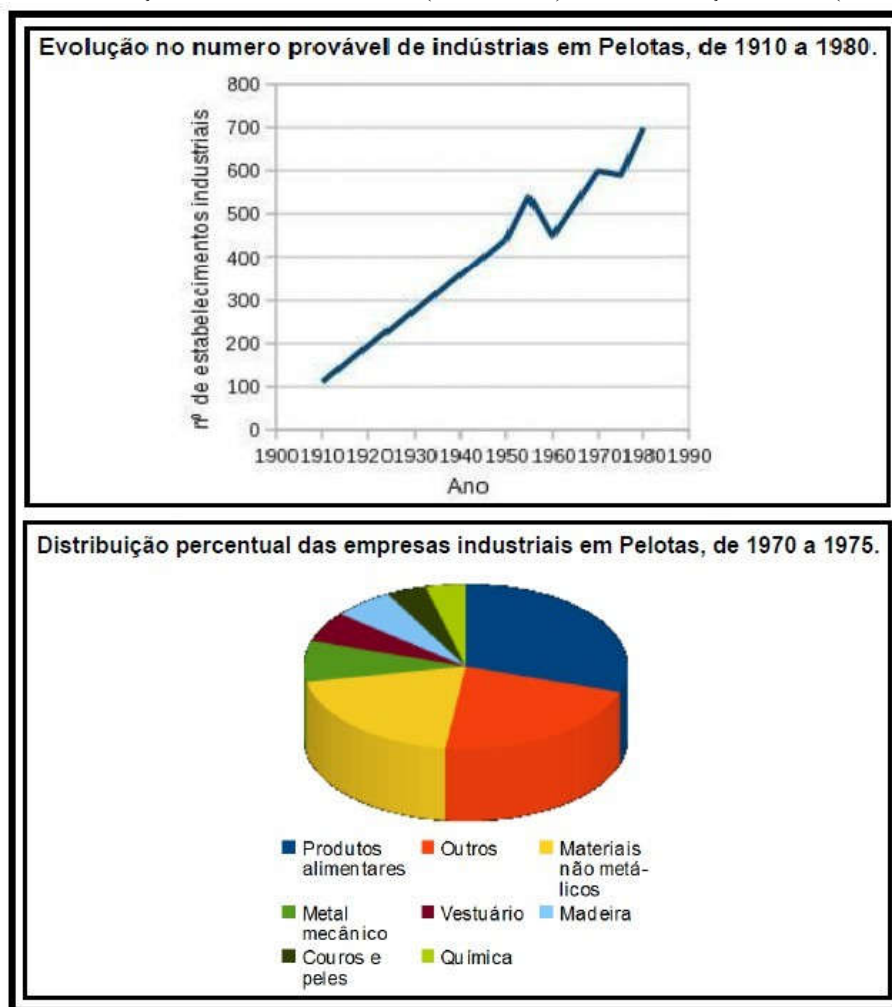
Figura 16 – Quadro da participação percentual quanto ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado e valor da produção em Pelotas.

QUADRO 11 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO NO CONJUNTO DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS QUANTO AO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, PESSOAL OCUPADO E VALOR DA PRODUÇÃO. PELOTAS 1960 A 1985.			
ANO	NUMERO DE ESTABELEC.	PESSOAL OCUPADO	VALOR DA PRODUÇÃO
1960	41,05	44,14	22,10
1970	40,84	43,78	62,57
1975	34,97	60,70	53,90
1980	31,36	68,32	51,40
1985	38,57	68,68	80,72
MÉDIA: 60/85	37,35	57,12	54,13

Fonte: SEBRAE, 1992 (VARGAS, 1994).

A vocação pode ser observada pela continuidade das atividades tradicionais, do primeiro setor, na composição do segundo setor. Sá Britto (2011) correlaciona estes dados ao aumento do número de empresas instaladas no município para nos mostrar que Pelotas vivenciou em 1977 um crescimento industrial significativo (que veio em ascensão desde 1910 até se declínio em 1980) além de mostrar as porcentagens da distribuição por setor destes empregos (de 1970 a 1975).

Figura 17 – A evolução da indústria em Pelotas (1910 a 1980) e sua distribuição setorial (1970 a 1975)



Fonte: Censos industriais 1950, 1969, 1970, 1975; Secretaria da Fazenda do RS; Secretaria Municipal de Finanças de Pelotas apud FUPURP, 1980, p. 43-48.; adaptado de (SÁ BRITTO, 2011).

O setor industrial de produtos alimentares é o responsável pelo maior percentual no gráfico. A partir destes dados passa a ser inviável o discurso fatalista da globalização sobre o fim da história e a imposição de um único caminho para gerar trabalho e riqueza. Vimos que já foi gerado trabalho e riqueza – a partir do território pelotense – de forma pioneira. E a localização do setor que mais gerou emprego em Pelotas vista através da relação cidade-campo. Cabe continuar discutindo o caráter social destes empregos ou sua qualidade para apontarmos os caminhos geográficos rumo à sustentabilidade de um trabalho cidadão, isto é, que emancipe-os como seres humanos em vez de aliená-los a simples condição de excedentes de um exército de reserva de mão de obra.

É importante marcar sobre este período em que foi atribuída à Pelotas a vocação de “Cidade dos Alimentos” a forte relação cidade-campo, só que com a hegemonia da primeira

sobre o segundo uma vez que esta relação sempre existiu e data desde a formação das primeiras cidades (FONTOURA, 2002). O diferencial deste período é o fato de que esta nova relação é condição para o surgimento deste “novo” complexo agroindustrial-fordista em Pelotas. Este segundo ou novo parque industrial de Pelotas já nasce com essa essência relacional entre a cidade e o campo porque solidificou “a conformação de um complexo agroindustrial no município que passa a contar com um número crescente de indústrias de alimentos, tendo na agricultura familiar seu principal fornecedor de matéria-prima” e cita duas das mais importantes fábricas desta indústria fordista “o parque industrial de Pelotas passou a contar com importantes indústrias, como a CICASUL, a J. Alves Veríssimo” (SÁ BRITTO, 2011. p. 73-75). Solidificou porque já existia e foi exatamente por esta razão que este capital fordista veio se instalar em Pelotas (BACH, 2009), só que antes numa relação cidade-campo intermediada por um meio técnico-artesanal.

Figura 18 – Quadro da produção e consumo de pêssego em calda no Brasil

QUADRO 5 – PRODUÇÃO E CONSUMO DE PÊSSEGO EM CALDA NO BRASIL, EM LATAS. 1971 A 1988.					
ANO (lata)	PRODUÇÃO (mil latas)			CONSUMO(mil latas)	
	RS	SP	TOTAL	APARENTE	PER CAPITA
71	13.613	4.800	18.415	18.415	0,21
72	13.475	4.900	18.375	18.518	0,20
73	15.218	4.300	19.518	23.613	0,25
74	24.079	5.000	29.079	31.430	0,32
75	18.049	4.500	22.549	24.374	0,24
76	23.576	3.600	27.176	30.176	0,29
77	20.705	3.577	24.282	34.899	0,32
78	22.031	3.545	25.576	33.652	0,30
79	35.870	3.500	39.370	35.242	0,30
80	28.841	3.400	32.241	31.050	0,26
81	47.879	2.000	49.879	49.679	0,36
82	40.116	1.300	41.416	43.416	0,34
83	35.000	-	35.000	38.521	0,26
84	37.000	-	37.000	36.178	0,27
85	25.000	-	25.000	26.457	0,18
86	28.000	-	28.000	28.844	0,20
87	35.000	-	35.000	35.000	0,28
88	40.000	-	40.000	40.000	0,24

Fonte: SEBRAE, 1992 (VARGAS, 1994).

A abundância de empregos, desde aquele agroindustrial rural até este urbano-industrial fordista, que geraram trabalho no campo e na cidade até o fim da década de 1970, sempre esteve associada a uma sociabilidade consequente. Sociabilidade respaldada pelo parcial Estado de bem-estar social brasileiro (*Welfare State*). Parcial porque não chegou a todos os Estados e

municípios da União, setores da economia, extratos da sociedade brasileira, etc de forma homogênea. A modernização na cidade e no campo também não foi homogênea. A ampliação ou o mínimo cumprimento dos direitos trabalhistas e de cidadania também não se verificou homogênea, etc., sobretudo em Pelotas. Por conseguinte, uma sociabilidade e cidadania, também, parcial. Mormente para os pequenos persicultores e operários rurais da agroindústria artesanal até 1970 e principalmente para as trabalhadoras safristas das agroindústrias fordistas de compotas da Pelotas de 1970 até 1994 (BACH, 2009; VARGAS, 1994).

Visamos com os dados extraídos da caracterização que Bach (2009), Sá Britto (2011) e Vargas (1994) fizeram sobre o setor agroindustrial de alimentos – com ênfase para o conserveiro desde sua origem (final do século XIX) até seu enfraquecimento (1980) – salientar que mesmo o pioneirismo, força de trabalho endogenamente qualificadas para época, pelo menos para aquele setor da econômica pelotense, com abundância de empregos e as sociabilidades geradas pelo caráter social daquele tipo de trabalho (ainda que contraditórias porque ora emancipadoras, ora alienantes) sempre estiveram associados à premissa mais contraditória do capitalismo segundo nossa visão: a da produção daquela riqueza que, como vimos, foi construída socialmente, no entanto, apropriada de maneira privada (MARX, 2013; HARVEY, 2013; PIKETTY, 2015).

Desigualdade que vimos aumentar com o tempo entre o meio rural e a cidade, mas que, no início da industrialização nacional, foi amenizada após a “distribuição de direitos sociais inaugurada pelo experimento Vagas” (KERSTENETZKY, 2012. p. 179-180), porque:

Esta se caracteriza por uma estratificação social corporativa (baseada na institucionalização das categorias profissionais do núcleo-urbano industrial) e a dinâmica de reivindicação de direitos que lhe é conexas (sempre por categorias, sempre direitos afetos ao risco do trabalho mercantilizado). Dentre as implicações positivas estão a inédita intervenção legislativa nas relações entre capital e trabalho, que eram então reguladas exclusivamente por contratos individuais de trabalho e pelo direito privado. (...) Dentre as implicações problemáticas, ressaltam-se (...) o não reconhecimento de situações de informalidade e a exclusão de indivíduos ativos em condição “pré-mercantil” (os rurais), o que resulta em massa considerável – a esmagadora maioria dos brasileiros – em situação “pré-cívica” (...).

Vimos isto com a precariedade ou a falta de contratos no modo de produção agroindustrial artesanal de compotas da zona rural de Pelotas (BACH, 2009). Todavia, somente a partir da década de 1970, viu-se uma melhora aparente na sociabilidade dos trabalhadores urbano-industrial deste setor conserveiro já radicado na cidade, pelo menos do ponto de vista da lei, do direito a um salário mínimo, carga horária não podendo estender-se além das dez

horas, repouso remunerado no final de semana, décimo terceiro salário, férias, etc. Aparente porque em Pelotas, segundo Vargas (1994), a legislação trabalhista não era cumprida por boa parte do setor fordista de conservas.

Voltando ao que vimos no trabalho de Bach (2009), se por um lado emergiu uma sociabilidade em torno do modo de produzir pois demandava o um espaço para a manifestação da transindividualidade que se manifestava na forma de práticas culturais, políticas, graus de autonomia no sentido de conhecerem todo o processo de produção, etc. mas, por outro, somente com o Estatuto do Trabalhador Rural e com o Estatuto da Terra é que se estenderam aqueles direitos sociais inaugurados pelo governo de Getúlio Vargas (1930) porque ainda não tinha chegado até o meio rural. Estes direitos só chegam no segundo período que caracterizou o desenvolvimento do Estado do bem-estar social no Brasil.

Este segundo período que vai de 1964 até 1984 e que, mesmo sob a égide da ditadura civil- militar, vai ficar caracterizado, segundo Kerstenetzky (2012), como o período de *universalismo básico*, porque pretendeu a massificação da incorporação social, ainda que residual. E esta é a principal distinção da primeira porque a distribuição de direitos sociais nos anos que a autora denomina como os do *bem-estar corporativos*, da era Vargas, se singularizou pela introdução de políticas sociais principalmente corporativas ou vinculadas às categorias profissionais e aos seus sindicatos: mas somente para quem estivesse trabalhando.

Kerstenetzky (2012) vai apontar que entre o *universalismo básico* e a terceira onda (do *universalismo estendido*), apesar das muitas rupturas de ordem econômica e política que diferenciam estes dois períodos de bem-estar social, existe uma linha contínua que vem desde o primeiro período até o terceiro, ou seja, a ênfase no salário-mínimo. Salário este que após os anos 1950 também começa a ser reivindicado pelos trabalhadores rurais que lutavam pela reforma agrária e pelo seu reconhecimento dentro da legislação trabalhista. E mesmo durante e após a década do “milagre econômico brasileiro” a questão do salário nas agroindústrias urbano-industrias fordista do setor de conservas de Pelotas, ainda que respaldado pela legislação, deixavam a desejar quando o assunto era a divisão sexual do trabalho. Uma medida com dois pesos diferentes.

Falamos aqui da problemática que foi massivamente analisada por Vargas (1994. p. 16) e que após caracterizar a força de trabalho nas fábricas do setor conserveiro de Pelotas por sexo concluiu, após visualizar um padrão, que a forma de recrutamento e seleção, hierarquia e controle na fábrica, as condições de trabalho, salário e a respectiva jornada de trabalho – com o objetivo de verificar as relações entre capital e trabalho no interior das fábricas – articulavam-

se para rebaixar o salário, sobretudo o das mulheres. Embora fossem baixos para ambos os sexos, efetivos ou safristas e mesmo para os operários do mesmo setor ou na mesma função, respondiam a um padrão hierárquico que extraía a mais-valia de forma ostensiva dos trabalhadores do sexo feminino:

[...] Se considerarmos que os salários do pessoal efetivo está um pouco acima do salário das safristas, e que o salário do pessoal de chefia está um pouco acima do pessoal efetivo, como demonstram as fichas da amostra por nós analisada, concluiremos que os salários dos homens, em geral, são mais altos que os das mulheres (VARGAS, F. E. B. 1994. P. 162).

O dado que associado a este e, por conseguinte, rompe com essa visão de senso comum sobre a geração e distribuição de riqueza vista através desta aparente massificação da incorporação social porque residual (do segundo período sob a égide do regime militar) é o apresentado por Kerstenetzky (2012. p. 183) que esclarece que “a política do salário-mínimo é descontinuada no governo militar, e, a despeito da redução da pobreza observada, a desigualdade cresce ao longo de todo o período”. Portanto, um aparente ou residual Estado do bem-estar social. A continuação desta reforma social desde o governo Vargas (1930) e que vai diferenciar-se pós 1964 com a ditadura civil-militar tem como marco de sua terceira ruptura a constituinte de 1988, porque:

[...] É quando ocorre o deslocamento de um padrão de expansão de direitos fortemente submisso ao projeto de industrialização por substituição de importações do ideário nacional-desenvolvimentista, para um padrão proativo, orientado pela Constituição de 1988, no qual a atribuição de direitos, ao menos legalmente, se desvincula a lógica econômico contratual e adquire status político – são direitos do cidadão, não dos trabalhadores enquanto membros de categoria profissional (KERSTENETZKY, C. L. 2012. p. 182).

E se tanto o pequeno perscultor e o operário rural quanto o operário urbano eram igualmente explorados e alienados pelo capital e se, aparentemente, o urbano levava vantagem legal com relação aos do meio rural (desde 1930) até o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), na prática, isto não se verificou nem mesmo no caso do setor conserveiro urbano-industrial (1970 a meados de 1990) para os trabalhadores, sobretudo para as trabalhadoras do setor conserveiro em Pelotas (VARGAS, 1994).

A perda daquela endógena sociabilidade cultural não foi substituída pelo tipo de trabalho gerado pela lógica de produção nas fábricas fordistas. Ao contrário de emancipar, alienou o trabalhador. Por uma questão lógica que só é técnica porque é, antes, política. Ou seja, Pinto G. A. (2013. p. 54) esclarece que “a racionalização puramente 'técnica' como era

admitida por Taylor e Ford, na verdade implicava um gigantesco processo de racionalização 'social', reservando a classe trabalhadora uma maior subordinação a um automatismo mecânico”. Conclui afirmando que, portanto, há uma crescente negação da natureza humana destes trabalhadores uma vez que o capital alienava o trabalho “em face do aumento da riqueza material e de poder político, que lhe eram expropriados pela classe detentora dos meios de produção”. Hipótese analisada exaustivamente por Harvey (2013), quando verificou a relação entre a transição no *regime de acumulação* e o *modo de regulamentação social e político* a ele associado, e confirmada:

[...] o fordismo dependia da assunção da nação-Estado – como Gramsci previra – de um papel muito especial no sistema geral de regulamentação social. (...) o fordismo do pós- guerra tem de ser visto menos com um mero sistema de produção em massa do que como um modo de produção de vida total. (...) Mas o notável é a maneira pela qual os governos nacionais de tendências ideológicas bem distintas (...) criaram tanto um crescimento econômico estável como um aumento dos padrões materiais de vida através de uma combinação de estado de bem-estar social, administração econômica keynesiana e controle de relações de salário. (HARVEY, D. 2013. p. 130-131).

E ao analisar sociologicamente estes trabalhadores do setor conserveiro pelotense, Vargas (1994), nos mostrou como se dava a superexploração das trabalhadoras pelo capital urbano-industrial fordista, mesmo com a seguridade social dada pelo Estado, na ocasião sob a égide do regime civil-militar. Um governo que mesclava aquela industrialização varguista nacional- desenvolvimentista com uma política econômica que já abria o mercado interno às multinacionais. Um primeiro fator desencadeador do sucateamento⁶ da indústria nacional induzida pelo próprio Estado brasileiro, na época sob o controle do governo civil-militar.

Portanto, a residual massificação da incorporação social, seja na previdência não contributiva, na educação ou na saúde porque “sem a correspondente expansão da provisão pública” (KERSTENETZKY, 2012. p. 182) é um dado que denuncia a abstrata inclusão social, cidadania, etc. vista através das condições do trabalho, mesmo o formal, nas fábricas fordistas urbano- industriais do setor conserveiro de Pelotas:

Quanto às condições de trabalho, os problemas também se avolumam, sejam relacionados com a umidade, falta de ventilação, excesso de ruído ou iluminação

⁶ Sobre este tema ver *Um sonho intenso* (2014) – documentário que discute a industrialização de Vargas a Lula – concebido pelo cineasta José Mariani e que surgiu a partir da elaboração de dois outros trabalhos, sobre cientistas brasileiros e o economista Celso Furtado. Um guia do complexo e contraditório nacional-desenvolvimentismo. Vai mostrar entre outras coisas que, os governos do regime civil-militar, apesar de nacional-desenvolvimentistas, foram os responsáveis por liberar a movimentação de capitais externos, o que deixou o país vulnerável às crises externas, passíveis de, nessas condições, resultarem em crises cambiais.

deficiente. Apesar das constantes denúncias do sindicato, realizadas às fábricas por seus dirigentes, foram constatadas muitas irregularidades, entre as quais a não utilização de equipamentos de proteção individual. Conforme a entidade, a gerência de uma das fábricas visitadas informou que os EPIs estavam à disposição, mas os trabalhadores não queriam usá-los. Segundo o sindicato, em conversa posterior com os trabalhadores, fora da fábrica, estes informaram que a empresa não os fornecia nem permitia que os utilizassem, pois afetaria a produtividade. Para os sindicalistas, esta postura revela que do ponto de vista da empresa o lucro está sempre acima da saúde e da segurança do trabalhador. (VARGAS, F. E. B. 1994. p. 103).

E isto aconteceu mesmo nos anos de prosperidade econômica verificada na década de 1970, em Pelotas, apontada por Sá Britto (2011) como a época áurea da geração de empregos e que lhe atribuiu o reconhecido título de “Cidade dos Alimentos”, pois, na verdade, essa enorme quantidade de oferta de empregos apenas maquiou a qualidade deste trabalho urbano-industrial fordista do setor conserveiro, e da desigual distribuição desta riqueza, gerada socialmente, mas acumulada de forma privada. Neste sentido, verificamos que a abundância de empregos camuflava a superexploração do trabalho feminino, já que, além de alienar o trabalhador, também ia para além das relações entre capital e trabalho porque conforme Vargas (1994. p 167):

Ao longo desta pesquisa, observamos que as trabalhadoras safrististas da indústria de conservas de Pelotas, a partir de um tipo de ocupação temporária e sazonal, sofrem um duplo processo de subordinação em suas relações sociais. Por um lado, a partir das relações sociais de classe, estão submetidas a mecanismos de exploração e controle da força de trabalho, em condições de extrema instabilidade ocupacional, más condições de trabalho, baixos salários e formas autoritárias de controle. Os dados empíricos mostram-nos a grande disponibilidade desta força de trabalho para o capital, que em qualquer época do ano e especialmente no período de safra pode contar com um exército industrial de reserva perfeitamente adaptável às oscilações do ciclo produtivo.

E conclui sua análise dialética, desta superexploração, apontando sua outra face:

Por outro lado, levando em consideração as relações de gênero, observamos que estas mesmas condições de trabalho adquirem uma particularidade. Os mecanismos de exploração e controle sobre a força de trabalho, as relações sociais de classe, não são neutras em relação aos gêneros. A força de trabalho safrista, como pudemos observar, é feminina, e esta não é uma característica acidental, mas essencial dessa força de trabalho. Neste sentido, os mecanismos de controle e exploração do trabalho safrista adquirem uma configuração específica, mostrando que a subordinação de classe está associada à subordinação de gênero, das mulheres em relação aos homens. A análise empírica revela que as condições salariais, as formas de controle, as características do processo de trabalho, expressam mecanismos de dominação e exploração peculiares às mulheres trabalhadoras. (...) Se o trabalho safrista não fosse feminino não haveria a disponibilidade de força de trabalho que observamos na indústria de conservas de Pelotas. As mulheres safrististas, na maior parte do ano, formam uma reserva feminina de mão-de-obra para o capital. Isto é possível devido ao próprio papel social das mulheres, associado às responsabilidades que carregam em relação ao espaço doméstico.

Estes mecanismos de exploração e controle sobre a força de trabalho feminina, vista através das palavras e teoria construídas pelas próprias mulheres, confirmam que a exploração do trabalho feminino está associada tanto à subordinação de classe quanto à subordinação de gênero – das mulheres pelos homens – isto é, as relações de classe não são neutras às relações de gênero. Harvey (2013. p. 132) “o surgimento de mulheres como assalariadas mal-remuneradas foi acompanhado por um movimento feminista igualmente vigoroso”. Visto em uma parte da entrevista com Simone de Beauvoir (publica em 2015, s/ nº págs., pelo site *Territórios de Filosofia*) a propósito dos 25 anos após a publicação de seu livro *O Segundo Sexo* (lançado em 1949-50):

[...] uma vez dentro da luta de classes, as mulheres perceberam que a luta de classes não eliminava a luta de sexos. Foi nesse ponto que eu mesma tomei consciência do que acabei de dizer. Antes disso, estava convencida de que a igualdade entre homens e mulheres só era possível com a destruição do capitalismo e, portanto — e é esse “portanto” que é uma falácia — nós temos que lutar primeiro a luta de classes. É verdade que a igualdade entre homens e mulheres é impossível no capitalismo. Se todas as mulheres trabalhassem tanto quanto os homens, o que acontecerá com essas instituições das quais o capitalismo depende, instituições como igreja, casamento, exército, e os milhões de fábricas, lojas, etc. que dependem de trabalho de meio-expediente e mão-de-obra barata? Mas não é verdade que a revolução socialista estabelece necessariamente a igualdade entre homens e mulheres. (...) há uma confusão profunda entre emancipação do proletariado e emancipação da mulher (...) essa consciência entre as mulheres de que a luta de classes não engloba a luta de sexos — é que é novo. A maioria das mulheres sabe disso agora.

Vargas (1994. p. 109), ao analisar a formação das mulheres e sua eventual participação política dentro do sindicato, percebeu uma contradição nos motivos que levavam as empresas a contratarem preferencialmente mulheres, uma vez que, para alguns dirigentes sindicais, isto se devia “à maior submissão das mulheres, à maior facilidade com que são controladas pelas chefias”. Portanto, corroborada em primeiro lugar porque “além das habilidades específicas, da paciência, do trabalho manual minucioso, este componente político-ideológico teria um papel fundamental na manutenção da disciplina, o que seria dificultado por uma mão-de-obra masculina, normalmente mais insubmissa” já que “reage mais espontaneamente às formas de controle.” diferente da mulher⁷. E, em segundo pelo relato de uma destas

⁷ Sobre este tema, recomendamos: *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado* de Friedrich Engels (escrito em 1884) In.: Cap. II *A Família* (p. 68-77) “(...) Em todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases inferior, média e até (em parte) superior da barbárie, a mulher não só é livre como, também, muito considerada,.” e “O desmoronamento do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo” (OBS.: entendendo direito materno como sinônimo de sua hegemonia política nas precedentes formas de organização social matriarcais – gens/clãs – a patriarcal da moderna família monogâmica) pois a partir daí “(...) convertida em servidora, e escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de procriação”; *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir (escrito em 1949-50) sugerimos toda a obra, mas sobretudo essas partes

trabalhadoras, mas que conforme observamos em seu trabalho, repetiu-se independentemente do sujeito entrevistado, seja o patrão, o sindicato, o operário homem ou pelas próprias operárias mulheres destas fábricas fordistas do setor conserveiro em Pelotas:

Perguntada sobre as razões que levam as empresas a contratarem preferencialmente mulheres para o trabalho safrista, uma das entrevistadas respondeu o seguinte: *“A mulher é mais passiva, não entra na justiça, faz todo o tipo de serviço e ganha menos do que os homens. Os homens são doentes de preguiçosos, fazem só o necessário e vivem colocando atestado. As mulheres para não perder o serviço ficavam além do horário e não batiam o cartão, para o patrão não precisar pagar hora-extra”*. (VARGAS, F. E. B. 1994. p. 148).

Tudo isto acontecendo sob uma nova situação locacional, desta indústria que é produto de uma nova técnica e política a ela associada, e que é vista claramente pela geografia da relação cidade-campo. Já está claro que este espaço geográfico urbano-industrial fordista acabou por extinguir aquela sociabilidade cultural do meio rural, em transferindo-a para a cidade (do “Dia do Pêssego” na Colônia à “1ª Fenapêssego em 1968” na Cidade) e, ao mesmo tempo que dotou o território na cidade com os meios materiais de produção mais modernos, este novo sistema técnico veio orientado por relações sociais de produção tão exploradoras e alienantes quanto as artesanais e, apesar de trazer o arcabouço jurídico de seguridade social, através desta política social que “garantiu” (neste segundo período do *universalismo básico*) os direitos sociais a “todos” os trabalhadores. Porém, na prática ou no cotidiano das operárias das indústrias de conservas fordistas de Pelotas, esta sociabilidade “dada” por este parcial Estado de bem-estar social não se mostrou real, haja vista que “algumas fábricas trabalham de Segunda a Sexta, outras inclusive no Sábado, sendo que há alguns anos atrás era muito comum trabalharem também no Domingo”. (VARGAS, F. E. B. 1994. p. 97).

que embasam nossos argumentos: a introdução e, subcapítulos, 3/O ponto de vista do materialismo histórico, 1/A mulher casada, 2/A mãe e 3/A vida social das quais tiramos algumas passagens (p. 95-24-547-706) respectivamente, “(...) na proposição de Engels sobre a História da Família, os acontecimentos mais importantes parecem surgir inopadamente segundo os caprichos de um misterioso acaso.” e que “(...) umas das consequências da revolução industrial é a participação da mulher no trabalho produtor: nesse momento, as reivindicações femininas saem do terreno teórico, encontram fundamentos econômicos; seus adversários fazem-se mais agressivos.” e continua “(...) mesmo dentro da classe operária os homens tentaram frear essa libertação, porque as mulheres são encaradas como perigosas concorrentes, habituadas que estavam a trabalhar por salários mais baixos” porque “O destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento” mas defende sobre o destino de mãe que “(...) há um século, mais ou menos, a função reprodutora não é mais comandada pelo simples acaso biológico: é controlada pela vontade.” e argumenta sobre a vida social que “(...) a mulher é tanto mais respeitada quanto melhor 'representa' um papel, o seu papel, o papel a ela atribuído pelas regras heteronormativas, etc; entre tantas outras obras que gostaríamos de ter estudado mas não tivemos o tempo ideal.

Vimos até aqui que alguns dos elementos que nos apontam para a causa da perda real dessa sociabilidade do meio rural ocorreu paralelamente enquanto se assegurava, mediante a lei, a distribuição de direitos sociais para os trabalhadores urbanos, na cidade e num segundo período para os do meio rural (com o *universalismo básico*). Portanto, muda a técnica de produção do espaço produtivo mudam, também, as relações sociais de produção (MARX, 2013). “Não mais se pode ver as formas como desprovidas da força de criar ou de determinar relacionamentos.” porque “a forma é sempre pensada como algo a ser comandado: comandado pelo processo, pela função, pela estrutura, quer em separado, quer em conjunto.” (SANTOS, 2011. p. 189-200).

Uma vez que a relação entre cidade e campo passa a ser regida pela lógica urbana (FONTOURA, 2012), suas formas agroindústrias-fordistas são a base técnica-material dessa nova política. Uma técnica hegemônica que tem uma política associada. Uma política com a racionalidade capitalista – que manifesta-se espacialmente⁸ – que, desde a “revolução” verde, é vista através da apropriação pelo mercado ou pelas grandes empresas do mundo rural brasileiro, também o do de Pelotas (BACH, 2009). Mitigada por essa política social representada por esta parcial Reforma Social (Estado do bem-estar social). Parcial, porque mostrou-se universal apenas no papel ou uma lei que raramente saiu do papel para o mundo real de forma universal, que pouco se viu no caso do trabalho feminino no setor conserveiro pelotense (VARGAS, 1994).

Assim, por estas razões, propomo-nos a continuar analisando esta expropriação-alienação do trabalho pelo capital, mas investigando, no próximo subcapítulo a sua relação com a técnica e com a política. Já viemos tangenciando o assunto, no entanto, entendemos que faz-se necessário analisá-lo mais especificamente. Afinal, a demissão ou o subemprego da autonomia foi consequência das máquinas?

⁸ Sobre isto ver: D. Harvey (2005) *A produção capitalista do espaço*.

3.3 ONDE ESTÃO OS EMPREGOS DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI!

Introdução

O presente capítulo apresenta um debate entre os elementos até aqui caracterizados de modo a introduzi-los na discussão do capítulo quatro. Diferente do subcapítulo anterior que perguntava onde estavam os empregos da divisão territorial do trabalho internacional, este, apresenta-os na forma de uma exclamação. Exclamação porque, como já dito, mas cabe repetir, a nova morfologia do trabalho (ANTUNES, 2005) já é conhecida desde a mudança estrutural de acumulação do regime capitalista – do fordismo-taylorismo para o toyotista ou flexível – (PINTO, G. A. 2013) que se pautou pela fragmentação dos territórios (SANTOS, 2002; 2006; 2012; 2013) e por sua crise ou sua precarização (SINGER, 2006).

Assim, como visto em Santos (2006), se na primeira forma de globalização predominou a ocupação territorial – conhecida como colonialismo –, esta segunda impõe no final do século XX um desmonte do Estado – e do até então residual Estado de bem-estar social brasileiro – sem precedentes. Este novo modelo que instalou-se foi o fundamentalista deste consumo voraz que corroe o projeto de humanismo como motor do desenvolvimento e do progresso das nações até a imposição do receituário do “*consenso*” de Washington (1989). Consenso de quem: teu, meu, nosso? Esta globalização que desde então tem vendido este mundo de fabulações ludibriou os povos da América Latina pela momentânea moeda forte seguida de um consumo fácil. Anestesiou as classes médias. Isto tudo resulta espacialmente numa nova divisão internacional do trabalho.

Em função disto é que objetivamos aqui fazer esse debate sobre a relação entre o desemprego e a precarização das relações de trabalho do final do século XX e início do século XXI *versus* a relação entre a técnica e a política. Faremos uma discussão multidisciplinar sobre o caráter social do emprego em Pelotas através dos referenciais teórico-metodológicos com os quais viemos de forma crítica ao longo do nosso trabalho. Discutir a relação entre o trabalho e a técnica que embasa essa política do desemprego que também impõe-se a municípios como o de Pelotas se constitui como o nosso objetivo principal aqui neste capítulo. Discutir a crise do emprego em Pelotas a partir deste momento é, outrossim, analisar a teoria da globalização e como ela se materializa nos territórios a partir das redes e das normas. Em

outras palavras, é exclamação (!), e não interrogação (?), porque já sabemos que a política é a das grandes empresas. Resta saber como ela se deu/dá em Pelotas.

3.3.1 Afinal, a demissão ou o subemprego da autonomia: é técnica ou política?

A resposta deve ser buscada tanto nas reformas neoliberais impostas à América Latina –forjadas no *Consenso de Washington*, no final do século XX – por um grupo seletivo de economistas, empresários de grandes empresas, instituições intergovernamentais e do governo norte-americano porque não partiram de uma posição científica ou de análises econômicas, mas de posturas ideológicas, segundo o economista Joseph Stiglitz e, por esta razão, tiveram consequências desastrosas para os territórios e suas populações nos países que os seguiram, quanto em saber o porquê a “elite” pelotense comprou, compulsoriamente, assim como a gaúcha e a brasileira, essa ideia da Globalização como fábula. Buscando responder se *a demissão ou o subemprego da autonomia do trabalhado(r) pelotense foi/é técnico ou político?*

Segundo Milton Santos (2013), vemos que do pesamento único deriva esta Globalização como fábula ou o mundo tal como nos fazem crer: fala-se numa aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas; é como se o mundo houvesse se tornado, para todos, ao alcance da mão; este mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta, quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas; há uma busca de uniformidade, mas ao serviço dos atores hegemônicos, o que torna o mundo menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania universal; fala-se ora em falência ora em morte do Estado, mas o que estamos vendo é o seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna cada vez mais difícil. E destes processos deriva essa nova divisão territorial do trabalho no século XXI:

Nesta última fase, os pobres não são incluídos nem marginais, eles são excluídos. A divisão do trabalho era, até recentemente, algo mais ou menos espontâneo. Agora não. Hoje, ela obedece a cânones científicos – por isso a consideramos uma divisão do trabalho administrativa – e é movida por um mecanismo que traz consigo a produção das dívidas sociais e a disseminação da pobreza numa escala global. Saímos de uma pobreza para entrar em outra. Deixa-se de ser pobre num lugar para ser pobre em outro. Nas condições atuais, é uma pobreza quase sem remédio, trazida não apenas pela expansão do desemprego, como, também, pela redução do valor do trabalho. (SANTOS, Milton. 2013. p. 72-73).

Neste sentido, a estagnação econômica de Pelotas não é necessariamente a estagnação de Pelotas, ou seja, é outrossim o resultado material desta pobreza em escala global. A divisão do trabalho é um processo progressivo que tem, hoje, na informação tornada internacional, o seu principal motor (SANTOS, 2006). Mas o que é o progresso? Qual deveria ser o caminho seguido por Pelotas para alcançá-lo? O da grande empresa, defendido pelo candidato Matteo Chiarelli do DEM ou o da Economia Solidária, apontado por Jurandir Silva do PSOL? O de atração da grande indústria, pela *Lei 5.100 de 2005* como propõe a centro-direita, mas que, segundo a esquerda, não vem funcionando?

Sobre a primeira questão entendemos que mesmo que esta grande indústria fosse atraída, ainda assim, pouco ou nada mudaria para os pelotenses, pois as formas de dinheiro gerada nela correm todas as noites para as metrópoles. É sabido da ciência geográfica que esta divisão territorial do trabalho cria hierarquia entre lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições (SANTOS, 2006).

Pelotas pouco pode jogando segundo as regras deste jogo. Porque tais regras são as de uma guerra: a “guerra fiscal”, que é a guerra dos lugares (SANTOS, 2012). Assim, para que Pelotas tivesse chances nesta competição teria que haver harmonia entre os três níveis do Estado (federal, estadual e municipal), o que nunca aconteceu desde a redemocratização do país. Também seria necessário que o governo municipal tivesse a maioria na câmara de vereadores, uma vez que precisa construir a densidade normativa necessária à instalação e funcionamento desta grande indústria ou empresa. Além disto, o município necessita dispor de recursos volumosos, infraestrutura, mão de obra qualificada, capacidade técnica ou competência na gestão da administração da coisa pública, etc. para poder ofertar a esta grande empresa. Afinal, é uma guerra entre lugares e quem vence é aquele município que disponibiliza mais privilégios.

Tomando o exemplo trivial das **montadoras**, também citadas no debate como redentoras da “estagnação” econômica a que vemos o município de Pelotas mergulhado nas últimas décadas. E desta “estagnação” deriva esta falta de emprego, além do sucateamento das relações sociais da produção – do trabalho. Mas que precarização é essa? Segundo o estudo de Geraldo Augusto Pinto (2013) em *A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo*, é possível ver que a montadora não é o caminho que trará os empregos da época áurea nem o tipo de desenvolvimento econômico demandado pela população desempregada de Pelotas. Exemplo que foi analisado geograficamente em *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, cuja obra é base para se conhecer o Brasil a partir do seu território e que também nos permite afirmar com base em parâmetros

científicos ou mesmo em análises econômicas mais simples, mas não menos sérias que, ainda assim, seria inviável do ponto de vista técnico e até político a instalação deste tipo de indústria em um município periférico como Pelotas, pois o mesmo não dispõe dos recursos locais que possibilitariam as condições mínimas para dotar o território pelotense com as infraestruturas técnicas exigidas por estas grandes empresas globais.

Por fim, não vemos uma viabilidade técnica e econômica nesta proposta da grande indústria através da utilização da *Lei 5.100 de 2005*. Não resolveria o problema da “estagnação” econômica do município de Pelotas e a crise do emprego a ela inerente, assim como não resolveu a dos outros territórios em que estas montadoras se instalaram. Em primeiro lugar porque não foi considerado o perfil da população pelotense, sua formação socioespacial. Em segundo, pelo fato de que estas especializações alienígenas alienadas (SANTOS, 2012) não geram autonomia à população e ao território. A alienação do território pelotense e de seus habitantes gerará um conjunto de alienações que se tratam, cada qual, atraindo e alimentando umas às outras, como nos explica o Geógrafo baiano:

Mas, quando analisamos as condições técnicas e normativas criadas, entendemos que esse processo de criação de valor acaba tendo, para a sociedade como um todo, um alto custo e produz uma alienação advinda da extrema especialização urbana e regional numa produção exclusiva. Mais tarde a sociedade descobre que essa produtividade espacial, esforçadamente criada, não é duradoura e, quando envelhece, o lugar é chamado a criar novos atrativos para o capital. Mas as empresas também convocam o resto do território a trabalhar para seus fins egoístas, mas também inconstantes, de modo a assegurar um enraizamento do capital que é sempre provisório. E, como um capital globalmente comandado não tem fidelidade ao lugar, este é continuamente extorquido. O lugar deve, a cada dia, conceder mais privilégios, criar permanentemente vantagens para reter as atividades das empresas, sob ameaça de um deslocamento (SANTOS, Milton. 2012. p. 116).

Ao nos propormos a discutir – do ponto de vista da Geografia – caminhos que viabilizem um desenvolvimento territorial endógeno, isto é, sem depender da atração destas grandes empresas ou do financiamento do grande capital externo, é necessário que se olhe para a própria história e território de Pelotas, porque foi graças a este exercício analítico que nos permitiu ver que a retomada da indústria se deu de 1970 a 1980, tendo seu ápice entre 1970 e 1974 ou época áurea da oferta de empregos no município, só foi possível porque:

Este período ao mesmo tempo é marcado pelo fortalecimento da relação entre a cidade e o campo, solidificando com isso a conformação de um complexo agroindustrial no município que passa a contar com um número crescente de indústrias de alimentos, tendo na agricultura familiar seu principal fornecedor de matéria-prima. (...) Esta retomada do crescimento da indústria em Pelotas relaciona-se com uma série de políticas estatais que acabaram facilitando o desenvolvimento do setor, como linhas

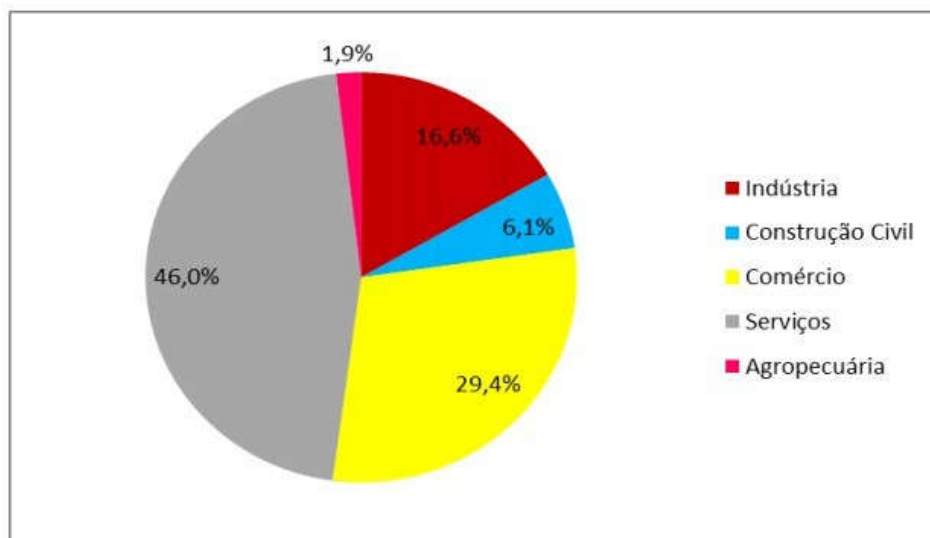
de crédito e financiamento internacional assim como a redução de impostos e incentivos fiscais, decorrentes da reforma tributária de 1969 e do chamado “Milagre Econômico Brasileiro”. (SÁ BRITTO, Natália Daniela Soares. 2011. p. 73-74).

Destarte, apontamos que a “estagnação” da economia pelotense, a que o candidato do PSOL se referia, tem sua raiz na crise ao longo da década de 1980 que, segundo Britto:

O período de dinamismo da indústria em Pelotas tem início nas últimas décadas do século XIX e dura até aproximadamente o início da década de 1980, quando um número expressivo de indústrias na cidade fecha as portas ou transferem suas atividades para outras localidades. Esta decadência da atividade industrial no município insere-se num contexto onde atuam simultaneamente uma série de mudanças de ordem econômica e política local ao mesmo tempo em que ocorrem alterações nos padrões de reprodução do sistema capitalista no mundo. (...) A entrada do Brasil no FMI (Fundo Monetário Internacional) acabou por acelerar o processo de enfraquecimento da economia nacional, resultando na adoção do neoliberalismo, o que diminuiu o papel regulador do estado na economia e nos setores sociais. Como resultado aprofundou-se a crise social com o aumento da pobreza e do desemprego. (BRITTO, Natália Daniela Soares Sá. 2011. p. 77).

Mas esta “estagnação” da economia a que os candidatos debatem em 2012 se mantém até os dias de hoje, 2015? Para responder estas questões contemporâneas, propomos observar o gráfico e a tabela abaixo:

Figura 19 – Gráfico da participação setorial no estoque total de empregos formais em Pelotas, mês de novembro de 2014



Fonte: adaptado do Boletim Informativo da conjuntura do emprego na Zona Sul, em novembro de 2014, – Nº 12, Ano III, dezembro de 2014, Pelotas-RS (Observatório Social do Trabalho da UFPel).

Tabela 3 – Tabela da taxa de crescimento do emprego formal no mês, no acumulado do ano de 2014 e nos últimos 12 meses, em Pelotas, Rio Grande do Sul e Brasil

Unidade Geográfica	Mês (%)	Ano (%)	12 Meses (%)
Pelotas	2,53	1,83	0,86
Rio Grande do Sul	0,40	2,26	1,13
Brasil	0,02	2,31	1,05

Fonte: adaptado do Boletim Informativo da conjuntura do emprego na Zona Sul, em novembro de 2014, – Nº 12, Ano III, dezembro de 2014, Pelotas-RS (Observatório Social do Trabalho da UFPel).

Como podemos perceber no Gráfico 1 e na Tabela 3, assim como no todo dos Boletins Informativos da conjuntura do emprego na Zona Sul do RS, mas sobretudo no último que tratou dos acumulados do mês de novembro e do ano de 2014, Pelotas vive, aparentemente, um momento favorável na questão da oferta de emprego. Aparentemente porque segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), referente ao mês de novembro de 2014, observa-se um estoque total de 69.392 empregos formais celetistas em Pelotas tanto nas proporções do Gráfico 1, quanto nas proporções da Tabela 3. Todavia, no mês de novembro, oferta-se muitas vagas no comércio devido à demanda das lojas para o natal, fazendo com que a máquina da economia pelotense gire e movimente os outros setores, sobretudo o de serviços.

Conforme vimos na Tabela 3: com taxa superior ao do RS e do Brasil em novembro, mas inferior a estes ao longo do ano ou no acumulado dos últimos doze meses. Porém, desde a década de 1980 e 1990 se ofertam muitas vagas no comércio para o natal em Pelotas, por ser o polo de comércio e de serviços da zona sul do RS. Logo, sempre atendeu e atende toda a zona sul do RS, não ficando restrito às demandas por produtos e serviços dos pelotenses. Mas e o meio rural? E os trabalhadores do meio rural que produziam para aquelas agroindústrias que prosperaram ao longo da década de 1970? Onde eles estão dentro das estatísticas do conjuntural bom momento do emprego em Pelotas? Cadê a relação campo-cidade ou cidade-campo?

Vimos com Britto (2012) que a vocação de Pelotas em sua época áurea (ao longo da década de 1970) era a da “Cidade de Alimentos” e que somente foi viável devido a uma conjuntura econômica internacional favorável que ficou conhecida como: “Milagre Econômico Brasileiro”. Mas, sobretudo porque o Estado brasileiro teve participação direta na economia. E isto não foi mérito do governo militar brasileiro, pois esta política estatal conhecida como “desenvolvimentista” vigorou, grosso modo, de 1930 a 1980 (PINTO, 2012).

Assim, para fugir das generalizações das visões sociais de mundo pre-conceituosas ou de senso comum vimos necessário saber quem são estes pelotenses desempregados aos quais os candidatos se referem? São os mesmos que a ciência conceitua sincronicamente ao atual sistema técnico hegemônico contemporâneo? Estariam eles aptos a trabalhar na grande indústria-global?

Entendemos que mesmo que não seja uma montadora de automóveis, com certeza, esta grande indústria não gerará nem em quantidade nem tampouco em qualidade aqueles empregos da CicaSul, J. Alvez Veríssimo, Red Indian ou entre outras daquela época porque exigiam como escolaridade mínima para os operários apenas a quarta série do ensino fundamental. Mas que, se fosse preciso, até um analfabeto poderia realizar tal trabalho, uma vez que para ser um trabalhador nestas fábricas bastava ser apenas um apêndice da máquina (PINTO, 2013), negando qualquer processo de aprendizagem proporcionada pelo trabalho que levasse à autonomia do trabalhador e por ventura a uma cidadania fruto de um trabalho com objetivo emancipador.

Portanto, de 2012 até 2015 o problema estrutural do emprego em Pelotas, como no mundo todo, continua. Apesar de a conjuntura apontar para índices positivos de geração de emprego em todo o país e de os dados do último *Boletim Informativo da conjuntura do emprego na zona sul (Pelotas e Rio Grande)* nos indicarem, até novembro de 2014, para índices positivos do crescimento do emprego no município, pois o problema do desemprego permanece, pois é estrutural: precarização do trabalho, terceirização. *Consenso de Washington*: o consenso ideológico que vendeu fabulações⁹: os empregos custarão a bagatela de míseros ajustes fiscais (mas só para o lado do trabalhador), privatizações (mas só do que dá lucro) e terceirização (mas só das atividades “meio e: *The End!*”).

Mas se pela economia de mercado é inviável a recuperação do valor do trabalho e da autonomia e cidadania ao caráter social este, e sobre o qual nos propomos a discutir, então fica a questão: existem outras alternativas, caminhos ou, pelo menos, um que seja viável do ponto de vista político, econômico, social e técnico à realidade das demandas por emprego, em quantidade e qualidade, de um município com as características particulares das de Pelotas? Não se trata de inventar a roda, mas em discutir com outros Autores visando saber se este paradoxo já foi respondido? Se tem solução?

⁹ Sobre este tema ver: Encontro com Milton Santos ou: o mundo global visto do lado de cá (de 2006), produzido pelo cineasta Silvio Tendler e; Privatizações: a Distopia do Capital documentário produzido (em 2014) também de Silvio Tendler e em conjunto com o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) e com o apoio da CUT Nacional.

3.3.2 O doce trabalho de Pelotas *versus* a amarga técnica da política do desemprego

Da cidade “rica” do passado – época áurea das charqueadas – de que nos fala a historiografia tradicional-positivista do RS, mas sem entrar nos pormenores, até a pobreza do emprego no presente recente, tivemos duas épocas intermediárias que pode ser considerada áurea na produção de riqueza. Mas, sobre a geração de empregos no município de Pelotas há que se fazer uma simples, mas importantíssima diferenciação entre o trabalho nas charqueadas, o das agroindústrias artesanais da zona rural e os gerados pelo setor conserveiro urbano-industrial fordista, porque no primeiro, o regime de trabalho era o escravo (gerando riqueza apenas aos charqueadores) já, no segundo, um trabalho livre, mas hiperexplorado e que se assemelhava com o da terceira fase mesmo que este último fosse assalariado e segurado pela legislação vigente, pois além de hiperexploratório, também mostrou-se terminantemente alienante.

O desenvolvimento daquele trabalho que surgiu de forma endógena no meio rural teve seu ápice quando foi apropriado pela cidade, pela lógica urbana, gerando mais uma vez um ciclo de crescimento econômico e conseqüentemente riqueza. Mas riqueza para quem? Que tipo de trabalho? Onde?

Partindo desde o período onde se gerou emprego remunerado para um trabalhador livre, apontamos que a euforia do crescimento econômico da década de 1970, época também conhecida como o “milagre econômico brasileiro”, foi marcada pela vinda para Pelotas de algumas das maiores indústrias do setor de alimentos, do sudeste do país. Trouxeram consigo além de muito capital, as máquinas que caracterizaram a sociedade urbano-industrial fordista pelotense, do setor agrindustrial de conservas. O conjunto delas operando no tempo do ritmo das fábricas fordistas possibilitaram um ganho de produtividade do trabalho e a garantia de trabalho assalariado para uma massa de trabalhadores que antes estavam à margem do residual Estado de bem-estar social brasileiro.

Como conseqüência deste processo, emerge a condição normativa que assegurou a demanda histórica de empregos dignos, cidadãos ou que respeitassem os direitos trabalhistas que antes eram negados pelo regime escravocrata das charqueadas ou parcialmente atendidos aos trabalhadores rurais (por aquelas agroindústrias artesanais de compotas de pêssego da colônia de Pelotas, por exemplo).

Bach (2009) afirma que esta época foi de euforia, inclusive, para os pequenos e médios produtores de pêssegos já que suas expectativas se baseavam no fato de que estas grandes

indústrias resolveriam todos os problemas da cadeia produtiva, como pagar melhores preços, garantir a compra de toda a produção dos persicultores etc., fazendo com que os mesmos passassem a não se preocupar com o fornecimento incerto às pequenas indústrias da colônia. O que pontualmente se verificou, uma vez que num primeiro momento houve a aplicação de uma política por parte destas grandes empresas exógenas à Pelotas, pois, no intuito de garantir a matéria-prima necessária as suas atividades industriais, implementaram uma política econômica de boa vizinhança com relação aos produtores rurais:

Tendo por base alguns depoimentos, observa-se que a J. Alves Veríssimo buscou um ajuste com os produtores. A empresa, com sua política de relacionamento, passou a trabalhar com produtores previamente acertados, isto é, fornecia um adiantamento para o produtor investir o ano inteiro no seu pomar e, depois da entrega do pêssego, a empresa descontava o adiantamento sem custo de operação e sem juros. Isso era uma política da empresa, a qual era muito bem vista pelo produtor. Obviamente, para que isso ocorresse, a empresa tinha de dispor de um bom volume de capital (BACH, Alcir Nei. 2009. p. 180).

No entanto, o que no início pareceu ser o fim daquele velho problema do preço mínimo do pêssego, mostrou-se, a posteriori, apenas uma estratégia de mercado (deste grande capital) para quebrar com o resquício de concorrência do que ainda havia daquelas fábricas agroindustriais artesanais de compotas da zona rural pelotense, pois:

Em relação ao produtor de pêssego, podemos verificar através das informações obtidas que houve uma certa expectativa que essa empresa de grande porte pudesse melhor atender sua demanda, tais como uma oferta melhor de compra, atualização de pagamentos e melhoria no escoamento da produção. Na prática isso não se verificou, e a concorrência com fábricas artesanais foi decisiva para o colapso dessa indústria rural (BACH, Alcir Nei. 2009. p. 182)

Ao nível de região, os dados levantados por Bach (2009), através dos depoimentos de produtores de pêssegos – da Colônia de Pelotas –, evidenciam que além destas novas fábricas oriundas do sudeste que radicaram-se na zona urbana de Pelotas, também houve outras empresas que se instalaram no município de Piratini-RS. Foi o caso do Grupo Ipiranga do município de Rio Grande, por exemplo, que instalou a empresa de nome Isagro e que investiu na plantação de grandes pomares próprios. Ou seja, estas grandes indústrias passaram a garantir boa parte de sua matéria-prima quando não toda, deixando por esta razão, aqueles pequenos produtores, que trabalhavam somente com pêssego, sem alternativa, a não ser trocar de atividade:

Conforme vários depoimentos, essa crise da indústria rural começou após a instalação das grandes indústrias do centro do país. Houve nitidamente uma séria disputa envolvendo essas grandes indústrias de fora e as indústrias daqui, principalmente as pequenas fábricas artesanais da colônia. As grandes indústrias, como a J. Alves Veríssimo, Red Indian e Delrio chegaram com um aporte tecnológico muito avançado para as pequenas fábricas locais, tanto em equipamentos importados quanto ao uso de modernas técnicas em engenharia de alimentos, com o objetivo de criarem uma relação inexistente, até então, entre a indústria e o produtor, concedendo adiantamento de parte da safra, garantindo desta forma a fidelidade do produtor [...] a pequena indústria (...) perdia seus fornecedores para as fábricas maiores. Sem condições de competir com elas, em meados de 1970, desmotivada e sem capital, começou a fechar suas portas (...) que a maioria das fábricas da colônia trabalhava somente com o pêssego. Poucas operavam com outras frutas (BACH, Alcir Nei. 2009. p. 173).

Este primeiro dado que indica que a falência desta agroindústria artesanal teve como uma de suas principais causas o fato de os produtores de pêssego e, as fábricas artesanais de compotas da zona rural de Pelotas, trabalharem apenas com o pêssego – um único produto – que, vimos, induziu-os a uma dependência com relação aqueles atravessadores, desde aqueles das fábricas do meio rural, até aqueles representados pela política das grandes indústrias fordistas da década de 1970, já radicados no novo parque industrial do município, com toda infraestrutura financiada pelo Estado, mas que também extraíram a mais-valia pelo não pagamento do preço mínimo da matéria-prima. Vimos que a APPPEl surge também por causa desta demanda da falta de um preço mínimo.

Primeiro “elas” quebraram as fábricas artesanais, hoje, *patrimônio industrial rural* do município de Pelotas e, logo em seguida, também aos pequenos persicultores. Elas entre “aspas” porque esta nova técnica das fábricas urbano-industriais fordistas do grande capital do eixo Rio-São Paulo veio associada a uma política exógena a endógena formação socioeconômica, mas “aceita” pelas autoridades e população local. Afinal, era necessário um exército de reserva na cidade de Pelotas, para manter os salários baixos, trabalhadores alienados, elevadas taxas de lucro, expropriadas do trabalho: mais-valia (MARX, 2013).

Da mesma forma que quando um policial mata um jovem, negro, pobre (da periferia ou do morro) a sociedade toda está apertando o gatilho com ele, também, no caso deste grande capital nacional (da década de 1970) ao quebrar a economia agroindustrial artesanal da colônia e as sociabilidades a ela inerente, não o fez sozinho, logo, as políticas de governo federal, na época civil- militar, a internacional através da mão imperialista dos governos dos Estados Unidos da América, que financiaram ditaduras em toda a América Latina ao longo do século XX, as do mercado, através da ação conjunta entre as multinacionais e parte do capital nacional-rentista e as autoridades e “sociedade” pelotense também apertaram o gatilho que veio a matar

esta formação socioeconômica endógena. Geograficamente, essa política se manifesta no conteúdo inerente às formas-conteúdo.

Segundo Santos (2011. p. 200) “Todas as formas são dotadas de uma estrutura técnica que compromete o futuro”. E a propósito da dialética entre a lógica exógena *versus* a formação socioespacial endógena, nos esclarece que:

A nova forma chega junto com um *conteúdo importado*. A incorporação de uma nova forma à formação socioeconômica significa a incorporação de seu conteúdo à mesma formação socioeconômica. (...) A nova forma introduz novos relacionamentos, uma dependência crescente que, a partir daí, impelirá a formação socioeconômica em direção a uma mudança estrutural (...) as formas podem também ser usadas para diminuir e enfraquecer a soberania de qualquer país subdesenvolvido (...) A introdução da inovação capitalista em um país em desenvolvimento abre sua formação socioeconômica a influências externas e reforça sua dependência com relação ao modo de produção dominante. (...) recebe, então, a influência direta de um ou vários países do centro. (SANTOS, M. 2011. p. 201).

Tabela 4 – Quadro do êxodo rural no município de Pelotas, de 1950 a 1991

QUADRO 7 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE PELOTAS QUANTO À SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, RURAL E URBANO. 1950 A 1991.							
POPULAÇÃO							
ANO	RURAL		URBANA		TOTAL		
	n	%	n	%	n	%	
1950	49627	39	78014	61	127641	100	
1960	48748	29	129517	73	176575	100	
1970	53042	26	154827	74	207869	100	
1980	55147	21	204803	79	259950	100	
1991	25910	9	264738	91	290648	100	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1950 – 1991. (VARGAS, 1994).

A introdução daquelas inovações – fordistas – capitalista abriu a endógena formação socioeconômica a influências externas e reforçou sua dependência com relação ao modo de produção dominante, que culminou nesse êxodo rural. Assim, sem estes trabalhadores no campo, extinguiu-se, também, aquela sociabilidade imanente aquele tipo de trabalho agrícola e fabril rurais, vistos através da caracterização das fábricas rurais de compotas de Pelotas por Bach (2009).

A pouca, mas importante autonomia vinculada aquele trabalho artesanal que, a partir deste momento, passou a ser separada e disciplinada pelo tempo das máquinas fordistas, porque nestas novas formas produtivas, a das formas-conteúdo urbano-industriais do setor de

conservas, são alocadas agora no segundo parque industrial do município gaúcho, às margens da rodovia federal BR-116, onde “o trabalho é feito em pé, junto a esteiras rolantes que transportam o produto entre as várias fases do processamento” (VARGAS, 1994. p. 82). Por conseguinte, um trabalho alienante, pois expropriador tanto da mais-valia quanto da autonomia do trabalhador (MARX, 2013; PINTO, G. A. 2013; HARVEY, 2013), tanto no meio rural:

Nas fábricas situadas na zona rural observaram-se algumas diferenças significativas nas características da força de trabalho. Constatou-se uma grande quantidade de menores de idade em pelo menos em duas fábricas, numa das quais com forte presença no setor de descaroçamento de pêssego. Esses menores, em sua maioria, residem na própria zona rural, nas proximidades das fábricas. Noutra fábrica, a presença de menores era mais marcante nas tarefas mais pesadas, de transporte e carregamento dos produtos. Segundo o gerente de uma destas fábricas, esses menores são estudantes que estão de férias escolares e acabam ocupando seu tempo nas fábricas. Existem também muitos homens trabalhando no corte e descaroçamento do pêssego. Nas fases seguintes, de retoque, seleção, classificação, fatiamento, enlatamento, só existia, mulheres. Estas, em geral, são donas de casa e agricultoras que moram na zona rural. (VARGAS, F. E. B. 1994. p. 88).

Quanto no meio urbano, pois:

Denúncias são feitas devido à não contabilização e não pagamento de horas-extras realizadas pelas trabalhadoras, por excesso de horas-extras trabalhadas, por rompimento do contrato de safra sem pagamento da respectiva indenização, pela não assinatura da carteira de trabalho. Os sindicalistas citam também aqueles casos em que as safrististas são obrigadas a assinar pedido de demissão para desobrigar as empresas a pagarem a indenização por rompimento de contrato. São frequentes ainda as denúncias sobre a existência de forte repressão dentro da fábrica, devido ao controle do tempo e do número de vezes para ir ao banheiro, pela existência de poucos banheiros, muitas vezes sem água e sujos, devido aos refeitórios inadequados, pelo não pagamento do piso às safrististas, inclusive com demissão de trabalhadoras que participam do movimento sindical (em greves gerais, por exemplo), pelo não fornecimento de equipamentos de proteção individual e de instrumentos de trabalho, entre tantas outras denúncias. Na avaliação das lideranças sindicais, em muitas fábricas, as safrististas são tratadas como “escravas” (VARGAS, F. E. B. 1994. p. 106).

Junto desta política local de exploração do trabalho, apontamos também uma outra que veio do hemisfério norte dentro do pacote do modo de produção fordista-taylorista: e sua exógena política sanitária. Exógena porque veio de latitudes do hemisfério norte onde a Geografia física imprime condições ambientais diferentes das daqui do hemisfério sul¹⁰. Também, porque não considerava/considera as particularidades de nossa formação

¹⁰ Sobre este tema ver o documentário *O Mineiro e o Queijo* (2011) “um documentário político poético” de Helvécio Rattón que vai mostrar que devido a leis sanitárias anacrônicas (cópia da legislação Norte-americana) e pelo lobby dos grandes laticínios que comandam o mercado nacional, um dos patrimônios culturais do Brasil – o queijo minas artesanal – é proibido de circular fora do Estado de Minas Gerais.

socioeconômica e cultural. Somadas a isto, pelos tipos de acordos comerciais entre o Estado brasileiro e outras nações:

[...] passou a haver uma cobrança maior por parte dos órgãos de fiscalização da Saúde, da Agricultura e da Delegacia do Ministério do Trabalho em Pelotas. Outro problema sério e que não dependia nem do produtor de pêssego, nem da indústria de compotas e tampouco da Associação Gaúcha dos Produtores de Pêssego (AGPP), mas atingia a todos seriamente, dependendo, todavia, da sensibilidade do governo brasileiro em rever os acordos comerciais com a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), foi a importação de compotas de pêssego, que desde 1963, vinha aumentando vertiginosamente, comprometendo a cadeia do pêssego na época. Hoje, parece que a história se repete: os produtores, as poucas indústrias que restam e a AGPP continuam sofrendo com a importação de pêssego em calda, desta vez, dos acordos com o Mercosul (BACH, Alcir Nei. 2009. p. 189).

Ou seja, estes acordos firmados no âmbito do comércio exterior com a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), pelo governo civil-militar, acabaram por contribuir para o fim destas fábricas artesanais. Sem capital suficiente para adaptar suas artesanais plantas produtivas às novas regras sanitárias, a “opção” foi a falência ou trocar de atividade. Mais tarde, já sob a égide de governos democráticos, viu-se o mesmo fim às fábricas fordistas. A nova lógica dos tempos de acumulação flexível ou toyotista tornou obsoleta as formas técnicas fordistas. Assim, muda a técnica, muda também a principal forma de relação entre os seres humanos e a natureza ou o meio, uma vez que “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2006. p. 16).

É bem verdade que o *Tratado de Assunção* que acordou as regras do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) assinado em 1991, no Paraguai, catalisaram essa obsolescência técnica, pois, mais uma vez, a indústria gaúcha-pelotense não se mostrou suficientemente competitiva para concorrer com os produtos industriais dos vizinhos do Prata. Todavia, não significa que tanto a ALALC quanto o MERCOSUL foram as responsáveis pela crise e consequente falência das fábricas do setor de conservas em Pelotas, pois no primeiro caso, as fábricas urbano-industriais fordistas se beneficiaram enquanto as artesanais-rural não! Visto que:

No Brasil, o fordismo norteou o processo produtivo industrial, sobretudo após a Revolução de 1930, marcando o desenvolvimento capitalista do país sobre o viés da substituição de importações. Neste período, o Estado passa a ser o principal provedor do modelo fordista-taylorista, atuando através do equipamento do território nacional. É neste período que o país apresenta uma grande intensificação no processo de industrialização e de urbanização da sociedade, marcada pelo êxodo rural, pelo crescimento e inchaço das grandes metrópoles brasileiras e pela

transformação nas relações de trabalho, consumo e produção espacial. (SÁ BRITTO, N. D. S. 2011. p. 82).

Destarte, o grande capital nacional do eixo Rio-São Paulo, radicado em Pelotas, beneficiou-se desta política até naquele primeiro momento. No entanto, a concorrência com este pêssego em calda vindo dos vizinhos signatários do MERCOSUL, que chegava com menores preços ao mercado brasileiro, associada à perda da tutela do Estado brasileiro, foi o suficiente para quebrar com esta agroindústria de conservas de Pelotas. A diminuição da presença do Estado na economia devido a este e a outros acordos comerciais firmados pelo Brasil após os anos 1980 como, por exemplo, o *Consenso de Washington* na década de 1990. Então, a propósito deste segundo caso, conforme Pereira (1984. p. 203-204):

As novas formas e o sentido que adquiriram a intervenção estatal, a partir da década de 30 principalmente, representaram não um ato de vontade isolado de uma instituição acima e independente da sociedade, mas uma resposta a problemas concretos (...) o Estado brasileiro foi, crescentemente, modernizando-se e racionalizando-se acabando por ultrapassar a visão limitada das camadas dominantes (...) a oligarquia agrário-exportadora perdera vigor com a retração da produção e comércio cafeeiro, enquanto os novos empresários industriais, que aproveitaram as oportunidades surgidas, não tinham condições para atuar como classe coesa e consciente na defesa de interesses eminentemente industrialistas (...) Assim sendo, de tanto serem tuteladas, e de receberem como benesses o que não fora realmente conquistado, os vários grupos sociais (entre os quais o próprio operariado), acostumaram a encarar o Estado como um grande factótum e a apelar para sua intervenção ou mediação em qualquer situação de crise real ou imaginária.

Entre o meio natural e o técnico-científico-informacional, vimos a intermediária lógica de “reprodução família-unidade de produção-ambiente (natureza)” Fontoura (2009. p. 276) que ora articulava-se ora via-se em conflito com as formas de produção/reprodução de relações sociais capitalistas urbanas, pois se conviveram dialogicamente até 1970, depois ou quando instalam-se as fábricas fordistas em Pelotas, a relação passou a ser dialética. Portanto, não foram tão somente as formas técnicas fordistas que deram um ganho de produtividade às responsáveis pela falência das artesanais fábricas de compotas de pêssego de Pelotas, já que, como vimos até aqui, esta outra racionalidade empresarial-familiar que quando ao perder a tutela do Estado (PEREIRA, 1984), viu-se incapaz de se manter competitiva após a abertura da economia brasileira aos produtos estrangeiros. Somados a estes dois elementos, verificou-se na escala do local – primeiro no meio rural – os efeitos negativos desta política externa aquela endógena formação socioeconômica:

Um dos grandes problemas que pairava sobre os produtores e as indústrias do setor persícola de Pelotas era a possibilidade de entrada do produto estrangeiro. De acordo com a publicação da Secretaria da Indústria e Comércio do RS “Perfil do pêssego – 1975”, as importações brasileiras cresceram bastante nos últimos anos, destacando-se os volumes transacionais da ALALC. No período de janeiro a agosto de 1974, as importações elevaram-se a 8.118 ton. de pêssegos em compotas e conservas, representando 99,95% do total nacional importado (...) no final da década de 1960, o desgaste da relação entre o produtor e a indústria se tornou cada vez mais acirrado pela não fixação de um preço mínimo a ser pago pela fruta antes do começo da colheita e entrega na fábrica (BACH, Alcir Nei. 2009. p. 174-182).

E num segundo momento – já no urbano – podendo ser vista através da relação entre espaço e indústria – agora nociva aos trabalhadores da cidade de Pelotas – que, em outras palavras, atrasada com relação às novas tendências impostas pelo modo de produção e relações sociais de produção capitalistas, impôs através da racionalidade do regime de acumulação flexível ou toyotista (PINTO, 2013; HARVEY, 2013) uma reestruturação produtiva em nível mundial, mas que não foi seguida pela maioria daquelas fábricas fordistas deste setor da economia pelotense.

Assim, o novo regime de acumulação flexível impôs mudanças estruturais no espaço produtivo, fazendo com que os novos processos de produção industrial atribuíssem a parques urbano-industrial fordistas (como este às margens da BR-116 na cidade de Pelotas), o atributo de *rugosidade*, Santos (1985; 2006). Após a explicação dos porquês desta dissociação entre espaço e indústria no município sede da primeira Fenapêssego (1968), do país, conforme auferiu Sá Britto (2011. p. 79), pode-se constatar a relação entre a política e a técnica – em suas várias escalas – no óbito tanto destas exógenas especializações, quanto dos empregos a ela associados:

O acirramento da competição com os produtos importados, sobretudo dos países vizinhos com a entrada do Brasil no MERCOSUL em 1990 (...) ausência de inovações tecnológicas no interior do processo de produção, assim como a ausência de investimentos em novos setores da cadeia produtiva, como marketing e logística, limitou o poder de concorrência dos produtos regionais frente aos produtos estrangeiros (...) fez com que a indústria pelotense se tornasse obsoleta frente aos produtos das indústrias mais modernas (...) culminando na falência de muitas indústrias locais.

Através de Santos (1985; 2006), vê-se com clareza no espaço geográfico de Pelotas aquelas – formas – urbano-industriais fordistas obsoletas, verdadeiras *rugosidades*, passarem por recentes processos de revitalização: como o caso da Fenadoce (Feira Nacional do Doce) realizada em um dos antigos parques industriais daquelas fábricas fordistas. Mudando o sistema – estrutura –, mudam também as dinâmicas territoriais – os processos –, e esta técnica

inerente à organização espacial agroindustrial de produção em massa, em série, etc. do setor conserveiro pelotense perdeu sua razão de ser no processo de produção – função –, pois dentro dessa nova lógica capitalista as atividades e usos inerentes àquela antiga agroindústria fordista de Pelotas tornou-se/tornaram-na técnica e economicamente inviáveis frente a esse novo modo de acumulação da economia-mundo (PINTO, 2013; HARVEY, 2013).

Esta mudança estrutural do espaço produtivo em Pelotas pode ser vista claramente através da análise sócio-espacial das categorias de análise do espaço social de Santos (1985. p.52) e; também pelo quadro de síntese teórico-metodológica de análise do espaço social baseado no mesmo Autor e em Corrêa (1987):

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados. a empregar segundo um contexto do mundo de todo o dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade.

Tabela 5 – Síntese Teórico-Metodológica para a análise do espaço-social.

Categorias de análise do espaço-social	Definição	Palavra-chave	Síntese analítica
Estrutura Totalidade Sistema	É a complexa rede de interações entre a sociedade e a natureza, em um dado momento histórico.	Totalidade	Sistema
Processo	Ação contínua ao longo do tempo visando uma mudança da realidade; É uma estrutura em seu movimento em transformação.	Mudança	Dinâmica Territorial
Função	Uso ou atividade atribuído a um objeto ou conjunto de objetos.	Classificação	Organização Espacial
Forma	Aspecto visível de um objeto ou de uma paisagem; Arranjo ordenado de objetos.	Padrão	Descrição da Paisagem

Fonte: adaptado da disciplina (GEO01002) Geografia Urbana/UFRGS – Profª Dra. Tânia Marques Strohaecker. Baseado em Santos (1985); e Corrêa (1987).

Por estas razões e dados empíricos analisados até aqui, concluímos que as políticas agrícolas de governo na escala do local podem ser representativas da política na escala nacional e internacional (e vice-versa), pois a base ideológica destas práticas históricas de governos brasileiros em suas diferentes escalas (municípios, Estados e União) ou nas diferentes regiões geográficas do país tem sido a mesma que veio a consolidar e determinar – desde 1960, com a “revolução” verde – a mesma estrutura fundiária, mas que hoje se convencionou chamar de agronegócio, porque esta técnica hegemônica e exógena tornaram o latifúndio no Brasil “produtivo”¹¹. Uma vez que desde aquela época via-se o efeito danoso sobre os pequenos e médios produtores rurais da região persícola de Pelotas desta política de “Estado”, que impôs formas ou uma única forma de “modernização” para a agricultura:

Outra situação séria que ocorreu no setor produtivo, com base em relatos pessoais, foi quando vários produtores de pêssego de nível familiar abandonaram a exploração do pessegueiro, devido à instalação dos grandes pomares empresariais. A implantação dos pomares empresariais, que ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, teve recursos provenientes de incentivos fiscais por parte do governo federal, em áreas acima de cem hectares (...) os pequenos produtores de pêssego da região não puderam se beneficiar, pois não tinham a quantidade mínima de hectares mínimos para fazer parte desse programa. Já as grandes empresas tinham capital e investiram na compra de terras, usufruindo desses benefícios fiscais (BACH, Alcir Nei. 2009. p. 175).

Por conseguinte, o consequente esvaziamento do campo não foi técnico, mas sim de ordem política, pois teve sua origem numa política. Do banco de dados hospedado no *site* de Pelotas, no *link* Geografia, consideramos importante salientar a evolução das 28 etnias que compõem e caracterizam os 328.275 habitantes do município de Pelotas, desde a era áurea de geração de empregos (1970) até (2010). Vide também o quadro com a tabela demográfica abaixo, pois mostra que o posterior desmembramento a partir da emancipação destes antigos distritos de Pelotas que também tinham, pelo menos, uma daquelas fábricas agroindustriais artesanais de compotas de pêssego e uma população agrária de pequenos produtores que se dedicavam a persicultura foi fruto plantado com as sementes exógenas dessa “revolução”

¹¹ Ver *debate* sobre a *Reforma Agrária*, realizado em 2015, pelo *Canal Futura*, no *programa Sala de Debate*, e com participação de: Antônio Buainain, professor livre docente do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp) que defendeu não haver necessidade de Reforma Agrária no Brasil; o Geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves, professor de Geografia da Universidade Fluminense do Rio de Janeiro (UFF) que defendeu, dentre outras coisas, que concentração fundiária é concentração de poder antagônico a democracia e; Gustavo Souto de Noronha, superintendente regional do Incra-RJ e que defendeu o governo e a necessidade de se continuar fazendo Reforma Agrária no país. Ver também sobre o assunto *A globalização da natureza e a natureza da globalização* (2006) também de Carlos Walter Porto-Gonçalves, que vai discutir entre outras coisas a construção do sistema- mundo moderno-colonial e a da geopolítica do neoliberalismo ambiental.

verde. Da mesma forma que no resto do país, com outras culturas. (FILIPPI, 2005; FONTOURA, 2009; RÜCKERT, 2003).

Tabela 6 – Quadro com a perda de população rural pela emancipação dos antigos distritos do município de Pelotas

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO					
	1970	1980	1990	2000	2010
RURAL	53.042	55.147	53.942	22.077	22.082
URBANA	154.827	204.803	230.009	301.081	306.193
TOTAL	207.869	259.950	283.951	323.158	328.275

* Na década de 1990 a 2000 observa-se a redução da população rural devido à emancipação dos municípios de Turucu e Arroio do Padre, tendência começada na década anterior com a criação de Capão do Leão e Morro Redondo.

Fonte: www.pelotas.rs.gov.br/bancodedados/, 2015.

É fato empírico o fechamento em cascata das indústrias familiares ou sem essa nova racionalidade flexível e aportes volumosos de capital – característica das grandes empresas da era globalizadora – que tem relação direta com o êxodo rural brasileiro. Sua gênese sempre esteve e continua ligada à questão fundiária brasileira (IANNI, 2004; RANGEL, 2004). No entanto, os vários tipos de acumulação capitalista influenciaram sobremaneira em intensificando este processo no espaço geográfico, pois parafraseando Santos (1985), mudando-se a estrutura, muda-se a relação da sociedade brasileira com o meio. Segundo Oliveira (2011. p. 35), “trata-se, em suma, de introduzir um novo modelo de acumulação (...), o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva urbano-industrial”.

Datando este êxodo rural apenas a partir do século XX, se seu início deu-se com a revolução de 30, que buscou criar as condições para garantir a acumulação do capital urbano-industrial através da geração de um exército de reserva (OLIVEIRA, 1977; 2011; PEREIRA, 1984); Num segundo momento, atingindo taxas estratosféricas a partir do início da modernização da agricultura que inicia desde a década de 1950, mas que durante a de 1960 toma corpo e ganha status de “revolução”, o que, em grande parte, se deu devido à continuidade do problema fundiário visto através da opção política dos milicos em financiar apenas as grandes propriedades (BACH, 2009; FONTOURA, 2009); já num terceiro momento, quando a população rural cai novamente (entre 1990 a 2000), que é a época da globalização que decretou a falência de inúmeras indústrias familiares, localizadas tanto

em municípios do centro quanto nos da periferia do território nacional. Registrou mais uma vez outra leva na migração campo cidade. Da relação cidade-campo: a relação escalar passou a ser/ganhar a forma pós-moderna, uma mudança de importância da região dada pelas redes e pelos lugares, apresenta-se a dialética do global-local, das verticalidades *versus* as horizontalidades, dos espaços luminosos versus os opacos (FONTOURA, 2009; MOREIRA, 2012; SANTOS, 2006).

Estes elementos, explicam o êxodo rural das tabelas sobre a evolução da população de Pelotas quanto à situação de domicílio, rural e urbano, entre 1950 a 1991 – diga-se êxodo rural – e sobre a evolução da população rural e urbana, num segundo momento – migrando do campo à cidade – entre os anos de 1970 até os anos 2010. A fragmentação do município de Pelotas pode ser explicada por estes processos de exclusão, por parte do Estado e do mercado, daquelas populações rurais que estavam associadas a uma unidade de produção família-natureza, antagônica à política de Estado dos governos que mantiveram os privilégios de classe e da racionalidade capitalista da globalização. O fenômeno da emancipação municipal, não se deve tão somente à emancipação política da sociedade e de seu território, pois, muito pelo contrário, visa-se exclusivamente apropriar uma fatia da riqueza gerada socialmente por todos os brasileiros. O Decreto-Lei nº 1.881 (1981), determina que a União repasse aos municípios a verba do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de acordo com a quantidade de sua população. Única forma de renda para boa parte dos pequenos e até médios municípios do território periférico do país.

Acrescentaríamos a isto o fato da indissociabilidade entre ideologia, política e técnica! Já que o desemprego dos operários rurais e da inviabilidade econômica para os persicultores menores veio em grande parte do modelo adotado pelo Estado brasileiro à época do Regime Militar, e das suas conseqüentes formas-conteúdo (SANTOS, 2006) pois com conseqüências danosas aos trabalhadores rurais e urbanos a partir dos anos oitenta (OLIVEIRA, 1980; 2011).

Destarte – tecnicamente – este modelo induziu a modernização da agricultura nos mesmos moldes já experimentados com o arroz e com o trigo, todavia, não o implementou em todo território, porque selecionou setores específicos da economia agrícola e, por conseguinte, de um número restrito de sujeitos do mundo rural, tal qual vimos no exemplo da “instalação dos grandes pomares empresariais (...) que ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, teve recursos provenientes de incentivos fiscais por parte do governo federal, em áreas acima

de cem hectares” como nos descreveu Bach (2009. p. 175) e nos aponta Fontoura (2009. p. 276-277) sobre o mesmo assunto:

[...] a novidade vem respaldada pelo amplo aparato creditício, da assistência técnica, de infraestrutura e pela legitimidade do Estado, através da ideologia do desenvolvimento. A modernidade chega ao campo, criando a falsa ideia de situações antagônicas: tradicional (atraso) *versus* tecnológico (moderno). Falsa porque a modernização não se dá em todos os lugares. Há obstáculos naturais e sociais que impedem a produção/reprodução de relações sociais capitalistas (...) pelo lado social, como a modernização parte de uma lógica urbana, nem todo o agricultor tem condições de absorver a lógica capitalista, calcada na reprodução empresa; antagônica a lógica camponesa, alicerçada na reprodução família-unidade de produção-ambiente (natureza). Não representa atraso, portanto, mas lógicas de reprodução diferentes, uma urbana e outra rural (...) não obstante, as regras do jogo deixam de fora a lógica rural (...) cabe ao Estado “um papel regulador da política econômica sobre a taxa de lucro da agricultura, discriminando ao mesmo tempo a ‘planificação do lucro’ para grandes capitais, enquanto os pequenos capitais ficariam regulados pelo mercado”.

Portanto, parafraseando Santos (1996), só não se deu em todos os lugares por uma questão lógica, isto é, porque a técnica só tem existência histórica a partir da política, porque é a política quem decide: 1º) a técnica que escolhe; 2º) a forma como as combinará e; 3º) onde as combinará. E a influência perversa desta política não se dá apenas porque este modo de produção hegemônico garantiu, a partir daí, sua continuidade histórica, inclusive de suas formas, pois “é somente dentro da formação socioeconômica específica que as formas adquirem um papel social efetivo” mas o mesmo Autor adverte que “Mesmo assim, a especificidade de seu papel, moldada na especificidade da formação socioeconômica envolvida, não implica que elas percam o papel que elas já tem dentro do modo de produção dominante” (SANTOS, 2005. p. 201).

Estas novas formas trouxeram consigo, a finalidade de encerrar as atividades produtivas não só das fábricas artesanais da colônia e de seus operários rurais, mas, também, chegando logo em seguida nos pequenos persicultores. A consequência foi a compulsória falência daquelas sociabilidades geradas por esta atividade econômica de origem endógena e a emergência de uma sociabilidade exógena que – mitigava a alienação pelo residual Estado de bem-estar social brasileiro e pela nova consciência fordista consumidora – que, no caso brasileiro-pelotense, veio sem aquele mesmo salário que dava o poder de compra dos operários norte-americanos. O caráter deste tipo de trabalho com os artifícios de exploração a ele inerente pode ser traduzido pelo tipo de instrumento utilizado pelo patronato para aumentar o salário destes trabalhadores – maioria do sexo feminino – em uma passagem do boletim do sindicato da categoria:

“Quem ganha adicional, está na verdade recebendo uma migalha a mais para acabar com a sua saúde mais cedo, ou seja, morrer mais cedo... O Brasil é um dos últimos países onde ainda existe este adicional. Em todos os países os problemas como iluminação deficiente, ruídos em excesso, calor, produtos químicos, já foram sanados. Aqui as condições são desumanas: nas fábricas de conservas com umidade, os ruídos, nos engenhos a poeira com resíduos de venenos. As mulheres nas fábricas de conservas ficam o dia inteiro em pé, são obrigadas pela ganância patronal a fazer hora-extra e, no final do dia, tem problemas de circulação sanguínea, outras até de coração. Outros (trabalhadores dos engenhos) ainda transportam na cabeça pesos superiores a 60 Kg. Porém nada disto impressiona as empresas, porque a mão-de-obra é abundante. Quando uma safrista, um estivador de engenho ou um padeiro, ou qualquer outro trabalhador estiver mal de saúde, os empresários agem de forma simples: demitem este e colocam outro. Ou seja, atiram o primeiro para a previdência e contratam outro em plena forma até adoecer; e a roda viva segue sem problemas para o seu lucro sanguinário. Da previdência este trabalhador irá receber um benefício para o qual toda a sociedade contribui. Ou seja, quando o trabalhador é produtivo e tem saúde, dá “lucro para um só”. Porém, quando está doente, toda a sociedade é chamada a contribuir “com o prejuízo”. No capitalismo atrasado e selvagem que há no Brasil isto é o QUE SE CHAMA DE: PRIVATIZAÇÃO DO LUCRO E SOCIALIZAÇÃO DOS PREJUÍZOS. Por isso os trabalhadores precisam acabar com o capitalismo e na luta constituir uma nova sociedade: o Socialismo”. (Nossa Luta, 1989, no.21 p. 1. Apud Vargas, F. E. B. 1994. p. 103)

Apesar de ter trazido à Pelotas muitos empregos no curto prazo, no médio e longo prazos este tipo de especialização mostrou-se alienígena-alienada, porque veio com a lógica do hemisfério norte para as particulares formações socioeconômicas do sul. Desterritorializando seus empregos, sociabilidades e possibilidades de um trabalho emancipador, cidadãos dados por um território produtivo também emancipador, porque autônomo em relação à dependência do capital externo e sua obsolescência tecnológica associada (SANTOS, 2012; BUARQUE, 2008; BRANDÃO, 2007). Em grande parte, no caso de Pelotas, devido à dupla exploração e alienação do capital sobre o trabalho, pois além da expropriação-dominância por classe, também, por gênero:

Contraditoriamente, ao avaliarem as razões pelas quais as empresas contratam preferencialmente mulheres, alguns dirigentes sindicais não vacilam em afirmar que isto se deve à maior submissão das mulheres, à maior facilidade com que são controladas pelas chefias. Portanto, além das habilidades específicas, da paciência, do trabalho manual minucioso, este componente político-ideológico teria um papel fundamental na manutenção da disciplina, o que seria dificultado por uma mão-de-obra masculina, normalmente mais insubmissa, isto é, que reage mais espontaneamente às formas de controle. (VARGAS, F. E. B. 1994. p. 106).

Assim, tanto esta modernização conservadora da agricultura, quanto a política deste grande capital do sudeste do país – exógeno a formação socioeconômica de Pelotas – trouxeram junto de suas “modernas” formas-conteúdo (urbano-agroindustriais forditas) uma “nova” política. Especialização alienígena-alienada que trouxe consigo uma nova dependência com relação ao modo de produção dominante, passividade em relação aos países do centro e às suas

empresas, às suas instituições financeiras, etc. sobretudo após a década de 1980. Mas que datam do governo dos milicos, pois “a ditadura militar, para elevar o coeficiente de investimento, financiou-se externamente, gerando a enorme dívida que se transformou em fator de coerção do crescimento e da subordinação financeira internacional” (OLIVEIRA, 2011. p. 141-142).

O espaço e a dinâmica política são indissociáveis (SOUZA, 2006), pois a dimensão espacial da sociedade não é um epifenômeno, não pode ser considerado como simplesmente externo às relações sociais, pois não é um mero palco destas relações. Uma vez que o espaço condiciona as próprias relações sociais, é condicionado por elas e as condiciona, numa relação dialética (MOREIRA, 2012; SANTOS, 2006).

A cidade ao longo do tempo, mas sobretudo após os anos 1980, ou após a hegemonia da globalização, deixa de ser apenas o *locus* do poder do Estado, como aponta Becker (1991). Pois as cidades, hoje, se diferenciam e se hierarquizam segundo a acessibilidade às redes e a capacidade das iniciativas locais. Diferentes da cidade-estado (na antiguidade), que revelava a simbiose do poder estatal com pontos delimitados do espaço ou com a cidade como centro no Estado Moderno. (BECKER, 1991).

Fontoura (2011), nos esclarece que a dialética entre campo e cidade está no fato histórico de que as comunidades urbanas surgiram a partir do comércio e da troca, e que nunca foram autossuficientes, sempre tiveram a necessidade da interação com outras comunidades. Saber enxergar a relação entre cidade e campo é saber a diferença entre município e cidade, pois a terra tem papel diferente na produção da riqueza em um e em outro. Pois no campo a terra é o meio de produção fundamental da produção agrícola e; que na cidade, a sua localização é fundamental no campo das oportunidades diferenciais. A divisão territorial do trabalho internacional e no território brasileiro se articula segundo esta lógica (SANTOS, 2012).

Por esta razão, o conceito de gestão, hoje, supera o escopo da mera administração, porque o Estado cada vez mais segue a lógica privada e, ao fazer isto, acaba por ser afetado por movimentos culturais e sociais, mudando conseqüentemente todas as relações. Findas assim o planejamento e gestão centralizadas do Estado centralizador, o cenário muda para o território e o poder a nível local (BECKER, 1991). A face vivida do poder – territorialidade(s) humana – ganha fôlego neste contexto e transforma sua relação com o espaço em arena política.

A gestão do território, agora, envolve níveis complementares de atuação, ou seja, ao nível nacional e ao regional-local. Para este último nível, ainda segundo Becker (1991), trata-se de espaços convivenciais e, é prioritária para a gestão, a participação da população e do saber local na formulação e na execução das estratégias, táticas e técnicas a serem utilizadas.

Na Geografia política que trata do problema da globalização quanto as suas dimensões que imprimem no território este novo sistema internacional (CASTRO, 2013), para mostrar um exemplo de que a visão não pode ser restrita, trazemos também ao debate os argumentos de Rückuert (2013), com os quais concordamos, porque defendem que para tratar dos novos desafios na abordagem territorial, deve-se partir do pressuposto de que:

[...] conceitos centrais como território e seus usos, multidimensionalidade do poder e políticas territoriais, novos usos políticos do território, gestão territorial, “fronteiras e transfronteirizações” e “políticas territoriais” podem estar relacionados tanto a sentidos amplos que envolvam noções centrais como estrutura territorial e ordenamento territorial – e a sentidos mais restritos como políticas de desenvolvimento regional/local em cenários multiescalares. (RCÚKUERT, 2013, p. 2).

Associado a isto, concluímos até aqui pelo fato de que tiramos o aprendizado paralelo sobre a degradação do emprego, seja pela sua alienação à época do trabalho fordista em Pelotas (à época a partir de uma racionalidade empresarial familiar e sobre a tutela do Estado civil-militar), seja pelo seu posterior sucateamento dado pela informalidade, terceirização, etc. pela falta destas fábricas, empregos, tutela do Estado, porque regulados a partir de um terceiro acordo comercial – o da Globalização – ou unicamente pela economia de mercado. Período que Santos (2012; 2006) vai caracterizar como uma verdadeira guerra global entre lugares – a “Guerra fiscal” – ficando a União, Estados e municípios à merce da lógica territorial das empresas, sobretudo das grandes corporações (não só das internacionais como, também, das nacionais).

4 DA ECONOMIA ESPACIAL SOLIDÁRIA À SUSTENTABILIDADE DO TRABALHO CIDADÃO

Introdução

Neste quarto capítulo concluiremos nossa caracterização sobre o caráter social do trabalho em Pelotas. Breve ensaio que busca continuar procurando, em Pelotas, um tipo de trabalho que possibilite ao trabalhador construir sua autonomia econômica e política, ao mesmo tempo. Desde o artesanal, urbano-industrial fordista até a comparação entre as lógicas dos empregos toytista ou flexível com os da economia solidária, para que possamos achar aqueles elementos formadores de autonomia. Buscaremos apontar tanto as tendências opostas quanto os cenários cooperativos – desta economia espacial pelotense – no intuito de achar uma solução à histórica crise da qualidade do emprego que, com a globalização, acentuou-se na forma de precarização das relações de trabalho. Por fim, apontar para a relação entre o território e um imane trabalho sustentável e cidadão.

4.1 DA ECONOMIA CAPITALISTA À HIERARQUIA DO TRABALHO ALIENADO

A situação do trabalho em Pelotas, na última década, assim como no Brasil de uma forma geral, nos mostra, por um lado, a diminuição da pobreza extrema ou a saída significativa de uma parte da população que vivia na miséria, mas, por outro, um processo de perda de renda inclusive para o lado das camadas mais altas da sociedade, no sentido que a concentração da renda tem sido maior para um número cada vez menor entre aqueles que fazem parte das camadas mais altas (VARGAS, 2014).

A comparação é de uma forma geral, porque assim como se considera que nem todo o mundo é Globalizado, no Brasil, também existem apenas áreas Globalizadas e que a Geografia conceitua como: espaços fluidos, luminosos, verticalidades. Porque a localização da geração da riqueza nem sempre relaciona-se com o local onde ela é apropriada. O mesmo se dá com relação à posição do cidadão dentro desse sistema de classe, haja vista que esta hierarquia também concentra divisões dessa riqueza gerada socialmente de forma desigual, ficando a maior parte apropriada pelas classes mais altas, sendo o Brasil um dos exemplos mais triviais no âmbito da concentração de renda (FURTADO, 2002; 2002; OLIVEIRA, 2011; SANTOS, 2013).

Os dados de evolução da população ocupada em Pelotas, por faixas de rendimento, entre os anos de 2000 até 2010, comprovam essa tendência dialética entre o bom momento de geração de emprego no Brasil *versus* as conjunturas de crise no resto do mundo, para o mesmo período. Após a entrada do Partido dos Trabalhadores (PT), no governo federal, na medida em que “nunca na história desse país”, parafraseando Lula, houve uma distribuição de renda desta riqueza socialmente produzida. Os milhões de brasileiros que saíram da miséria nos últimos anos foi muito em função da repartição dessa renda nacional com as camadas mais baixas da população, através do programas sociais do governo federal e de políticas públicas de proteção do emprego e de promoção do aumento real do salário mínimo (DULCI, 2013).

No entanto, vimos até aqui com Kerstenetzky (2012), que desde a *revolução de 30*, com Getúlio Vargas, passando pelo residual Estado de bem-estar social implantado pelo governo civil- militar (primeiro e segundo momentos), houve uma distribuição significativa da renda às camadas mais baixas da população. Ainda que pese as diferenças e críticas sobre ambos momentos, não dá para negar que distribuiu-se renda. Primeiro de forma corporativa – direitos associados a condição de trabalhador e garantidos em Lei¹² –, depois, através da extensão, por parte da mão de ferro do governo civil-militar através da implantação deste residual Estado de bem-estar social.

Se, no primeiro momento, todo o trabalhador registrado tinha o direito garantido, no segundo, não se verificou a distribuição desta riqueza socialmente produzida, destes direitos sociais, uma vez que o Estado sob a égide dos milicos não o expandiu na mesma proporção das demandas da crescente população, nem com relação à extensão destes serviços até a periferia deste continente chamado Brasil. O caráter da situação atual da ocupação da população por faixas de rendimento em Pelotas (2000-2010), demonstra essa nova fase (passageira?!), de distribuição de renda para as camadas mais baixas. Ao mesmo tempo em que denuncia essa tendência global de concentração das rendas maiores nas mãos de menos pessoas:

¹² A CLT surgiu pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, unificando toda legislação trabalhista existente no Brasil.

Tabela 7 – População Ocupada por faixas de rendimentos, Pelotas. 2000-2010

Faixas de rendimento	Pelotas	
	2000	2010
Sem rendimento	5,6	3,7
Até 1 salário mínimo	20,5	30,4
Mais de 1 a 2 salários mínimos	28,6	37,4
Mais de 2 a 3 salários mínimos	12,5	11,2
Mais de 3 a 5 salários mínimos	13,2	8,4
Mais de 5 a 10 salários mínimos	12,1	6,2
Mais de 10 a 20 salários mínimos	5,0	2,1
Mais de 20 salários mínimos	2,5	0,7
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010, adaptado de Vargas (2014).

A tabela acima mostra uma evolução positiva para os sem rendimentos, até um salário-mínimo e de um até dois salários. Em contrapartida, mostra ao mesmo tempo, uma diminuição do número de trabalhadores que ganham acima de três salários mínimos. Diminuindo significativamente o número de pessoas na medida que ele aumenta. Um problema estrutural deste sistema global, mas que aparece também na escala do local, mesmo em um município periférico como o de Pelotas. O problema se repete e fica mais claro quando relacionamos com o sexo:

Tabela 8 – População Ocupada por faixas de rendimentos e sexo, Pelotas. 2000-2010

Faixas de rendimento	Pelotas			
	Homens		Mulheres	
	2000	2010	2000	2010
Sem rendimento	3,5	2,8	8,6	4,7
Até 1 salário mínimo	14,9	24,4	28,2	37,8
Mais de 1 a 2 salários mínimos	28,3	39,1	29,1	35,3
Mais de 2 a 3 salários mínimos	14,3	13,0	10,0	9,0
Mais de 3 a 5 salários mínimos	15,6	9,7	10,0	6,9
Mais de 5 a 10 salários mínimos	13,9	7,4	9,5	4,6
Mais de 10 a 20 salários mínimos	6,2	2,8	3,2	1,3
Mais de 20 salários mínimos	3,2	0,9	1,4	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010, adaptado de Vargas (2014).

A diferenciação se dá pela diferença salarial entre homens e mulheres: outro dado que hierarquiza a autonomia das trabalhadoras dentro das relações sociais de produção capitalista porque este sistema patriarcal visa manter-las alienadas com relação aos homens. A igualdade de rendimentos proporcionais entre homens e mulheres é ainda, em pleno século XXI, gritantemente desigual. E mesmo que a diferença tenha caído, o rendimento mesmo nas classes altas é maior entre os homens do que entre as mulheres. Um problema estrutural do sistema.

Tabela 9 – Rendimento médio nominal (em R\$) da População Ocupada, por sexo, Pelotas. 2000-2010.

Variáveis de rendimento	2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Pelotas						
Rendimento médio	650,05	761,82	487,69	1.393,85	1.651,64	1.095,86
% rend. mulheres/homens	-	64,0%		-	66,3%	

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010, adaptado de Vargas (2014).

Quando se analisa a evolução do rendimento médio nominal de homens e mulheres no período, conforme a Tabela 10, observa-se ainda mais nitidamente a dimensão das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Em Pelotas, o rendimento médio feminino equivalia a 64% do rendimento médio masculino em 2000. Em 2010, essa relação aumenta para 66,3%. Trata-se, ainda, de uma elevada desigualdade entre homens e mulheres em termos de rendimento, ainda que se observe uma tendência de redução da mesma. (VARGAS, F. E. B. 2014. p. 22).

Ainda segundo Vargas (2014. p. 27):

Quando se analisa as transformações das características da ocupação ao longo do período, identifica-se outros aspectos paradoxais. Constata-se, por exemplo, um importante crescimento do emprego protegido e uma correspondente redução do emprego e das ocupações desprotegidas, informais. Trata-se, também aqui, de um importante fator de desprecarização do trabalho ao longo do período.

A partir desta caracterização do emprego no início deste século XXI, e através desta análise qualitativa a respeito do caráter social do trabalho dentro desta cultural divisão social e sexual do trabalho em Pelotas, apontamos para a paradoxal vulnerabilidade e precarização do trabalho. Se desde aquele trabalho artesanal rural, até aquele urbano-industrial fordista-taylorista o trabalhador em geral de Pelotas, mas especificamente as mulheres, viram-se exploradas pela condição de gênero ou pelo papel a ela atribuído por este sistema patriarcal (VARGAS, 1994; 2014), mesmo que pese todo o avanço com os ganhos conquistados pelo sexo feminino ao longo das últimas décadas no país.

Exemplo disto é visto através do trabalho de Monte-mor (2011), que explica em *A relação urbano-rural no país contemporâneo* que o campo deixou de ser sinônimo de atraso e a cidade de moderno, pois o desenvolvimento chegou ao campo e o atraso também se tornou presente na cidade. Afirma ainda que a dicotomia cidade-campo não existe mais, pois o modo de vida urbano começou a irradiar da cidade para o campo e, por isto, todos os espaços tornaram-se urbanos ainda que haja algumas “ilhas de ruralidade” isoladas.

Portanto, as questões de exploração do Capital sobre o trabalho, a partir da condição de gênero, em Pelotas, não são necessariamente específicas da cidade do doce, mas tomam uma particularidade dada sua condição histórica: desde rural-artesanal até o urbano-industrial fordista-taylorista. Estas questões são estruturais ao sistema capitalista. E só o são assim, em todos os lugares, em Pelotas, porque alienam o trabalhador e a trabalhadora uma vez mais devido ao papel a que lhes é atribuído por este sistema patriarcal.

Um trabalhador alienado não é capaz de entender claramente as leis do capital que cativam-no. Alienação que é imposta sobretudo pelo território, por suas formas técnicas – suas *formas- conteúdo* – que trazem uma intencionalidade política que é quem preenche de conteúdo as formas físicas da produção de valor, riqueza. As relações sociais de produção são orientadas pelo novo regime flexível de acumulação da economia-mundo sem, necessariamente, as forças produtivas, de Pelotas, o serem. Mesmo esta importante conjuntura de “pleno emprego”, da era petista (DULCI, 2013), estruturalmente, ainda verifica-se a desigual distribuição de renda no Brasil (FURTADO, 2012; 2012; OLIVEIRA, 1977; 2011; POCHMANN, 2012; [b]; SANTOS, 2006; 2013), assim como esta divisão sexual do trabalho produzida/reproduzida pelos agentes econômicos em nível global-local, porque promovidas culturalmente como se fossem naturais e que, em Pelotas:

[...] é possível estimar que essa maior vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho, essa maior proximidade com o desemprego, esteja associada tanto à sua condição mais precária no trabalho, maior instabilidade no emprego, como à sua maior proximidade com as responsabilidades domésticas, implicando níveis mais elevados de trânsito entre atividade e inatividade econômica. A divisão sexual do trabalho está na base desse processo, não só pela presença mais elevada das mulheres na inatividade econômica, mas, também, pela divisão sexual do trabalho remunerado. Viu-se que, nele, as mulheres se inserem nas ocupações mais tipicamente femininas. Essas ocupações são, em geral, menos valorizadas e menos remuneradas, além de serem mais instáveis (VARGAS, F. E. B. 2014. p. 27).

Olhando por outro lado, questiona-se porque mesmo tendo mudado o sistema de acumulação da economia-mundo – do fordismo-taylorismo ao toytista ou flexível – continuam

existindo estes tipos de hierarquia dentro da divisão social e territorial do trabalho local e internacional, que condicionam a autonomia do trabalhador, ou seja, perpetuam sua alienação? Porque mesmo com a proteção da legislação trabalhista em particular e, da seguridade do residual Estado de bem-estar social – e mesmo após o sujeito já nascer com direitos, após seu terceiro momento com a *Constituição de 88* – o trabalhador continua nesta condição perpétua de alienado? Seria devido a esta estrutural injustiça social dada pela também estrutural concentração de renda brasileira? Qual o caminho para nosso desenvolvimento territorial e um trabalho sustentável e emancipador aos cidadãos do século XXI, de Pelotas?

Antes de passar ao próximo subcapítulo em que discutiremos a viabilidade da economia solidária como resposta a nossa pergunta-problema, faremos um último esforço epistemológico que visa à caracterização da matriz conceitual que compõe o capitalismo. Nosso objetivo aqui é concluir este debate e, para tanto, vimos a necessidade de interpretação da realidade e responder as perguntas do parágrafo anterior através de uma breve caracterização do capitalismo. Porque, sem isto, não tem como testar o grau de autonomia dada pelo “pós-moderno” modo de produção capitalista que, geograficamente fragmentou a divisão do trabalho internacional desde a implementação deste sistema flexível de produção e acumulação do capital. Territorializaremos suas *formas-conteúdo* para concluir nossa análise a respeito de sua relação estrutural com a alienação, já que o mercado de trabalho do século XXI exige dos trabalhadores não mais uma especialização, mas uma multifuncionalidade. Mas isto em essência ou na prática significa autonomia aos trabalhadores?

Então, quando ficamos na dúvida, voltamos aos mestres. Que, no nosso caso, traduzem-se em um dos primeiros livros em que melhor entendemos o tema. Foi com Guareschi (1984), no *Cap. VI*, que faz a caracterização do Capitalismo da seguinte forma:

- a) primeiramente, apontando que todos os grupos e sociedades humanas se organizaram para *sobreviver*, ou seja, essa maneira de conseguir as coisas para viver ele vai chamar de *modo de produção*;
- b) junto disto, vai afirmar que as *forças produtivas* são sempre as mesmas para qualquer sistema. Pois explica que:
 - no sistema nômade, dos índios, as *forças produtivas* são a coleta dos frutos da terra ou uma incipiente agricultura: com terra e trabalho;

- já no segundo exemplo – o cooperativismo – a *força produtiva* é o trabalho dos cooperados, ou na terra ou nas fábricas, assim como no Capitalismo;
- c) disto surge a seguinte questão: o que distingue então um sistema do outro?;
- d) ao mesmo tempo em que instiga o leitor a adentrar no texto, incitando-o a querer saber a resposta, também, acaba por respondê-la da seguinte forma:
 - o que faz a distinção são as *Relações de Produção*, isto é, *como o capital e o trabalho se relacionam*.

Neste sentido, no sistema Capitalista, as *relações de produção*, segundo Pedrinho Guareschi (1984), é que a relação entre as pessoas não é igual, porque uns são os donos do capital (terras e fábricas) e os outros do trabalho (ou só possuem sua força de trabalho para vender ao capitalista, que é quem possui os capitais terra e fábrica: que são os meios de produção). Também salienta que a palavra “dono”, em latim, é “dominus” (por isto, segundo o autor, costuma-se dizer que a relação entre as pessoas é de dominação), mas se olhássemos a partir da visão do trabalhador, ou da pessoa que não tem o capital (terras e fábricas: os meios de produção), seria de subordinação.

Já nas *relações de produção* no sistema cooperativista, o autor vai resumir da seguinte forma: a relação entre as pessoas ou entre os que trabalham é de cooperação; enquanto a relação entre as pessoas ou entre os que trabalham e o capital (terras e fábricas), é de apropriação, ou seja, os trabalhadores são donos das terras e das fábricas e o lucro é repartido entre eles.

Já para explicar a relação entre trabalho e capital, sugere que antes de mais nada temos que pensar sobre a seguinte questão: *o que dá valor a todas as coisas?* E responde com a mesma simplicidade ao afirmar que a única coisa que dá “valor” a algo é o trabalho humano empregado em se fazer isto, e é por esta razão, portanto, que valor é diferente de preço. Também vai dizer que valor é diferente de utilidade. O autor conclui sua explicação mostrando que costuma-se chamar a relação entre capital (terras, fábricas e o dono ou capitalista e quem fica com todo o lucro) e trabalho (as pessoas que não tem os meios materiais de produção ou os trabalhadores) de *expropriação* ou *exploração* (GUARESCHI, 1984). As figuras abaixo apresentam tanto as *relações sociais de produção* entre o sistema capitalista *versus* o cooperativista, quanto a distinção entre a propriedade do bens de produção e consumo entre capitalismo *versus* socialismo e comunismo:

Tabela 10 – Tabela comparativa das relações entre as pessoas e entre trabalho capital nos sistemas cooperativista e capitalista

		
	Sistema Cooperativista	Sistema Capitalista
Relações entre as pessoas	Cooperação	Dominação
Relações entre o Trabalho e o Capital	Apropriação	Exploração

Fonte: adaptado de Guareschi (1984).

Tabela 11 – Tabela de Distinção entre Capitalismo, Socialismo e Comunismo

Distinção entre *Capitalismo*, *Socialismo* e *Comunismo* no que se refere aos *meios de produção & bens de consumo*

	Capitalismo	Socialismo	Comunismo
MEIOS DE PRODUÇÃO	Nas mãos de alguns (sempre os mesmos). A maioria só trabalha.	Alguns nas mãos de particulares; alguns (os serviços essenciais) nas mãos do Estado.	Nas mãos de todos (na prática, por enquanto, nas mãos do Estado ou do partido).
BENS DE CONSUMO	Na maioria das vezes são de particulares, mesmo os coletivos.	Os coletivos, em geral, são do Estado.	Os coletivos são de todos (do Estado); os privados são de cada um

Fonte: adaptado de Guareschi (1984).

Portanto, os principais conceitos e temas que estudamos até aqui, já nos possibilitam saber a diferença básica sobre estes sistemas que se propõem à produção dos meios necessários à reprodução da vida social. Em relação ao *capitalismo*, seja na sua acepção mais restrita (enquanto uma forma particular, historicamente específica, de agir econômico, ou um modo de produção em sentido estrito), quanto na sua acepção mais completa – uma “relação social” geral – pois atinge a sociedade no seu todo como formação social, historicamente qualificada, de forma determinante, pelo seu modo de produção (BOBBIO, 1998; MARX, 2013; PETRY, 2009). Mas falta-nos relacioná-lo com sua forma pós-moderna. Quais são as formas desta forma dentro da globalização? Que forma tem o capitalismo dentro da globalização? E o que isto tem que ver com a relação entre capital *versus* trabalho? Em Pelotas?

Santos (2006), vai afirmar a existência de, pelo menos, três mundos num só, ou seja, o mundo tal como nos fazem crer – a globalização como fábula –; o mundo tal como ele realmente é – a globalização como perversidade – e; o mundo como pode ser – por um outra globalização – ou uma globalização para as pessoas e não para as grandes empresas. Caracteriza a globalização também como o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista e afirma que, para entendê-la, devemos levar em conta a relação entre os seus dois elementos fundamentais, isto é, a técnica e a política. Com estes dois elementos, explica que a Globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas, mas, também, o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global (SANTOS, 2013). E apresenta os fatores de sua arquitetura:

[...] Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada. (SANTOS, Milton. 2013. p. 24).

Milton Santos (2013), conclui este raciocínio afirmando que o debate central deve ser sobre um outro uso político deste sistema de técnicas avançadas. Pelo simples fato de que a hipertrofia do quarto fator – o motor único – que é representado pela mais-valia globalizada, faz com que a crise seja permanente (ou crises sucessivas), caracterizada também como estrutural, mas como fruto da política e não um mero problema técnico. Vejamos então agora a relação entre a forma técnica moderna *versus* a forma técnica pós-moderna da lógica do regime de acumulação:

Tabela 12 – Modernidade Fordista versus pós-modernidade Flexível, ou a interpretação de tendências opostas na sociedade capitalista como um todo

Modernidade Fordista	Pós-modernidade Flexível
Economia de escala/hierarquia/homogeneidade/divisão detalhada do trabalho	Economia de escopo/“anarquia”/diversidade/divisão social do trabalho
Alienação/capital monopolista	Descentração/empreendedorismo
Projeto/capital produtivo	Acaso/capital fictício
Poder do Estado/sindicatos/Estado do bem-estar social	Poder financeiro/individualismo/neoconservadorismo
Ética/materialidade	Estética/imaterialidade
Produção/operário/política de grupo de interesse	Produção/administrador/política carismática
Centralização/negociação coletiva	Descentralização/contratos locais
Administração operacional/tarefa única	Administração estratégica/tarefas múltiplas
Produção em massa/política de classe/racionalidade técnico-científica	Produção em pequenos lotes/movimentos sociais/alteridade pluralista
Trabalho especializado/consumo coletivo	Trabalhador flexível/capital simbólico
Indústria/ética protestante do trabalho/reprodução mecânica	Serviços/contrato temporário/reprodução eletrônica
Regulação/renovação urbana/espço relativo	Desregulação/revitalização urbana/lugar
Intervencionismo estatal/industrialização/internacionalismo/permanência/tempo	<i>Laissez faire</i> /desindustrialização/geopolítica/efemeridade/espço

Fonte: adaptada a partir de David Harvey (2013), da tabela 4.1.

Segundo Pinto (2013. p. 64), vai afirmar que sistema ohno ou toytista conseguiu o mesmo objetivo do fordismo, ou seja, que era o de “atacar os saberes dos trabalhadores mais qualificados e, assim, diminuir seus poderes sobre a produção, com um aumento do controle gerencial da intensidade do trabalho, como um todo” porque ao mesmo tempo em que desenvolvia a “desespecialização” dos trabalhadores, passou a exigir-lhes uma polivalência, o que acarretou na desautorização “do poder de negociação detido pelos mais qualificados, obtendo por essa via o aumento do controle e a intensificação do trabalho”. A polivalência esconde a alienação atrás dessa descentração, dessa “anarquia” da divisão social do trabalho pós-moderna flexível (HARVEY, 2012).

Oliveira (2011. p. 136-137), aponta que “a tendência moderna do capital é de suprimir o adiantamento de capital” (forma-salário), porque neste regime de acumulação da economia capitalista “os postos de trabalho não podem ser fixos, que os trabalhadores não podem ter contratos de trabalho, que as regras do Welfare tornaram-se obstáculos a realização do valor e do lucro” e que devido a esse imperativo da enorme produtividade do trabalho pressiona para

que se suprima a jornada de trabalho e com ela os direitos dos trabalhadores, porque os direitos do Welfare, ou os do anti valor, estão associados a ela. O objetivo ao mesmo tempo tendência que se projeta é “utilizar o trabalho abstrato dos trabalhadores 'informais' como fonte de mais-valor. Este é o lado contemporâneo não-dualista da acumulação do capital na periferia, mas que começa a se projetar também no núcleo desenvolvido”. O autor conclui dizendo que “as crises de superacumulação podem ocorrer tão-somente como problemas da concorrência oligopolística, como ocorre hoje” e que Celso Furtado em um de seus últimos livros corrigiu para melhor sua advertência com relação ao problema da distribuição de renda no Brasil como o motor determinante.

Furtado (2002. p. 15-20-21), por sua vez, vai afirmar que no Brasil não houve desenvolvimento, pois, o que houve, foi uma modernização porque o “desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população e seu conjunto é beneficiada”. Como vimos em Pelotas, com Vargas (2014), com relação a concentração de renda no topo da pirâmide ao mesmo tempo em que se via uma mesma diminuição e, tendência no aumento da diferença salarial entre homens e mulheres. Assim, Furtado explica sobre a relação entre nossa pobreza estrutural e a concentração de renda muito em função do fato de que “Hoje, o paradoxo é que os ricos brasileiros têm propensão a consumir”, porque neste caso “a renda não se concentra para aumentar a taxa de poupança, e sim para aumentar o consumo dos mais ricos”.

Disto deriva essa conta econômica simples “Nosso maior problema – o da pobreza – se adotamos uma política adequada” (FURTADO, 2002. p. 15. [b]), pelo simples fato de que os “20% dos de mais alta renda no Brasil, absorvem cerca de 70% desta, enquanto que os outros 30%, ficam na mão dos 80% restante. Portanto se, a renda se concentra com as classes médias altas e os ricos que tendem a gastar em vez de poupar, é lógico que não teremos, por conseguinte, a poupança necessária para investir na geração do PIB, nem tampouco para redistribuí-lo de forma mais equânime. Ora, se existe a concentração nas mãos daqueles que não guardam, não fazem poupança, mas que consomem e apropriam 70% da renda nacional, então, achamos aí uma das principais causas dos nossos problemas com relação a esta crise do emprego em Pelotas.

Mas ela não é própria do Brasil, nem de Pelotas, ainda que aqui possa parecer que é pior do que no resto do mundo. Somos sim este desvio-padrão da média global. Mas parafraseando Oliveira (2011), desta desigual distribuição de renda deriva esta dependência do capital externo, que gera esta dívida externa enorme e que, por sua vez, gera uma dívida interna maior ainda, inviabilizando assim, a capacidade de o Estado investir na economia. Disto resulta que,

para a roda da economia nacional girar o Estado tem que se endividar, ou seja, para gerar PIB, é necessário gerar dívida. PIB que como vimos com Furtado (2002; [b]), fica concentrado nas mãos dos 20% mais ricos, enquanto esta dívida é paga pelo conjunto, sobretudo pelos 80% mais pobres. A crise em Pelotas explicada na escala do local, nacional e internacional.

Internacional, porque segundo Piketty (2014; 2015), é necessário a taxação progressiva e a tributação das grandes fortunas globais como único caminho para deter esta tendência à criação de uma forma “patrimonial” de capitalismo (que impõe uma desigualdade “apavorante” de riqueza e renda). E justifica explicando como a desigualdade social promovida pela diferença entre riqueza e renda evoluíram nos últimos dois séculos. Neste sentido, refuta essa “verdade” de que o capitalismo de livre mercado distribui riqueza e renda e, por isto, é o único caminho a ser seguido para a defesa das liberdades individuais. É enfático em afirmar que sem uma grande intervenção redistributiva por parte do Estado, este o capitalismo de livre mercado produz oligarquias antidemocráticas.

Segundo Harvey (2014. p. s/nº), ao articular um debate entre o *Capital no século XXI*, de Thomas Piketty e *O Capital*, de Karl Marx, a diferença entre os dois vai se dar porque:

Mas, por que razão ocorre essa tendência ao crescimento da desigualdade? A partir de seus dados (temperados com ótimas alusões literárias a Jane Austen e Balzac), ele deriva uma lei matemática para explicar o que acontece: o contínuo aumento da acumulação de riqueza por parte do famoso 1% (termo popularizado graças, claro, ao movimento Occupy) é devido ao simples fato de que a taxa de retorno sobre o capital (r) sempre excede a taxa de crescimento da renda (g). Isso, diz Piketty, é e sempre foi “a contradição central” do capital. Então, que forças produzem e sustentam tal contradição? Piketty não diz. A lei é a lei e isso é tudo. Marx obviamente teria atribuído a existência de tal lei ao desequilíbrio de poder entre capital e trabalho. E essa explicação ainda está valendo. A queda constante da participação do trabalho na renda nacional, desde os anos 1970, é decorrente do declínio do poder político e econômico, à medida que o capital mobilizava tecnologia, desemprego, deslocalização de empresas e políticas antitrabalho (como as de Margaret Thatcher e Ronald Reagan) para destruir qualquer oposição. Como Alan Budd, um conselheiro econômico de Margaret Thatcher, confessou num momento em que baixou a guarda: as políticas anti-inflação dos anos 1980 mostraram-se “uma maneira muito boa de aumentar o desemprego, e aumentar o desemprego era um modo extremamente desejável de reduzir a força das classes trabalhadoras... o que foi construído, em termos marxistas, como uma crise do capitalismo que recriava um exército de mão de obra de reserva, possibilitou que os capitalistas lucrassem mais do que nunca.” A disparidade entre a remuneração média dos trabalhadores e dos executivos-chefes era cerca de trinta para um em 1970. Hoje está bem acima de trezentos para um e, no caso do MacDonalds, cerca de 1200 para um.

Conclui-se a partir disto tudo que, a desigual distribuição de renda (FURTADO, 2012; [B]; OLIVEIRA, 1977; 2011; PIKETTY, 2014; 2015), somada ao desequilíbrio de forças entre o capital e o trabalho (GUARESCHI, 1984; HARVEY, 2013; [b]; MARX, 2013), é condição

fundadora das mazelas sociais ao redor do mundo, da pobreza estrutural “do” Brasil e “de” Pelotas. Disto deriva esta alienação do trabalho pelo capital seja ele artesanal-ruar, urbano-industrial fordista-taylorista, pós-moderno e flexível ou esta Globalização perversa ou o mundo como ele realmente é (2006; 2013). Relação hierárquica antagônica à autonomia do trabalhador em relação à liberdade individual e, também, antagônica às liberdades coletivas, logo, à democracia. Esta apropriação também se verifica com relação à natureza devido as matrizes discursivas (RODRIGUES, 2012) sobre a sustentabilidade porque escondem a Globalização perversa neste mundo de fabulações (SANTOS, 2013; MORAES, 2012). Todavia, no âmbito geopolítico (CASTRO, 2013), o que se vê é na verdade um projeto neocolonizador executado por um número reduzido de empresas e países em detrimento da sustentabilidade, justiça social e emancipação dos demais países (DAL SOGLIO, 2009; PORTO-GONÇALVEZ, 2006), e que por esta razão também é antagônica a nossa proposta de desenvolvimento territorial endógeno com foco na sustentabilidade do trabalho cidadão. Mas qual caminho seguir então? Existe um pelo menos?

4.2 DA ECONOMIA ESPACIAL SOLIDÁRIA

Figura 20 – Charge da personagem Mafalda (que ilustra o modo não hierárquico de se relacionar para produzir a partir da apropriação coletiva dos bens materiais de produção) criada pelo cartunista argentino Quino (1964-1973)



Fonte: Google Imagens (2015).

Então, retomando Singer (2006. p. 7), que nos traz um diagnóstico que já contém uma alternativa a esta crise estrutural do emprego, que se repete ciclicamente, através de “estudos empíricos que mostram o desemprego como uma espécie de um iceberg muito maior, qual seja,

a deterioração das relações de trabalho”. Disto resulta, também, uma alienação, pois o indivíduo continua dependendo dos outros para satisfazer todas as suas necessidades. Assim, sua autonomia social e política continua essencialmente limitada por esta dependência econômica. O mesmo autor propõe como projeto para eliminar o desemprego e a exclusão social uma outra forma de organização socioeconômica, e que já existe ao redor ou mesmo dentro do mundo capitalista, mas com princípios opostos ao do *laissez-faire*, ou seja, em lugar da concorrência, a cooperação.

É fato científico que a história do cooperativismo é riquíssima em experiências bem-sucedidas ao redor do mundo (os Kibutzim em Israel; a vigorosa indústria formada por centenas delas em Mondragón, no país Basco, há mais de 40 anos; as dezenas de indústrias falidas, após a crise de 1980 e que foram recuperadas¹³, pelos trabalhadores, na América Latina), defende o economista titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Brasil. Singer (2002; 2006), também afirma que a Economia Solidária é a mais importante alternativa ao Capitalismo e suas crises cíclicas – e estruturais –, pois tem a capacidade de absorver os milhões que não têm lugar na economia capitalista. Tem ajudado a muitos brasileiros a saírem da pobreza no Brasil ou a complementar sua renda, mas gerando autonomia aos associados. Mas seria viável em Pelotas?

Antes de discutirmos as possibilidades deste modo solidário de produzir bens e serviços e de se relacionar com o meio natural e social, mas também consigo mesmo, na escala do local, em Pelotas, acreditamos ser pertinente considerar alguns pontos do 2º Mapeamento Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), no Brasil.

Os autores nos apontam neste trabalho que a dificuldade de caracterizar os tipos de EES no país se dá, sobretudo, pela série de problemas na adaptação ao marco legal vigente brasileiro, já que contraria interesses do cooperativismo oficial, que é hegemônico, e o mais ferrenho opositor a mudanças substantivas na lei. Da falta de uma legislação mais específica, derivam grandes paradoxos, como o das cooperativas de fachada, que atuam exatamente em sentido oposto ao preconizado pela doutrina cooperativista (GAIGER, 2014).

Também se percebe a tênue relação entre a área de atuação (rural, urbana e mista), e a forma de organização adotada (associações, cooperativas, empresas mercantis e grupos informais), e destas com as características geográficas de cada região brasileira (da geografia física à etnia, povos tradicionais, raças, gênero, grau de escolaridade ou formação até; o acesso

¹³ Para ver mais sobre a Economia Solidária no Brasil acessar <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/textos-paul-singer.htm>>.

e/ou domínio da informação, como também a principal atividade econômica, o número e o grau de participação destes associados, bem como dos resultados obtidos). Tudo isto relacionando coerentemente.

Dito isto, cabe ressaltar que as quatro principais razões que levaram à criação dos EES no Brasil foram: fonte complementar de renda (48,8 %), alternativa de emprego (46,2 %), obter maiores ganhos associativos (40%), e atividade onde todos são donos (40%). São ao todo, 19.708 EES e 1.423.631 associados (entre mulheres e homens), e atuando nos setores: primário, secundário, terciário e até quaternário da economia formal.

E mais do que isto, mesmo que o mapeamento aponte o grande desafio a ser trilhado rumo à criação de cadeias produtivas solidárias, é importante levar em conta que as formas de inserção e atuação social e política dos EES são afirmativas no sentido da responsabilidade socioambiental. Vide Gráfico com a participação sociopolítica dos EES da região sul:

Figura 21 – Gráfico com os tipos de participação social dos sujeitos dos empreendimentos de economia solidária.



Fonte: 2º mapeamento nacional dos EES no Brasil, 2014.

Percebemos com a análise do gráfico que, diferentemente da racionalidade capitalista que se preocupa, antes de mais nada, com o lucro, a racionalidade da economia solidária proporciona uma ação cidadã. Do mesmo modo, uma ressignificação da sua relação com o meio, ou seja, os EES no meio rural que produzem alimentos estão em grande parte trabalhando a partir da agroecologia, além de ter na agricultura familiar a base social da produção e, também, por resgatarmos os conhecimentos tradicionais e as práticas culturais a eles inerentes, seja dos povos tradicionais, seja das etnias próprias as diferentes partes do território nacional.

4.3 A SUSTENTABILIDADE DO TRABALHO CIDADÃO

Em Pelotas, sobre Economia Solidária escolhemos o caso da produtora rural Elenise Voss, do sétimo distrito de Pelotas (também conhecida como Colônia Francesa), pois “num estudo qualitativo a amostra é sempre intencional, porque não há qualquer razão para que seja representativa da população” (COUTINHO, 2013).

Ainda segundo Coutinho (2013) com relação a técnica de amostra – o caso da produtora rural Elenise Vozz – apresentou-se tanto como exemplo de uma construção teórica emergente no que tange ao objetivo quanto como aparentemente representante da teoria no que tange ao tipo de amostra intencional. Elenise Vozz também se mostrou um grande potencial com relação a possibilidade de se enquadrar em várias categorias de casos: indivíduo, atributo de indivíduos, ações e interações, ambiente e coletividades. Nossa finalidade e objetivos também se correlaciona com a que segundo Coutinho (2013. P. 335-337) um estudo de caso deve perseguir:

[...] A finalidade da pesquisa, essa, é sempre holística (sistêmica, ampla, integrada), ou seja, visa preservar e compreender o caso no seu todo e na sua unicidade (...) os objetivos que orientam um estudo de caso podem ser em tudo coincidentes com os da investigação social em geral: “explorar, descrever, explicar, avaliar e/ou transformar.

Após interpretação e análise em gabinete da conversa semiestruturada na forma de entrevista com a produtora rural Elenise Vozz, realizada em 2014, na feira mensal de ES *Bens da Terra* sediada mensalmente no *campus* centro da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), chegamos aos seguintes resultados, que serão apresentados na forma de um narrativa reflexiva (COUTINHO, 2013), a saber:

- a) constatamos que a principal dificuldade da agricultora familiar estava em escoar sua produção e que iam desde limitações com relação a infraestrutura física até as de ordem legal ou vinculadas com as regras e racionalidade do modo de produção capitalista e que abrangiam a circulação, distribuição, comércio e consumo de suas mercadorias;
- b) que toda a iniciativa da agricultora Elenise, de pré-beneficiar a sua produção, e demonstrando ao mesmo tempo um significativo grau de empreendedorismo, contudo, sem as redes e os equipamentos necessários para fazer chegar os frutos da terra já beneficiados até os pontos de comercialização, de nada adianta. Portanto, se o consumidor não tem acesso aos seus produtos hortifrutigranjeiros, por melhor que sejam, sua reprodução econômica, social, política e cultural¹⁴, como agricultora e cidadã, fica comprometida;
- c) a forma como Elenise chegou até a feira de Economia Sociologia *Bens da Terra* foi pelo “boca a boca” (perguntando para um e outro sobre possíveis pontos de venda onde pudesse escoar sua produção), porque mesmo que seja beneficiada agroindustrialmente, se não se enquadra nos padrões técnicos e sanitários da economia de mercado só vale como caseiro ou artesanal. E esta classificação visa justamente excluir aqueles empreendimentos da economia – sobretudo os da economia solidária – que não se encaixam nestas normas sanitárias corporativas hegemônicas. Vide fotografia da agricultora Elenise Vozz, agora associada a rede de Economia Solidária *Bem da Terra*:

¹⁴ Consideramos também como doces de Pelotas os produtos que Elenise e os outros agricultores familiares da colônia ou meio rural produzem de forma simples, porém de forma localmente tradicional, a saber: como cucas, geleias, alguns doces cristalizados, rapadurinhas de leite e de amendoim, amendoins torrados com açúcar, cafés coloniais, etc.

Figura 22 – Fotografia da banca de produtos agroecológicos da agricultora familiar do sétimo distrito de Pelotas-RS, Elenise Vozz, tirada em 2014 na feira mensal de ES Bem da Terra no campus centro da UCPel



Fonte: Cristiano Pereira da Silva, 2014.

“Esta associação com a *Rede Bem da Terra*”, nos comentou Elenice (2014), “tem sido proveitosa para todos”, e pudemos confirmar porque vimos em campo e após análise dos dados em gabinete que esta práxis solidária estimula um comportamento horizontal entre ambas as partes – produtor e consumidor – porque justo socioambientalmente, quando valoriza muito mais uma relação de troca entre as pessoas (que as une), do que a relação dinheiro-mercadoria (que as separa). Também porque promove e é subsidiada pelo tripé: saudabilidade (pessoal e familiar), e da solidariedade (social e econômica), com a sustentabilidade (ambiental).

Um dos dados mais importantes dessa Rede é o fato de ela estar relacionada ao Núcleo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC) da UCPel. Importante porque o NESIC age através do objetivo dessa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP), no sentido de apoiar e assessorar o surgimento e consolidação de empreendimentos solidários, através da metodologia de incubação de cooperativas populares, uma tecnologia social desenvolvida a partir dos anos 1990, através da Rede de Incubadoras brasileiras. Isto é, ciência e informação associadas no âmbito da ES. De acordo com o motor da divisão do trabalho do século XXI. Mesmo que pesemos as críticas ao projeto proposto por Paul Singer (CASTRO, 2012).

Logo, um trabalho emancipador. Um trabalho sustentável. Um trabalho cidadão. Diretamente proporcional a ideia de desenvolvimento territorial endógeno. Em harmonia com o meio ambiente. Sem a hierarquia patrão-empregado, portanto, sem alienação

do capital sobre o trabalho. Sem exploração de classe e, como vimos no caso do trabalho no setor conserveiro fordista-taylorista (que se utilizava do papel atribuído culturalmente à mulher na sociedade para explorá-la pela sua condição “natural” passiva), também, sem a exploração de gênero. Outrossim, também sem a exploração dada por este regime pós-moderno flexível que só contrata trabalhadores polivalentes, ou seja, que só sabem mais do que os operários apêndices das máquinas fordistas porque precisam ser mais produtivos (fazendo mais por menos). O trabalhador cooperado ou sob a racionalidade da Economia Solidária não vivencia a dicotomia entre rural-urbano, porque sua sabedoria, conhecimento popular ou tradicional não só é reconhecido pelo científico como também condição de articulação entre ambos em EES.

E se vimos determinadas dificuldades de Elenise Vozz até chegar na Rede Bem da Terra, NESIC, INTECOOP, UCPel foi porque este meio técnico-científico-informacional ainda é o meio ou a base de realização dessa economia de mercado, destas grandes empresas – sobretudo os grandes *lobys* vinculados as grandes redes de supermercados – e que, já sabemos, é carregado de uma intencionalidade: a das verticalidades. Suas normas impedem que outras formas de produção de meios materiais que libertam os seres humanos do determinismo dos valores de troca. Vimos que esta unicidade técnica impõe uma convergência dos momentos que é sobretudo voltado para a produção, circulação, comércio e consumo de mercadorias, justamente porque a cognoscibilidade do planeta esta a serviço deste motor único na história: a mais-valia globalizada. Mas as redes que nos trazem a alienação podem, também, trazer autonomia, democracia, liberdade.

Afinal, como vimos no caso de Elenise, o meio técnico-científico-informacional, pode ser o meio pelo qual se constrói relações de cooperação (e não somente de dominação), entre as pessoas além de relações de apropriação entre trabalho e capital (e não somente de exploração do capital sobre o trabalho). Um exemplo de que é possível uma outra globalização – ou uma globalização para as pessoas como Elenise, porque neles se produz mais do que valores de troca, mercadorias, porque se produz relações sociais totais, ou mais humanas e menos mercadológicas.

4.4 DA CIDADE DOS ALIMENTOS À INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA TERRA DO DOCE: DAS TENDÊNCIAS OPOSTAS AOS CENÁRIOS COOPERATIVOS OU À GUISE DE CONCLUSÃO

Ao discutirmos outras formas de pensar, ou seja, analisar os caminhos que possibilite chegar a um projeto de desenvolvimento endógeno para Pelotas, como já foi dito, porque propõe-se a refletir a partir de sua própria realidade social e vocação territorial: desde a rural-artesanal (BACH, 2009), chegando até sua forma urbano-industrial “Cidade dos Alimentos” (BRITTO, 2011), até a divisão territorial do trabalho do século XXI: fragmentária e sem identidade, pois quando pura e exclusivamente flexível. Acabamos por chegar, por conseguinte, na sua forma pós-moderna quando, os frutos da terra produzido pelo trabalho, em Pelotas, ganharam o selo que certifica a procedência geográfica deste doce fruto do trabalho que é, genuinamente endógeno a todo o município pelotense, articulando, assim, uma nova relação cidade-campo antes de ser pós-moderna e flexível, também é endogenamente oriunda desta vocação secular do território e população multiétnica de Pelotas. Que produziu além de riqueza, cultura. Cultura que contém informação e, por isto mesmo, impondo esse cenário futuro de cooperação entre lógicas de produzir estruturalmente diferentes.

Estamos falando da Indicação de Procedência (IP), um tipo de Indicação Geográfica (IG), que tem associado a qualidade a dos produtos nos mercados alimentares (NIEDERLE, 2013), dos doces tradicionais de confeitaria e de frutas do presente (GIESBRECHT, U. L.; SCHWANKE, F. H.; MÜSSNICH, A. G., 2011), porque nossos estudos nos têm apontado para um cenário que nos permite articular ambos os momentos: passado – ou vocação territorial que surge no rural e migra para a cidade urbano-industrial – ao presente-futuro – até retornar ao agora consolidado campo, mas de forma pós-moderna e flexível – sob a égide da Fenadoce (Feira Nacional do Doce, realizada desde 1986). Mas são tendências opostas porque esta lógica capitalista mistura-se em algum grau com a lógica da Economia Solidária e, apesar de constatarmos, não houve tempo suficiente para mapearmos essas relações entre seus fluxos e fixos, verticalidades e horizontalidades, etc.

Esta visão é confirmada pelas divisões do trabalho superpostas vistas através da já famosa Fenadoce, porque esta feira nacional do doce (mas cada vez mais internacional no conesul), está localizada no mesmo endereço do antigo prédio da CicaSul, as margens da BR-116: rugosidade do ex-parque industrial da época áurea da geração de empregos em Pelotas. Rugosidade da modernidade que ganha nova função já que as mudanças estruturais

não podem recriar todas as formas, e assim somos obrigados a usar as formas do passado (SANTOS, 1985).

A segunda metade da pesquisa nos tem apontado então para os seguintes cenários: discutir como o passado áureo na geração de emprego da agroindústria (território e atores locais), se relaciona com o motor da divisão do trabalho no século XXI – a informação – que, como constatamos em campo, está tanto na IG da IP dos doces tradicionais de confeitaria e de frutas (devido a participação da EMBRAPA-Clima Temperado, UFPel, SEBRAE, EMATER/RS e Associação das Doceiras de Pelotas), quanto na produção dos EES – a partir da SENAES (apesar de não aparecer diretamente ou citada por Elenise Vozz), e do seu vínculo com o MTE, do SIES (Sistema Nacional de Informação de Economia Solidária), e do seu banco de dados, nas emcubadoras da UCPel e do Instituto Federal do Sul (IFSul), do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), ligado a igreja luterana (VANDERLINE, 2005), e da EMATER/RS-ASCAR – uma vez que se relacionam com a atividade do doce de Pelotas, em algum grau: seja pelos doces cristalizados, os coloniais e os recentes em calda que estão passando por um processo de IG. Porque tanto a ES e a Agroecologia estão impressos nas recentes políticas públicas voltadas ao pequeno e médio produtor rural. Também pela forma de sua modernização, ainda que pese as merecidas críticas (SHNEIDER, 2004), ou caminho escolhido pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a estes produtores rurais, mas sob a égide da racionalidade urbana: seja ela capitalista ou solidária. A questão é mapear em que grau cada qual se relaciona com o espaço e entre si, dentro desta a atividade do doce, hoje chamada Fenadoce.

Segundo nos informou a assessoria de comunicação da Fenadoce, o leite e os ovos usados na fabricação dos doces tradicionais de confeitaria e de frutas são produzidos na região sul (boa parte em Pelotas: mas por quem?), ou seja, mais uma evidência que comprova a necessidade deste estudo. Já o restante das outras matérias-primas, que também compõem os famosos doces de mesa são adquiridas na forma de leilão, junto aos grandes atacados, para conseguir um melhor preço pela compra em grande quantidade. Vemos por isto que produzem uma pequena parte da matéria-prima do doce, mas que não fica claro como a IP e a Fenadoce se articulam com os pelotenses produtores da matéria-prima da Fenadoce, no campo. Sabemos que há processo de certificação dos doces coloniais e do pêssego de Pelotas, mas como dissemos, não houve tempo para nos dedicarmos a esta consequente e última empreitada.

Disto, deriva questionarmos qual de fato é a relação campo-cidade (FONTOURA, 2009; HARVEY, 2013, [b]; [c]; MOREIRA, 2012; SANTOS, 1985; 2006; 2013), desta atividade do

doce, tradicional, moderna, pós-moderna? O entendimento do processo que temos é a relação campo- cidade como método:

A modernidade chega ao campo, criando a falsa ideia de situações antagônicas: tradicional (atraso) *versus* tecnológico (moderno). Falsa porque a modernização não se dá em todos os lugares. Há obstáculos naturais e sociais que impedem a produção/reprodução de relações sociais capitalistas (...) Não representando atrasos, portanto, mas lógicas de reprodução social diferentes, uma urbana e outra rural (...) as regras do jogo deixam fora a lógica rural (...) mais importante que a produção é a forma como se produz, como se estabelecem as redes ou monopólio da informação, para o bem ou para o mal (...) é nos anos 1990, após longos períodos de inflação e de intervenção do Estado na economia, que chegam à sociedade brasileira palavras como flexibilização, desregulamentação, neoliberalismo e globalização (...) A nova estética dos segmentos sociais urbanos com alto poder aquisitivo espalhada pelo mundo se preocupa em consumir alimentos saudáveis e de procedência conhecida (...) Para isso existem certificadoras, as quais vão acompanhar as unidades de produção (...) Todavia, essa é uma produção que envolve produtores articulados com setores urbanos, que lhe tomam emprestado sua racionalidade. Portanto, não envolve a produção diversificada de pequenos produtores rurais que estão fora desse circuito. (FONTOURA, L. F. M. 2009. p. 276-278-280-281-282).

Por esta razão, entendemos que para visar à cidadania inerente ao desenvolvimento local da atividade do doce devemos considerar as características particulares à população pelotense, mas a partir do seu território usado, dos usos que tem feito dele ao longo do tempo que compreende a sua formação socioespacial. Porque a população de Pelotas não se restringe apenas à cidade já que também é rural, sua história sempre se fez através das riquezas do meio rural. Também porque o modo de vida urbano é realidade no meio rural tanto em Pelotas quanto em quaisquer outras regiões dessa “aldeia global”, ainda que se dê em diferentes graus, e nos diferentes lugares.

Assim, pretendemos que este conjunto de análises possa embasar cientificamente nossos estudos sobre um projeto viável do ponto de vista da ciência geográfica que nos propomos a partir da economia espacial visar um desenvolvimento local, porque pensado através do próprio território usado pelos atores locais. Objetivando apontar a viabilidade da geração de riqueza inerente ao território de Pelotas, para a população pelotense. Mas a população real e não a abstrata dos discursos políticos carismáticos e da mídia-empresa do RS (sensacionalista), que informa- deformando a realidade, na medida que generalizando e reduzindo as particularidades endêmicas e culturais de cada lugar, a ponto de interferirem no desenvolvimento local e das atividades culturais a fim de reafirmar poderes monopólicos porque alegações de singularidade e autenticidade podem ser mais bem articuladas como afirmações culturais distintas e não duplicáveis (HARVEI, 2005), e, assim, da apreensão por

parte da população dos diferentes modos de vida e diversidade étnica e cultural dos atores locais que produzem de alguma forma esta atividade do doce.

Desta forma, o atual tipo de competição que tende ao oligopólio visando o monopólio, em todas as escalas, e que segrega pela concentração de riqueza e territórios está, por estas razões, na contramão do desenvolvimento territorial endógeno que viemos discutindo ao longo de todo o trabalho, porque estamos debatendo a relação. Assim, a ideia e as experiências dos EES no país e em especial na zona sul do RS, sobretudo em Pelotas, será um excelente balizador de nossas discussões no âmbito da necessidade de um trabalho sustentável e cidadão – que eman pois também discordam das estatísticas econômicas hegemônicas que, ao homogeneizar o social em números (R\$) ou em sua dimensão estética, o desumaniza.

A Pós-Modernidade como condição histórico-geográfica, segundo Harvey (2013), impõe o triunfo da estética sobre a ética que, a título de exemplo, o geógrafo cita o debate televisivo entre Kennedy-Nixon, em que a perda por este último de uma eleição presidencial foi atribuída por muitos à sua aparência não confiável. Esta mediação é vista através das firmas de relações-públicas que moldam para vender a melhor imagem política, mesmo que seu cliente não tenha todas as qualidades desta nova mercadoria chamada estética. Vimos um exemplo disto a partir das edições realizadas pela Rede Globo às eleições de 1989, entre Lula e Collor, para favorecer o candidato de sua predileção: do Partido da “Reconstrução” Nacional (PRN), em prejuízo do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), e por conseguinte das poupanças de todos os brasileiros a posteriori.

Mas o caso se agrava quando a política e a mídia se fundem, pois em Pelotas, a partir do exemplo do ex-prefeito do Partido Progressista (PP), Adolfo Fetter Jr. (eleito em 2004 e reeleito em 2008) que, segundo escreve em sua autobiografia e, também visto através das reportagens do maior jornal pelotense – Diário Popular (de sua família) – ao longo dos seus dois mandatos, que as duas chapas às eleições municipais de 2012, foram preconizadas por ele, uma com Matteo Chiarelli (DEM), e a outra com o Eduardo Leite (PSDB), e visava dar continuidade ao projeto que, havia oito anos, vinha dando nova vida a Pelotas (FETTER JR., 2014), mesmo apontando na página seguinte (p. 324), que 2012 era um ano de crise internacional, que atingia diretamente o município. Esta arte de escrever e ficar com a razão (BERGER, 2003; GUARESCH, 1984; 1987; [b]; MATIAS, 2000; MORAES, 2012; SCHOPENHAUER, 2009; 2012), facilitada pelo monopólio dos meios de comunicação é ética? Então perguntamos, dando certo para quem? E que interferência esta estética teve e tem na perpetuação das mesmas ideias e escolhas dos mesmos projetos na esfera econômica e social?

Estamos buscando apontar o que é técnico e o que é político. O uso político que os atores locais fazem da técnica para produzir a atividade do doce desta forma e não de outra. Se inclui ou exclui os pelotenses. Por esta razão, sugerimos o olhar atento ao programa de governo do candidato do DEM – na figura abaixo –, que se eleito fosse, mas não foi, pois eleito foi o outro candidato preconizado por Fetter PP, Eduardo Leito do PSDB, iria governar Pelotas baseado num programa de governo de cinco frases.

Figura 23 – Programa de governo do candidato Chiarelli do DEM à prefeitura de Pelotas nas eleições de 2012

1. Comprometer-se com um programa detalhado e amplo de educação que não esqueça do ensino especial.
2. Aprimorar uma política de saúde que atenda não só os mínimos exigíveis, mas alcance um padrão compatível com a dignidade humana.
3. Contribuir nos limites legais e constitucionais, com ações eficazes de segurança pública;
4. Desenvolver um continuado projeto de qualificação profissional que encaminhe um crescente processo de empregabilidade;
5. Pôr o município em uma posição de efetivo destaque, por desenvolver procedimentos concretos no que tange a municipalizar o desenvolvimento sustentável.

Fonte: adaptado do Site do (TSE), Divulgacand, 2012.

Este mesmo candidato é aquele mesmo do início do trabalho, da proposta de atração da grande empresa, que refutamos do ponto de vista do território com Milton Santos. Mas não propôs só isto, pois quando se referiu ao conselho municipal disse que são esses empresários locais quem fazem a roda da economia girar em Pelotas. Ora, muito contraditório, pois visa buscar os empregos ou sanar a crise do emprego em Pelotas superestimando o exógeno em detrimento do endógeno, porém reconhece, ainda que inconscientemente, que a solução está no endógeno.

Não falamos de uma visão ufanista do endógeno e uma abominação do exógeno, pelo contrário, vimos com Bach (2009) que foi a riqueza gerada no endógeno que trouxe fama e o grande capital do sudeste que quebrou as indústrias artesanais. Foi esta agroindústria urbano-industrial que gerou aquela época áurea de empregos fordistas-tayloristas alienadores na cidade, já com uma economia mais diversificada, pois trabalhando com outras matérias-primas além das frutas. Mas foi o puro crescimento da atividade artesanal e a hipertrofia da urbano-industrial associadas as políticas comerciais externas do governo federal – civil-militar – que, não

somente, mas principalmente quebraram parte da economia local que estava vinculada a ela, intensificando, assim, esta estrutural crise do emprego em Pelotas, porque mais vulnerável ao externo, exógeno, logo sem equilíbrio, pois sem desenvolvimento.

A política tem sido feita cada vez mais com ciência e o impacto destas políticas públicas tem surtido efeito no território e, em alguns casos/setores, tem tido o mesmo efeito positivo enquanto políticas territoriais (CARGNIN, 2012). Todavia, muitas das que estudamos até aqui, oriundas das propostas e projetos de governo para solucionar a “estagnação econômica de Pelotas” se não são totalmente fruto de uma visão de senso comum são, com certeza, do senso comum da ciência que conforme explicamos ao longo do trabalho é aquele preenchido com as boas intenções da neutralidade do paradigma positivista, com as análises econômicas que advogam que a Globalização representou o fim da história e da ideologia, da defasagem a que todo conhecimento que não se renova está relegado, etc.

Vimos a necessidade de apontar, por último, que as propostas do candidato do PSOL, mas também com Benini (2012), e Singer (2002; 2006), são realmente as mais viáveis ao tipo de emprego demandado pelos cidadãos pelotenses. No campo e na cidade. Porque não excluí a economia de mercado, pois como vimos, integra-se a ela:

[...] cabe-nos, por enquanto, apontar que a maneira de diferenciar e localizar tais formas alternativas de produção passa pela relação com a cidade. Melhor dizendo, pelo perfil do consumidor urbano e seu modo de vida, ligado à simbologia que está agregada a essa forma de produção (...) em outras palavras, o campo passa a produzir um produto específico para um seguimento específico de consumidor urbano, que se relaciona com o seu imaginário, valores e até mesmo fetiche (...) por resistência ou alternativa ao capitalismo, ao se inserir no mercado, a relação campo-cidade garante a reprodução social capitalista contemporânea, flexível e globalizada (FONTOURA, L. F. M. 2009, p. 268).

Gera esta sustentabilidade do trabalho cidadão porque propõe uma nova lógica de relação produção entre as pessoas que é cooperativa e, ao mesmo tempo, de apropriação coletiva dos resultados do trabalho, e não esta lógica de dominação e exploração. Porque promove um espaço geográfico solidário, fruto de um desenvolvimento territorial endógeno que se articula com o exógeno de forma equilibrada, porque, entendemos, e propomos que este capital exógeno venha a complementar e complexificar a economia espacial local. E não extinguir a autonomia pela alienação para gerar exércitos de reserva. Entendemos que a partir desta lógica não existe a fórmula Capital alienando o trabalho (que explorou os pelotenses não só por classe, mas sobretudo por gênero, machismo: perpetuando injustiças sociais históricas que alienaram as mulheres), mas o Trabalho articulando-se com o território para

produzir riquezas, justiça social, autonomia ao trabalhador e cidadão e democracia ao coletivo, portanto, sustentabilidade socioambiental.

Portanto, para procurar expressar uma coordenada espacial final de equilíbrio com relação ao desenvolvimento das atividades econômicas imanentes ao das pessoas, mas nos seus respectivos territórios, salientamos uma das cinco dimensões da sustentabilidade, impressa neste relatório e baseada em Sachs (1991), que territorializa o conceito sustentabilidade:

[...] d. Sustentabilidade espacial – dirigida para obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas. Promoção de equidade entre diferentes regiões geográficas (Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Volume VII, 2008, p. 26).

Porque a sociedade sem o seu território é cair na armadilha do discurso neoliberal do mito da desterritorialização, que denunciado pela Geografia, nos explica que a multiterritorialidade é uma falácia, pois só se legitima para quem pode pagar. Conforme escreve o autor (2010).

[...] “multiterritorializar-se”, para a maioria, não passa de mera virtualidade. A exclusão aviltante ou as inclusões extremamente precárias a que as relações capitalistas relegaram a maior parte da humanidade faz com que muitos, no lugar de partilharem múltiplos territórios, vaguem em busca de um (...) assim, o sonho da multiterritorialidade generalizada, dos “territórios-rede” a conectar a sociedade inteira, parte, antes de mais nada, da territorialidade mínima, abrigo e aconchego, condição indispensável para, ao mesmo tempo, estimular a individualidade e promover o convívio solidário das multiplicidades – de todos e de cada um de nós (COSTA, Rogério H. da. 2010. p. 337-363).

Estas ideias mostram o que Rückuert aponta sobre o território e seus usos quando diz que o conceito de território tem retornado as ciências sociais de forma a tornar-se importante em políticas públicas nas diferentes escalas de poder (RÜCKUERT, 2013; COSTA, 1988). Para Milton Santos: em o retorno do território, vê-se que o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado (SANTOS, 1994). E Wanderley aponta no capítulo *A Dimensão Territorial da Política* que:

[...] as riquezas estão impregnadas no espaço, plasmando assim uma estreita relação de dependência e correspondência entre eles e, ao mesmo tempo, depositando ali o substrato mais importante do que mais tarde chamaríamos de identidade de um grupo social (COSTA, 1988, p. 1).

A política no Brasil, ao longo dos anos, tem sido feita cada vez mais com o auxílio da ciência ou de forma científica, pois se a diversificação da natureza é o processo e resultado, já a divisão internacional do trabalho é processo primeiro político e depois técnico, cujo resultado é a divisão territorial do trabalho (SANTOS, 2006). E para quem ficou com dúvidas sobre o fato de que a técnica só tem existência histórica a partir da política, pois é a política quem escolhe que técnica, quando e onde vai ulá-la (SANTOS, 2000), separamos um trecho para procurar se mais didático, com o significado de democracia, segundo o dicionário de filosofia (ABBAGNANO, 2007), que escreve que a democracia está ligada – a(s), forma(s) – de governo; e explica:

[...] a Bodin, deve-se a observação de que as diversas formas de ordenamento estatal são diversas formas de G., não formas diferentes de estado (...) a soberania que é o caráter fundamental do Estado, é una e indivisível: o Estado consiste na posse da soberania. O G., ao contrário, consiste no aparato pelo meio do qual esse poder é exercido (...) Hobbes parte do mesmo princípio: as diferenças das formas de G. depende da diversidade das pessoas às quais é confiado o poder soberano. Tem-se democracia, aristocracia ou monarquia, segundo o poder soberano seja confiado ao povo, aos nobres ou ao rei (...) Montesquieu modificou a divisão tradicional, afirmando que o G. pode ser republicano (um conjunto de democracia e aristocracia), monárquico e despótico. Cada uma dessas três formas é regida por um “princípio” que, portanto, condiciona sua conservação e seu funcionamento. O G. popular baseia-se na virtude cívica e no espírito público do povo; a monarquia no sentimento de honra da classe militar; o despotismo, no temor (...) Montesquieu viu claramente que a liberdade da qual os cidadãos gozam num Estado não depende da forma de G. desse Estado, mas da limitação dos poderes garantida pela ordenação do Estado. A democracia e a aristocracia não são Estados livres por natureza (...) é preciso que, pela disposição das coisas, o poder refreie o poder. Uma constituição (...) essas palavras são verdadeiras ainda hoje (...) a experiência histórica do mundo moderno e contemporâneo mostrou que a liberdade e o bem-estar dos cidadãos não dependem da forma de G., mas da participação que os G. oferecem aos cidadãos na formação da vontade estatal e da presteza com que eles são capazes de modificar e ratificar suas diretrizes políticas e suas técnicas administrativas (ABBAGNANO, Nicola. 2007. p. 487).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

I

O título do nosso trabalho representa a conclusão de todo o nosso esforço ao longo destes dois anos de pesquisa tentando responder nossa pergunta-problema. O debate sobre a relação entre economia e espaço para procurarmos os elementos desta crise do emprego em Pelotas. Em outras palavras, investigar a relação entre esta maneira de conseguir as coisas para se viver – ou este modo de produção material da vida, que produz além de valores de uso, também, os valores de troca: mercadorias –, e que também vimos ser um modo de produção de relações sociais totais, que dão vida ao território. Assim, este debate levou aos elementos que nos possibilitam apontar para, pelo menos, um caminho alternativo, e que nos levou até bem próximo do meio formador de autonomia ao trabalhador de Pelotas neste início de século XXI. E o caminho que encontramos foi o da economia solidária que, vimos, envolve geração de riqueza, autonomia ao trabalhador (independente de sua condição social ou formação técnica ainda que esta esteja cada vez mais presente entre os agentes que experienciam esta relação relação social de produção emancipadora), e de forma sustentável.

Isto tudo junto e relacionado, porque, do ponto de vista da Geografia, esta lógica espacializada – como estrutura espacial ou a forma como os seres humanos se relacionam com o meio – não hierarquiza os graus de autonomia, não a aliena, não privatiza os lucros nem tampouco socializa os prejuízos, mas ao contrário, promove a participação democrática através da organização horizontal tanto da produção, distribuição, comércio e gestão do negócio. Conhece-se, por isto, todos os processos da cadeia produtiva, desde a racionalidade da produção até o momento do consumo que, diferente do sistema capitalista, promove uma relação mais humana entre os produtores com o cidadão que consome este modo de vida mais humana e menos mercadológica.

Assim, deste ponto de vista, concluímos que esta fórmula da economia espacial solidária a que chegamos gera este trabalho cidadão sustentável que estávamos procurando para solucionar a crise do emprego em Pelotas. Como vimos, esta crise não é unicamente dos pelotenses, mas ao contrário, de todos os trabalhadores sob a égide das relações capitalistas, sejam elas liberais (época da indústria artesanal de compotas de pêsego na colônia de Pelotas), intermediadas pelo Estado (agroindústria urbano-industrial fordista-taylorista de conservas

“de” Pelotas), ou neoliberais (pelo tipo de precarização – terceirização, por exemplo – do trabalho).

Portanto, seja qual for sua estética (pós-modernidade, globalização, etc.) seu resultado é o mesmo, alienação do trabalho, concentração de renda nas mãos de poucos (e injustiças sociais de toda ordem para o resto, inclusive as de gênero constatadas em nosso trabalho), transformação de todos os cidadãos em consumidores, degradação da natureza pelo tipo de apropriação e exploração predatória, e por aí vai a lista. No entanto, inversamente proporcional a estes resultados, estão os gerados pela economia solidária. Em Pelotas, vimos isto a partir do estudo de caso de Elenise Vozz, consequência do esgotamento, por nossa parte, da busca da autonomia através da economia capitalista. Por esta razão, evidenciamos os principais resultados a que chegamos a respeito do tema, após a conclusão do nosso trabalho:

- a) o regime de acumulação flexível da economia-mundo não exclui a economia solidária que, vimos, não compete com a produção em escala das empresas multinacionais brasileiras ou estrangeiras (a menos que faça parte destes circuitos espaciais de produção);
- b) sua tendência quando relacionada à produção flexível é trabalhar visando um público específico;
- c) seu modo de produção está immanentemente ligado à ciência e tecnologia (dado sua formação dentro das incubadoras do IFsul, UFPel, UCPel), também porque a agroecologia envolve o mesmo grau de ciência e tecnologia. A diferença do modelo convencional é que tanto nesta lógica da economia solidária quanto na da agroecologia (ambas com certificações reconhecidas pela economia de mercado: IGs, DO), o conhecimento popular ou sabedoria popular ou conhecimento tradicional é valorizado no meso peso que o científico, não substituindo-o mas complementando-o;
- d) por esta razão, este tipo de modo de produção solidário também não colide com o motor da divisão territorial do trabalho internacional do século XXI, que é a informação;
 - sem aquela relação hierárquica Capital *versus* trabalho que o aliena para explorá-lo;
- e) por isto mesmo, sem aquela exploração de gênero camuflada pela divisão social-sexual do trabalho (historicamente embasado por essa tradição patriarcal e suas

- regras econômicas heteronormativas, sobretudo no Brasil de forma geral e, em Pelotas, vimos acontecer de forma particular, dada sua formação socioeconômica);
- f) o desenvolvimento territorial endógeno pode ser buscado em Pelotas a partir do próprio território e formação socioeconômica local, a partir das próprias condições reais da população pelotense;
 - g) a partir deste modo de produção que gera riqueza e autonomia indissociáveis e de uma forma sustentável do ponto de vista da justiça social e da preservação ambiental.

II

Mas para tanto, apresentaremos por fim, as conclusões dos capítulos anteriores que embasaram estes resultados.

Iniciamos com a contradição entre a realidade que nos deu essa consciência dicotômica sobre a história contada pela historiografia positivista e que também é repetida pelas classes hegemônicas locais – classes que se constituem em um dos braços da elite política local e detentoras dos meios de comunicação de massa local – de que Pelotas era rica no passado, mas que hoje é pobre. Disto deriva essa consciência romântica do passado, que mistura-se com essa contemporânea, dada por este mundo de fabulações, que mais confunde do que esclarece as identidades. Falamos dessa globalização perversa – para parafrasear Milton Santos (2006; 2013) – que articula-se com essa ideia do almanaque positivista de que a riqueza do passado era para todos, e que é base para nossa formação identitária. Vimos sua forma pós-moderna com Harvey (2013).

Do subcapítulo em que buscamos investigar e analisar o onde e o tipo dos empregos gerados endogenamente em Pelotas ao longo do século XX e que relacionava rural e urbano, cidade e campo, chegamos aos seguintes resultados: surge endogenamente uma atividade econômica que gerou riqueza no meio rural e que se estendeu até a cidade, com geração de empregos em ambos ao longo dos anos; isto surge de uma iniciativa pioneira e empreendedora para a época e que teve como base a geografia física do município: surge imanente a ela; nunca negou o exógeno, porém desde o início verificamos um certo equilíbrio entre o endógeno e o exógeno; foi então com a hipertrofia do exógeno advindo do sudeste do país, com sua racionalidade também exógena fordista-taylorista e suas formas artificiais urbano-industriais, que ambas trouxeram consigo uma política indissociável a técnica que

alienou o trabalhador (e os exploraram: sobretudo se utilizando das questões de gênero), e que foi a responsável pela falência desta indústria artesanal (que, apesar de também alienar e expropriar os trabalhadores rurais – pequeno produtor de pêssego e o operário rural –, também foi a responsável pela geração de uma sociabilidade que caracterizou a cultura daquela população rural e de Pelotas em sentido geral); vimos as técnicas e vida associadas à natureza, num ritmo mais lento, com esta sociabilidade, mas pautada por relações sociais de produção que não condiziam com a superestrutura jurídica da época (mostrando-se ser mais uma opção de ordem política do que um problema de ordem técnica); da sociabilidade surgida endogenamente a partir destas relações sociais de produção desta atividade artesanal, que só foram rompidas pelo tempo das máquinas fordistas, e pela política de classe que garantiu o financiamento federal somente para o grande capital que foi se instalar em Pelotas justamente pela riqueza endógena gerada por esta atividade e sua população (pela relação entre a mão-de-obra especializada e toda a infraestrutura, ainda que artesanal, desta atividade agroindustrial-artesanal); esta técnica fordista junto destes privilégios, ambas exógenas ao capital local rural e preenchidas de uma intencionalidade exógena ao bem-estar dos trabalhadores locais, desempregaram desde os operários rurais para integrá-los ao exército de reserva, na cidade, e empregá-los como apêndices das máquinas, até os pequenos produtores rurais que produziam sua autonomia através da produção dos frutos da terra chamados pêssegos; disto resultou em grande parte o êxodo rural, a emancipação dos antigos distritos “rurais” de Pelotas e, conseqüentemente, daquelas sociabilidades e espacialidades e autonomia geradas no tempo da natureza, no meio rural; vimos que o problema do pêssego continuou, justamente porque estes complexos agroindustriais fordistas passaram a produzir sua própria matéria-prima, mas em função de uma política que os privilegiou: uma política do governo dos milicos; vimos ao longo do transcorrer de nossa pesquisa que o desemprego foi forjado muito mais no âmbito da política do que em função de uma incapacidade técnica (tanto àqueles rurais, quanto os urbano industriais), e as sociabilidades e a parcial “autonomia” e “cidadania” a eles inerentes.

III

Sobre a localização dos empregos em Pelotas, dentro da divisão territorial do trabalho internacional no e para o século XXI, visualizamos os seguintes resultados finais: a demissão ou subemprego em Pelotas foi muito mais inerente a decisões políticas do que limitações

técnicas; disto resultou, como vimos a partir de Bach (2009), Sá Britto (2011) e, sobretudo Vargas (1994), que esteve inerente a formação de um exército de reserva; ajudado por esta modernização conservadora da agricultura que, em mantendo a mesma condição fundiária, contribuiu por industrializar o meio rural, e ao mesmo tempo em que o urbanizou pontualmente, também ajudou a intensificar o êxodo rural em Pelotas e região sul do RS; o subemprego, desde a década de 1970 ou quando do transplante da racionalidade e formas técnicas fordistas em Pelotas, foi também preenchido de uma intencionalidade política que se camuflava através da técnica e de um discurso que atribuía à mulher qualidades especiais para determinadas funções dentro das fábricas de conservas; esta política se alicerçava num papel atribuído às mulheres na sociedade, porque como vimos com Vargas (1994), isto não se refletia nos salários, ao contrário, era uma estratégia política de expropriação da mais-valia dessas trabalhadoras que, por esta mesma condição cultural a que a sociedade paternalista lhe atribuíra, aceitavam passivamente as regras ou não questionavam os abusos de toda ordem impostos pelos respectivos encarregados – homens – e patrões quando não as pagavam horas-extra, ou lhes descontavam parte significativa do salário quando não iam trabalhar no sábado e no domingo, ou quando determinava oito (8) minutos de ida ao banheiro (apenas duas vezes ao dia), etc.; da exploração de classe somada a de gênero, uma vez que o trabalho nestas fábricas fordistas era majoritariamente feminino (como já dissemos: por uma questão política); até a contemporânea degradação do emprego em Pelotas que, devido ao período de pleno emprego e distribuição de renda da era petista para camadas mais baixas da população, vimos camufladas as relações de exploração do capital sobre o trabalho que, após a globalização, ganha esse caráter flexível no sentido da terceirização do trabalho; portanto, mais uma vez privando-o de sua autonomia, visto através de seu caráter social, porque impõe uma nova degradação das relações de trabalho seguida de concentração de renda nas camadas mais altas, inclusive reampliando a diferença entre homens e mulheres quanto aos rendimentos, ao salário, ainda que pese o tanto que as mulheres tenham conquistado nos últimos anos, justamente porque a questão é estrutural, ou seja, reproduz a desigualdade entre classes, gênero, raças, nações, etc. porque mantém, amplia as hierarquias. É assim que legitima as desigualdades.

IV

No último capítulo, concluímos a partir do debate entre a situação ocupacional atual dos trabalhadores em Pelotas *versus* o modo de produção capitalista (flexível, pós-moderno,

globalização), que a relação de alienação do trabalho pelo Capital continua. E, no caso particular de Pelotas, a diferença salarial entre homens e mulheres continua a aumentar, mesmo que pese todas as conquistas feministas dos últimos anos. Constata-se então que estes índices de Pelotas seguem os padrões globais, pois mesmo que tenha havido uma distribuição de renda na base, para homens e mulheres, a diferença voltou a aumentar nas camadas mais altas, com homens recebendo mais do que as mulheres tal qual as tendências globais. Também vimos uma outra tendência, que no Brasil ganha dimensões estratosféricas dado seu histórico desenvolvimento socioeconômico desigual, falamos da extrema concentração de renda ao longo da formação socioespacial de pelotas (desde o charque até a atual forma pós-moderna da atividade do doce, ou seja, dos vários ciclos de acumulação do capital), pois mostra-se como a causa estrutural de toda a nossa pobreza. Ou seja, a concentração de renda cada vez maior para um número cada vez menor que localiza-se no topo da pirâmide societária, também seguindo esta tendência global. A concentração de renda aliada a essa relação de alienação dada pelas hierarquias forjadas pela relação de subordinação do trabalho pelo Capital e junto desta consciência política ou ideológica local que imprime esta lógica global que, em nível local, aliena e expropria o trabalhador, seja por classe, seja por gênero.

Concluimos então que estas crises e a consequente crise do emprego em Pelotas não é própria de Pelotas, mas estrutural ao sistema capitalista e, por isto, global, mas que se manifesta localmente: daí a dificuldade de encherá-la uma vez que está relacionada a múltiplas escalas de ação. Um global que se dá no local pela ideologia seguida passivamente pelas escolhas políticas locais que, vimos, condicionam a geração de emprego estritamente às lógicas exógenas à formação socioeconômica dos pelotenses. Lógica exógena antagônica aos pelotenses que estão ou desempregados ou em subempregos dado seu grau de estudos e ou formação inversamente proporcional às exigidas pelo mercado dito global. Portanto, uma crise exportada pelos grandes para os pequenos, pelo centro para a periferia e que é legitimada pelos meios de comunicação de massa porque são grandes empresas, uma mídia corporativa que discuti o efeito em detrimento da causa porque lucra com isto, ideologia seguida desde a escala global até as mídias locais.

Paralelo a isto, vimos o caso de Elenise Vozz, que a partir de entrevista semiestruturada, vimos após análise dos dados de campo que apesar das dificuldades de ordem técnica para produzir através de seu trabalho e motivação para permanecer no meio rural, chegou até a economia solidária pelo “antigo” mas sempre eficiente método do boca-a-boca. Apesar da qualidade de seus produtos, vimos, mesmo assim, uma dificuldade de escoar sua produção,

haja vista que as políticas públicas voltadas ao pequeno produtor rural, pelo menos até aquele momento. Necessitava de um veículo refrigerado para transportar seus produtos até as feiras, onde se localizavam seus clientes, já que, pelo impedimento das normas técnicas (que sabemos estarem em tênue relação com *lobys* que monopolizam as grandes redes de supermercados), o acesso a esses consumidores em geral tornam-se inviáveis para produtores do porte dela e sob a lógica unidade de produção família-ambiente. Todavia, esta lógica, como vimos, está mudando, pois as incubadoras da UCPel e a Emater/RS-Ascar, já estavam assessorando-a (conforme constatado em campo com Elenise e o agrônomo responsável pela Emater de Pelotas). O fato é que, como vimos, existem muitas instituições que promovem a economia solidária em Pelotas, mas devido aos dados coletados em campo e analisados em gabinete, percebemos apenas uma breve articulação entre elas e um pouco mais delas com o governo federal (PRONAF, etc.) e com o governo municipal, mas ainda com possibilidade de desenvolvimento da densidade dessa participação em rede.

Os resultados desses estudos nos conduziram ao fato de algumas serem vinculadas a universidades públicas, outras a particulares e instituições não governamentais vinculadas à igreja, mas que pouco articulam-se entre si. Articulavam-se mais às políticas públicas governamentais, em suas várias escalas, mas em graus diferentes, como a loja no mercado público de Pelotas destinada à comercialização dos produtos daqueles produtores rurais associados ou sob a orientação do CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Produtor), por exemplo. No entanto, no caso de Elenise, não vimos em nenhum momento da entrevista menção da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego. E sobre o desenvolvimento da economia solidária no país, vê-se através das várias análises possíveis dos dados do segundo mapeamento nacional que, apesar de não se reduzir aos mais pobres, a ES ainda está fortemente vinculada a eles.

No entanto, paralelamente a ela, vimos uma parte da economia do doce sob a tutela da UFPel, EMBRAPA- Clima Temperado, Emater/RS-Ascar e SEBRAE que ia muito bem. É a economia vinculada à lógica de mercado, flexível, pós-moderna, que chega na forma de globalização mas num formato de organização diferente, mista. Esta economia do doce – dos famosos doces de mesa ou de bandeja ou finos de Pelotas – faz parte desta atual estética de capital nacional do doce, para citar frase do próprio site do evento. O que não fica bem claro é como esta economia capitalista, flexível, pós-moderna, e que datam como globalização, se articula com a lógica da associação das doceiras de Pelotas, nem tampouco como é que ela se articula com os produtores rurais de pêssego e dos frutos coloniais, os cristalizados, porque

pelo menos os em calda ou em conservas, sabemos, são o resquício daquele capitalismo urbano-industrial fordista- taylorista. O pêssego também está em vias de certificação IGs, e faz parte do portfólio na página da Fenadoce como doces de Pelotas, mas também faz parte do Arranjo Produtivo Local (APL) de alimentos que se mostra como um projeto de desenvolvimento territorial alternativo? Mas integrado? Como vanguarda? Como nosso provável próximo objeto de estudo!

Assim, esta produção rural, que hoje se articula em grande parte às políticas públicas voltadas à agricultura familiar são carregadas da lógica da economia solidária ou cooperativa e da que preenche de conteúdo a agroecologia, porque ambas, como vimos, estão repletas de ciência e tecnologia. Mas a maneira como elas se articulam dentro desta divisão territorial do trabalho da atividade do doce, da “internacional” Fenadoce (que mesmo que não negue a existência da agroecologia e economia solidária, também não as expõe), não pode ser analisada pelo nosso trabalho. Ficou claro apenas que a narrativa “oficial”, da elite local, tentou caracterizar atividade do doce, enquanto um grande “guarda- chuva”, é função da economia de mercado e oriunda daquela aristocracia charqueadora, portuguesa. Mas desvendar como se articulam ou não é um trabalho que fica para um próximo momento. Se não por mim, deixo como sugestão de estudo para outros colegas das ciências humanas.

REFERÊNCIAS

Referencial teórico

29º ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA. 2009, Pelotas. **CD de Anais**. Pelotas: UFPEL, 2009.

ABBGNAME, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AB'SABBER, Aziz Nacib. **O que é ser geógrafo: memórias profissionais de Aziz Nacib Ab'Saber**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ALVES, Adilson F.; GUIVANT, Julia S. O que há além do endógeno e exógeno nas pesquisas sobre o desenvolvimento rural? In: SAQUET, Marcos A.; SANTOS, Roseli (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 89-106.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotista na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVES, Rubens. O senso comum e a ciência (I) (II). In: _____. **Filosofia da ciência**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

AMARAL, Marisa Silva. Uma nova fase do capitalismo e um novo padrão de dependência na América Latina?: elementos para uma investigação. In: GALVÃO, Andréia et al. (Org.). **Capitalismo: crises e resistências**. São Paulo: Outras expressões, 2012. p. 63-82.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho. Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BACH, Alcir Nei. **O Patrimônio Industrial Rural: as Fábricas de Compotas de Pêssego em Pelotas - 1950 à 1970**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2009.

BAVA, Silvio Caccia, Org. **Thomas Piketty e o segredo dos ricos / Organização de Silvio Caccia Bava**. Tradução: Equipe Le Monde Diplomatique Brasil. – São Paulo: Veneta; Le Monde Diplomatique Brasil, 2014.

BECKER, Bertha K. Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI. Uma representação a partir do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 169-182, jul./set. 1991.

_____. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 31, p. 47-56, 1991.

BENINI, Édi A. et al. (Org.). **Gestão pública e trabalho associado: fundamentos e perspectivas**. v. 2. São Paulo: Outras expressões, 2012.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo 25 anos depois: entrevista com Simone de Beauvoir**. Entrevista [jan-fev 1976]. Entrevistador: John GERASSI. Disponível em: <<https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2015/06/20/o-segundo-sexo-25-anos-depois-entrevista-com-simone-de-beauvoir-simone-de-beauvoir/>>

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Porto Alegre: Nova Fronteira, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1. ed., 1998.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI. **Estudos da Dimensão Territorial para o Planejamento: Volume VII – Avaliação de Sustentabilidade da Carteira de Investimentos**. Brasília: MP, 2008.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda**. Comunicado Ipea, Nº155. Brasília, 2012.

BRONOWSKI, Jacob. **O senso comum da ciência**. Tradução de Neil Ribeiro da Silva. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

Caio Prado. **História econômica do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

CARGNIN, Antonio Paulo. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais**. 2012. Tese (Doutorado em geografia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CASTRO, Bárbara. Notas críticas sobre o projeto político de Paul Singer: economia solidária em transição para o socialismo. In: GALVÃO, Andréia et al. (Org.). **Capitalismo: crises e resistências**. São Paulo: Outras expressões, 2012. p. 205-228.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

CONCEIÇÃO, Octávio A. C. et al. **Três décadas de economia gaúcha**. Porto Alegre: Fundação de economia e estatística, 2010. CD-ROM. Produzido por FEE (Fundação de economia e estatística).

COSTA, R. H. da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COSTA, Wanderley M. da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Edusp/Contexto, 1988.

DAGNINO, Renato; NOVAES, Henrique T. As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros. In: _____. **O retorno do caracol a sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 145-168.

DAL SOGLIO, Fábio. **Agricultura e sustentabilidade** / Fábio Dal Soglio e Rumi Regina Kubo ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DATHEIN, Ricardo (Org). **Desenvolvimento econômico brasileiro: contribuições sobre o período pós-1990**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

Dicionário Paulo Freire / Danilo R. Streck. Euclides Redin, Jaime José Zitkoski (orgs.) . – 2. Ed., rev. amp. 1. Reimp. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2010.

DIVULGA CAND. **Divulgação de registros de candidaturas 2012: Pelotas/RS**.

Disponível em:

<<http://divulgacand2012.tse.jus.br/divulgacand2012/ResumoCandidaturas.action>> . Acesso em: 01 de fev. 2014.

DULCI, Luiz. **Um salto para o futuro. Como o governo Lula colocou o Brasil na rota do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

ELEIÇÕES 2012, RBSTV. **Candidatos à prefeitura de Pelotas fazem debate na tv**.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs>>. Acesso em: 13 de ago. 2012.

ENGELS, Friedrich, 1820 – 1895. **A origem da família, da propriedade e do Estado** / Friedrich Engels ; tradução de Leandro Konder. –3ªed. São Paulo : Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. rev. São Paulo: global, 2008.

_____. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1960.

FETTER JR, Adolfo. **Da vida e da política: o que vivi, o que fiz e o que penso**. Porto Alegre: AGE/Critério, 2014.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. A produção social do espaço agrário. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis A. B.; SUERTEGARAY, Dirce M. A. (Org.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

_____. A relação campo-cidade como método. In: MEDEIROS, R. M. V.; FALCADE, I. (Org.). **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. Campo, cidade e a natureza recriada na artificialidade urbana. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 43-51, 2010.

_____. Novos contextos urbanos-industriais. In: XXII Encontro Estadual de Geografia, 2002, Caxias do Sul. **Anais do XXII Encontro Estadual de Geografia**. Caxias do Sul: EDUSC, 2002.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira** / Paulo Freire – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

_____. 1921 – 1997. **Pedagogia do oprimido** / Paulo Freire. – 56. ed. ver. e atual. – Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2014.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Celso Furtado entrevistado por Aspásia Camargo e Mario Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

_____. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir, 1941 – **Paulo Freire : um bibliografia** / Moacir Gadotti. – São Paulo : Cortez : Instituto Paulo Freire ; Brasília, DF : UNESCO, 1996.

GAIGER, Luiz Inácio G.; GRUPO Ecosol (Coord.). **A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GIESBRECHT, Hulda Oliveira; SCHWANKE, Fernando Henrique; MÜSSNICH, Alexandre Guedes. **Indicações geográficas brasileiras: Brazilian geographical indications: indicaciones geográficas brasileñas**. Brasília: SEBRAE, INPI, 2011.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia crítica: alternativas de mudança**. 4. ed. Porto Alegre: Mundo jovem, 1984.

_____. **Comunicação e poder. A presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____.; RAMOS, Roberto. **A máquina capitalista: como funciona e se reproduz. Por que paga baixos salários. Papel do intelectual na luta pelas mudanças. Um exemplo: RBS**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. **Para entender O Capital**. São Paulo, SP : Boitempo, 2013.

_____. Reflexões sobre “O capital”, de Thomas Piketty. **Blog da Boitempo**, 24 mai 2014. Disponível em <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/05/24/harvey-reflexoes-sobre-o-capital-de-thomas-piketty/>>. Acesso em 12 jul 2015.

HEIDRICH, A. L. **Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JUNIOR, LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O estado do bem-estar social na idade da razão. A reinvenção do estado social no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (Org.). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

LOVE, L. J. **O Regionalismo Gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LÖVY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen : marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Buscavida, 1987.

_____. **Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1985.

MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil** 1. ed. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. Bauru: EDIPRO, 3. ed., 2. reimp. 2013.

MATIAS, José Eduardo Lovatel. *O Diário Popular* nas eleições municipais de 2000: entre a liberdade de expressão e a atuação política. In: XXVII Simpósio Nacional de

História. 2003, Natal. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Disponível em: <www.snh2013.anpuh.org>. Acesso em: 5 de jan. 2014.

MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo. A relação urbano-rural no Brasil contemporâneo. In: RANDOLPH, R.; SOUTHERN, B. (Org.). **Expansão metropolitana e transformação das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina**. São Paulo: Max Limonad, 2011, p. 221-239.

MONTEIRO, C. A. de F. Geografia entre os séculos XX e XXI: minha convivência da 2ª metade do 1º e na entrada do 2º e inquietações sobre o futuro. **GEOgrafia**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 7-30, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. / Antonio Carlos Robert Moraes. São Paulo : Annablume, 2011. (Geografias e Ajacencias)

_____. **Geografia: pequena história crítica** / Antonio Carlos Robert Moraes – 21ª ed. – São Paulo : Annablume, 2007.

MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

MOREIRA, Ruy. **Formação Espacial Brasileira : contribuição crítica aos fundamentos espaciais da Geografia do Brasil** / Ruy Moreira. 2ª ed. Rio de Janeiro : Consequência, 2014.

_____. **Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas**. São Paulo: Contextio, 2012.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. 2. ed. 1 reimpr. São Paulo: Contexto, 2012.

NIEDERLE, Paulo Andre (Org.). **Indicações geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

NOVAES, Henrique T. Qual autogestão? In: _____. **O retorno do caracol a sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 67-94.

O Grande Tambor. Direção: Gustavo Türck; Sérgio Valentim. Porto Alegre: Coletivo de Comunicação Catarse, 2010. 3 DVD's (124 min), entrevista, ensaio fotográfico e longa-metragem.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **A economia da dependência imperfeita**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

_____. **Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Pelotas (RS). **Fenadoce 2015 - Feira Nacional do Doce**. Disponível em: <https://www.fenadoce.com.br>. Acesso em: fev. 2015.

Pelotas (RS). **Prefeitura Municipal de Pelotas**. 2015. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br>. Acesso em: fev. 2015.

PEREIRA, José Carlos. **Formação industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Hucitec, 1984.

PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (Org.). **Intérpretes do Brasil. Clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: Instrínseca, 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Ciências humanas: pesquisa e método** / Céli Regina Jardim Pinto e Cesar A. Barcellos Guazzelli. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PINTO, Jose R. L. **Economia Solidária: de volta à arte da associação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RANGEL, Ignácio. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ROSS, Jurandy L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil 4. ed. 1. reimpressão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

RÜCKERT, Aldomar A. **Políticas territoriais comparadas União Europeia/Mercosul/Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2013 (no prelo).

_____. **Políticas territoriais contemporâneas: disciplina do programa de pós-graduação em geografia**. Porto Alegre: UFRGS, 2013/1. 27

SÁ BRITTO, Natália Daniela Soares. **Industrialização e desindustrialização do espaço urbano na cidade de Pelotas (RS)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) FURG, Rio Grande, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Fórum Social Mundial** – Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://youtu.be/sF7VsJLL8fl>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

SANTOS, Hermes Vargas dos. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por e-mail, recebido em 18/04/2014. entrevista.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Geografia: além do professor**. Minas Gerais: Conferência de abertura do 1º Encontro Regional dos estudantes de Geografia do Sudeste realizado na UFJF em Juíz de Fora, em maio de 1996.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **O País Distorcido : o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo : Publifolha, 2002.

_____. O Papel Ativo da Geografia : um Manifesto. In: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000, Florianópolis. **Revista Território**, ano V, n. 9, p. 103-109, jul./dez. 2000. Disponível em: <www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2014.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton et al. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 15-28.

_____. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Por uma Geografia cidadã: por uma epistemologia da existência**. Boletim Gaúcho da Geografia. Porto Alegre, n. 21, p. 7-14, 1996.

_____. **Por uma Geografia Nova: da Crítica a Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. A questão: o uso do território. In: **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. p. 19-22;

_____. A categoria de análise não o território em si, mas o território utilizado. In: **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. p. 247-248.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de escrever/** Artur Shopenhauer; tradução, organização, prefácio e notas de Pedro Süssekind. – Porto Alegre: L&PM, 2012.

_____. **A arte de ter razão: exposta em 38 estratégias**. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

SIES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. **Economia Solidária: mapeamento Rio Grande do Sul**. Brasília: Senaes/MTE, sem data.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCHRADER, Achim. **Métodos de pesquisa social empírica e indicadores sociais /** Achim Schrader; Clarissa Eckert Baeta Neves e Emil Albert Sobottka (orgs.). – Porto Alegre : Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativa**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SILVA, A. C. da. A Aparência o Ser e a Forma. **GEOgrafia**, São Paulo, ano II, n. 3, p. 7-25, 2000.

SILVA, Adelino Francisco da. **A relação cidade-campo: como analisá-la?** Natal: Imagem Gráfica e Editora, 1998.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando; JUNCKES, Ivan Jairo. **Construindo a ciência: elaboração crítica de projetos de pesquisa**. Curitiba: Pós-Escrito, 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

SOLÓRZANO, M. A. Gomez; REYES, C. Pacheco (Org.). **Trabajo informal, economia solidaria y autogestión: precariedad laboral y resistencia em la globalización**. Buenos Aires: Continente, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: reflexões em termo da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SPOSITO, Eliseo. **Geografia e filosofia. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Cadernos Geográficos: notas sobre Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: UFSC, Periódico, 2005.

VARGAS, Francisco Eduardo Beckenkamp. **Relações de classe e gênero: o trabalho safrista na indústria de conservas de pelotas**. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

THEIS, Ivo Marcos & BUTZKE, Luciana. O paradoxo da geografia no capitalismo mundializado: revisitando a lei do desenvolvimento desigual e combinado. In: GALVÃO, Andréia et al. (Org.). **Capitalismo: crises e resistências**. São Paulo: Outras expressões, 2012. p. 83-110.

Outras Referências Consultadas

2º SEMINÁRIO REFORMA DO ESTADO E TERRITÓRIO. POLÍTICAS TERRITORIAIS CONTEMPORÂNEAS NA EUROPA E NO BRASIL/MERCOSUL. 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2010.

3º SIMPÓSIO NACIONAL O RURAL E O URBANO NO BRASIL. 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro, 1850.

BRASIL. Lei n. 4.214, de 02 de março de 1963. Dispõe sobre o "Estatuto do Trabalhador Rural". **DOU de 22/3/63**. Brasília (DF), 30 nov 1964. Disponível em <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>>

BRASIL. **Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, 1943.

BRASIL. **Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília (DF), 30 nov 1964. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em 12 jul 2015.

CAZAROTTO, Rosmari Terezinha. **A Geografia do conhecimento na inovação do território: um estudo a partir dos polos de inovação tecnológica – RS – Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari – RS**. Porto Alegre: UFRGS/PPGEA, 2011.

DRUMMOND, C. De Vargas a Lula, documentário discute a industrialização. **Carta Capital**, 10 mai 2015. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/cultura/de-vargas-a-lula-documentario-reflete-sobre-a-industrializacao-3679.html>>. Acesso em 12 jul 2015.

LUCENA, Eleonora de. PT pode perder sua base social, alerta Paul Singer. **Folha de São Paulo Online** São Paulo, 10 jun 2015. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1640011-pt-pode-perder-sua-base-social-alerta-paul-singer.shtml>>. Acesso em 12 jul 2015.

O dia que durou 21 anos. Direção: Camilo Galli Tavares. 2013. 1 filme. 77 min.

PETROBRAS vai gerar 28 mil vagas no Rio Grande do Sul. **Jornal do Comércio RS**, Porto Alegre, 07 nov. 2010. Disponível em: <<http://senge-go.org.br/petrobras-vai-gerar-28-mil-vagas-no-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 23 de abr.

PRETTO, José Miguel (Org.). **Cooperativismo de crédito e microcrédito rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: produção do espaço urbano – agentes, escalas, conflitos. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 207-230.

SANTOS, Jefferson R. dos.; MAZZINI, Luiz Fernando. Alguns apontamentos para a reflexão teórica do campesinato. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 62-74, 2006.

SMITH, Adam. **A mão invisível**. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013.

SPOSITO, Eliseo; SANTOS, Leandro B. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SPOSITO, Maria E. B.; WHITACKER, Arthur M (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Outras expressões, 2013

TEIXEIRA, F. C. A crise mundial e o papel do Brasil. **Carta Maior**, 08 fev. 2013. Disponível em <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/A-crise-mundial-e-o-papel-do-Brasil/27513>>. Acesso em 12 jul 2015.

UM SONHO INTENSO. Direção: José Mariani. 2015. 1 filme. 102 min.